



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

GUILHERME ALCÂNTARA GONÇALVES

**CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE CURRICULAR**

**BELO HORIZONTE
2019**

GUILHERME ALCÂNTARA GONÇALVES

**CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE CURRICULAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica – Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal em Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Orientadora: Professora Doutora Sabina Maura Silva.

BELO HORIZONTE
2019

G635c Gonçalves, Guilherme Alcântara
Curso de habilitação de oficinas do corpo de bombeiros militar de Minas Gerais: uma análise curricular. / Guilherme Alcântara Gonçalves. -- Belo Horizonte, 2019.
109 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Sabina Maura Silva

Bibliografia

1. Formação Profissional. 2. Bombeiros – Currículo. 3. Educação Militar. I. Silva, Sabina Maura. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 378.013



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC n.º. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Guilherme Alcântara Gonçalves

“Curso de habilitação de oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: uma análise curricular”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 18 de fevereiro de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Sabina Maura Silva – Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Maria Adélia da Costa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Eduardo de Paula Lima
Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

Dedico os frutos desta pesquisa à minha amada mãe, Ivani Maria de Alcântara Gonçalves, que sempre esteve ao meu lado incondicionalmente e acreditou comigo na realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos céus pela luz, força e perseverança a mim destinadas.

Aos meus familiares e amigos, por apoiarem as minhas escolhas.

À minha amada esposa Carolina, mãe das minhas filhas, que me tornou uma pessoa melhor com seu amor e confiança.

Aos meus superiores, especialmente ao Coronel Erlon, Coronel Tadeu e Tenente-Coronel Fábio, que adequaram meu horário de serviço e me possibilitaram a participar das aulas.

À minha orientadora, Professora Doutora Sabina Maura Silva, que acreditou em mim e me ensinou de tudo um pouco, sendo um exemplo de mulher, mãe, orientadora, professora, amiga, enfim, de ser humano! Conte eternamente comigo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), que sempre tiveram paciência com as minhas dúvidas e inquietações.

Aos colegas do mestrado, que compartilharam suas experiências comigo e juntos construímos uma linda jornada.

Aos bombeiros militares que participaram diretamente desta pesquisa, meu muito obrigado.

Aos meus alunos desses anos todos, especialmente aos alunos do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), curso que me motivou a enveredar por este caminho.

Aos membros da banca examinadora, Professora Doutora Maria Adélia da Costa e Capitão BM Doutor Eduardo de Paula Lima, que aceitaram prontamente em contribuir com esta pesquisa. Muito obrigado pelas contribuições e pela presença.

“[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.”

Karl Marx

RESUMO

GONÇALVES, G. A. *Curso de Habilitação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: uma análise curricular*. 2019. 109 f. (Mestrado em Educação Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

Este trabalho tem como objeto de estudo a formação profissional do oficial subalterno (tenente) oriundo do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), sob a ótica das teorias do currículo. O referencial teórico que subsidiou a análise de dados partiu de apontamentos marxianos e gramscianos sobre a educação profissional do sujeito centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional, culminando num diálogo entre as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas do currículo, por meio dos estudos de Sacristán (2000; 2013), Arroyo (1999; 2013), Silva (1999; 2013), Lopes e Macedo (2011), Teitelbaum e Apple (2001), Kuenzer (1999), Kliebard (2011), Apple (2006), Freire (1987), além dos documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO – Projeto Político Pedagógico e matriz curricular do curso. Ainda, buscou-se o perfil do oficial egresso do CHO numa análise do Projeto de Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências (2016), que contém um estudo científico do cargo de tenente do CBMMG. Este estudo se propôs a utilizar os métodos e técnicas da pesquisa social, tomando por norte principal os preceitos da pesquisa qualitativa, mas com uso de triangulação de técnica quantitativa como aporte ao método qualitativo. A técnica principal adotada para a coleta de dados foi a aplicação de questionários semiestruturados junto aos discentes e tenentes egressos do CHO. Participaram dos questionários 130 tenentes e 30 discentes, representando 81,8% e 100% do total, respectivamente, no sentido de extrair suas concepções sobre as relações entre o currículo do curso e a prática do seu trabalho (no caso dos tenentes) e percepções sobre as atividades formativas que foram desenvolvidas durante o curso, visando apreender como os discentes avaliam as ações de educação que foram desenvolvidas. Foram trabalhadas na pesquisa três categorias de análise: relação entre a formação profissional e a formação humana, relação da formação com a prática profissional e componentes curriculares. Do que foi analisado, pode-se dizer que a formação profissional do tenente egresso do CHO, ao mesmo tempo em que promove uma formação cidadã e direciona o aluno como sujeito de sua própria formação, não respeita a ação do aluno dialogicamente. Os comportamentos militares formam, em certa medida, a identidade desses tenentes e tal fato nos leva a crer que a ideologia militar influencia a formação do bombeiro em seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional. Já em sua dimensão curricular, constatou-se que os processos formativos do CHO devem ser direcionados para a atividade-meio, uma vez que, na prática, a grande maioria dos tenentes egressos do CHO trabalham atualmente na área administrativa. Pode-se concluir, em resumo, que os bombeiros militares agem, em certa medida, como sujeitos produtores e reprodutores da ideologia militar a que foram submetidos em seu processo formativo. Porém, não se pode afirmar, com base neste estudo, que o militarismo *per se* se opõe à formação crítica do bombeiro.

Palavras-chave: Formação Profissional; Bombeiro; Currículo; Ideologia; Educação militar.

ABSTRACT

GONÇALVES, G. A. Officers Qualification Course of the Military Fire and Rescue Department of the State of Minas Gerais: a curricular analysis. 2019. 109 f. (Master in Technological Education) – Post-Graduation Program in Technological Education, Federal Center of Technological Education of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

This study analyses from the perspective of curriculum theory the professional training of junior officers (lieutenants) coming from the Officers Qualification Course (CHO) of the Military Fire and Rescue Department of the State of Minas Gerais (CBMMG). The theoretical framework that has underpinned the data analysis comes from Marxian and Gramscian notes on professional education centered on critical, personal and professional development, culminating in a dialogue among critical, post-critical and traditional curriculum theory, by means of studies such as Sacristán (2000; 2013), Arroyo (1999; 2013), Silva (1999; 2013), Lopes e Macedo (2011), Teitelbaum e Apple (2001), Kuenzer (1999), Kliebard (2011), Apple (2006), Freire (1987), as well as normative documents that form the basis of the CHO's curriculum (the curricular matrix and the political-pedagogical project). In addition, we have looked for the profile of officers coming from the CHO in the Project of Professiographic Analysis and Skills Mapping (2016), which contains a scientific study of the rank of lieutenant in the CBMMG. This study has attempted to make use of the methods and techniques of social research, taking as the main reference the precepts of qualitative research, which was also supported by quantitative techniques as a contribution to the qualitative method. The main technique used for data collection was the application of semistructured questionnaires to teachers and lieutenants coming from the CHO. 130 lieutenants and 30 instructors responded to questionnaires, corresponding to 81.8% and 100% of the respective populations. Questionnaires had the objective of extracting from subjects their conceptions of the relationships between the course curriculum and their work activities (in the case of lieutenants) and their perceptions of the formative activities that were developed during the course (in the case of instructors) to understand how they evaluate the educational actions that were developed. The research worked on three categories of analysis: relation between professional and human formation, relationship between the course taken and the professional practice and curriculum components. From the analysis, it can be said that the professional formation of lieutenants coming from the CHO, while promoting a citizen formation and directing them as subjects of their own formation, does not respect dialogically their action. Military behavior builds, in a certain sense, the identity of these lieutenants and this fact leads us to believe that military ideology influences the formation of firefighters in their critical, professional and personal development. In its curricular dimension, it was verified that the formative process in the CHO should be directed towards administrative activities since in practice the vast majority of CHO graduates currently work in this area. It can be concluded, in short, that military firefighter act, to some extent, as producers and reproducers of the military ideology to which they were subjected in their formative process. However, it cannot be said, on the basis of this study, that militarism *per se* is in opposed to the critical formation of firefighter.

Keywords: Professional training; Firefighter; Curriculum; Ideology; Military education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conhecimentos de legislações e documentações específicas.....	47
Quadro 2 – Conhecimentos institucional, das unidades e de órgãos de apoio.....	47
Quadro 3 – Conhecimentos de técnicas e conteúdos específicos.....	47
Quadro 4 – Conhecimentos sobre equipamentos, armamentos e recursos materiais e humanos.....	47
Quadro 5 – Conhecimentos sobre comunicação e sistemas em geral.....	48
Quadro 6 – Conhecimentos sobre fatos, dados e procedimentos.....	48
Quadro 7 – Conhecimentos sobre ensino e capacitação.....	48
Quadro 8 – Conhecimentos gerais.....	48
Quadro 9 – Habilidades de comando, coordenação e assessoramento.....	49
Quadro 10 – Habilidades relacionadas a planejamento e projetos.....	50
Quadro 11 – Habilidades relacionadas a atividades normativas e jurídicas.....	50
Quadro 12 – Habilidades de trabalho integrado.....	50
Quadro 13 – Habilidades técnico-operacionais.....	50
Quadro 14 – Habilidades administrativas.....	51
Quadro 15 – Habilidades relacionadas a capacitação e participação em eventos.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos tenentes em relação ao tempo de serviço no CBMMG.....	63
Gráfico 2 – Distribuição dos tenentes em relação às áreas de atuação.....	63
Gráfico 3 – Distribuição dos discentes em relação ao tempo de serviço no CBMMG.....	64
Gráfico 4 – Distribuição dos discentes em relação às áreas de atuação.....	64
Gráfico 5 – Concepção dos tenentes sobre se as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social.....	65
Gráfico 6 – Percepção dos discentes sobre se as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social.....	66
Gráfico 7 – Concepção dos tenentes sobre a ação educativa do CHO ser direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação.....	66
Gráfico 8 – Percepção dos discentes sobre a ação educativa do CHO ser direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação.....	67
Gráfico 9 – Concepção dos tenentes sobre as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitarem a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber.....	68
Gráfico 10 – Percepção dos discentes sobre as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitarem a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber.....	69
Gráfico 11 – Concepção dos tenentes sobre os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formarem sua identidade.....	69
Gráfico 12 – Percepção dos discentes sobre os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formarem sua identidade.....	70
Gráfico 13 – Concepção dos tenentes sobre a ideologia militar influenciar a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional.....	71
Gráfico 14 – Percepção dos discentes sobre a ideologia militar influenciar a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional.....	72
Gráfico 15 – Distribuição dos tenentes e discentes em relação ao tipo de atividade central de sua formação.....	72
Gráfico 16 – Concepção dos tenentes sobre o CHO estar em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional.....	73
Gráfico 17 – Percepção dos discentes sobre o CHO estar em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional.....	74

Gráfico 18 – Concepção dos tenentes sobre as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estarem em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno.....	75
Gráfico 19 – Percepção dos discentes sobre as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estarem em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno.....	76
Gráfico 20 – Concepção dos tenentes sobre a organização curricular do CHO possibilitar a integração entre teoria e prática.....	76
Gráfico 21 – Percepção dos discentes sobre a organização curricular do CHO possibilitar a integração entre teoria e prática.....	77
Gráfico 22 – Concepção dos tenentes sobre a facilitação de seu processo de aprendizado, caso o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias.....	78
Gráfico 23 – Percepção dos discentes sobre a facilitação de seu processo de aprendizado, caso o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias.....	79
Gráfico 24 – Concepção dos tenentes quanto ao currículo do CHO abranger a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno.....	79
Gráfico 25 – Percepção dos discentes quanto ao currículo do CHO abranger a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno.....	80
Gráfico 26 – Concepção dos tenentes sobre o discente do CHO dever cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa.....	81
Gráfico 27 – Percepção dos discentes sobre o discente do CHO dever cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa.....	81
Gráfico 28 – Concepção dos tenentes sobre o egresso do CHO dever cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO.....	82
Gráfico 29 – Percepção dos discentes sobre o egresso do CHO dever cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Malha curricular do CHO com ingresso a partir de 2017.....	34
Tabela 2 – Tarefas avaliadas em termos de Importância (IMP), Frequência (FREQ) e Dificuldade (DIF), por ordem de Importância.....	40
Tabela 3 – Competências técnicas avaliadas em termos de Importância (IMP), Domínio (DOM) e Necessidade de Treinamento (NTr), por ordem de Importância.....	44
Tabela 4 – Caracterização dos tenentes egressos do CHO.....	61
Tabela 5 – Caracterização dos discentes.....	62
Tabela 6 – Conteúdos e Disciplinas integrantes do CHO que não foram fundamentais na formação – na visão dos tenentes.....	83
Tabela 7 – Conteúdos e Disciplinas integrantes do CHO que não foram fundamentais na formação – na visão dos discentes.....	84
Tabela 8 – Conteúdos e Disciplinas que seriam fundamentais para a formação e que não fazem parte do currículo do CHO – na visão dos tenentes.....	85
Tabela 9 – Conteúdos e Disciplinas que seriam fundamentais para a formação e que não fazem parte do currículo do CHO – na visão dos discentes.....	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABM – Academia de Bombeiros Militar
- APM – Academia de Polícia Militar
- BM – Bombeiro Militar
- CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior
- CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CFO – Curso de Formação de Oficiais
- CFSd – Curso de Formação de Soldados
- CHO – Curso de Habilitação de Oficiais
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- EUA – Estados Unidos da América
- MEC – Ministério de Educação e Cultura
- MS – Ministério da Saúde
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- PAPMC – Projeto de Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências
- PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- SECTES – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social
- SPSS – *Statistical Package for the Social Science*
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Justificativa	16
Objetivos da pesquisa	20
Objetivo geral.....	20
Objetivos específicos.....	20
1 O CURRÍCULO E SUAS TEORIAS	21
Teorias tradicionais	21
Teorias críticas	23
Teorias pós-críticas	27
2 O CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS E O PERFIL DO EGRESSO	28
2.1 Breve caracterização do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	28
2.2 O Curso de Habilitação de Oficiais	29
O Projeto Político Pedagógico	30
A Matriz curricular.....	34
2.3 O perfil do egresso	37
3 METODOLOGIA	52
3.1 Natureza do estudo	52
3.2 Aspectos éticos	55
3.3 Realização da entrevista coletiva	56
3.4 Elaboração dos questionários	57
3.5 Validação dos questionários (pré-teste)	58
3.6 Coleta de dados <i>online</i>	59
3.7 Análise dos dados	60
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	60
4.1 Informações Preliminares	61
4.1.1 Perfil sociodemográfico	61
4.1.2 Caracterização do trabalho	63
4.2 Categoria 1: Relação entre a formação profissional e a formação humana	65
4.3 Categoria 2: Relação da formação com a prática profissional	72
4.4 Categoria 3: Componentes curriculares	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A	94

APÊNDICE B	96
APÊNDICE C	99
APÊNDICE D	102
APÊNDICE E	104
APÊNDICE F	106
ANEXO A	108
ANEXO B	109

INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo é a formação profissional do oficial subalterno¹ (tenente) oriundo do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), sob a ótica das teorias do currículo (abordadas no Capítulo 1). A pesquisa foi realizada na Academia de Bombeiros Militar (ABM) junto aos discentes do CHO e, ainda, com os oficiais egressos desta formação a partir do currículo reconhecido como graduação tecnológica.

O interesse por este tema surge da minha atuação profissional como Oficial do CBMMG e como professor da ABM desde a sua fundação no ano de 2011. Na minha experiência docente, durante cinco anos no CHO, constatei que os componentes curriculares do curso deveriam estabelecer uma relação com o contexto de atuação da vida dos sujeitos em formação e dos saberes necessários ao exercício da profissão. Nesse diapasão, propus a seguinte questão central: **os processos formativos do CHO, especificamente em sua dimensão curricular, estão em consonância com a prática profissional de um oficial subalterno?** Tal reflexão aponta para os novos princípios norteadores da formação profissional, que buscam uma educação capaz de estimular o aluno a compreender a condição do currículo como objeto social e da prática criada em torno do mesmo (SACRISTÁN, 2000, p. 47) e a descobrir nas próprias situações de trabalho a centralidade desse acúmulo de saberes, valores, culturas e identidades aprendidas no trabalho (ARROYO, 2013, p. 88).

A composição curricular do CHO e a prática profissional desses oficiais provocaram algumas inquietações, conduzindo à necessidade de se desenvolver uma compreensão mais sistemática desta realidade. De modo específico, cabe perguntar: a partir do currículo reconhecido como graduação tecnológica, qual é o perfil desse egresso e como se processa sua formação profissional? Quais similaridades e/ou disparidades são encontradas entre o currículo e a prática profissional? De que forma o discente e o egresso as compreende? Como a ABM atua nesta relação entre o aluno e a prática do seu trabalho?

Numa formação profissional militar, é muito forte a ideologia institucionalizada pelo comando, concretizada nas relações de poder e na reprodução de formas de consciência. Presente no currículo, tanto de forma explícita quanto oculta, essa ideologia toma corpo não somente sob a forma das disciplinas e conteúdos de ensino, mas também pelos comportamentos tipicamente militares que são cultuados no ambiente de uma escola militar – os rituais, práticas,

¹ Os oficiais subalternos ocupam o posto inicial da carreira dos oficiais.

relações hierárquicas, regras e procedimentos. Portanto, parte-se do pressuposto que os bombeiros militares agem como sujeitos produtores e reprodutores da ideologia militar a que foram submetidos em seu processo formativo, o que poderia dificultar a adoção de um modelo curricular e de práticas de ensino que fomentem a formação profissional do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional.

Justificativa

No intuito de me acerrar dos estudos já realizados (“estado da questão”) que possuam alguma forma de aproximação com a proposta da pesquisa, foi necessário acessar o banco de dados da CAPES e realizar buscas por meio de palavras-chave (termos e categorias teóricas) relacionadas à temática proposta. Em resumo, constatei que há uma escassez de pesquisas nesta direção, uma vez que apenas 15 pesquisas abordam temáticas relacionadas à prática profissional dos bombeiros. Porém, no universo destes trabalhos, apenas um² possui como tema central o currículo da formação profissional do bombeiro militar, mas numa perspectiva de análise psicológica deste profissional. Quanto aos demais, nenhum apresenta qualquer relação com os processos formativos ou trazem à tona a perspectiva de estudar o currículo da formação destes profissionais.

Do exposto, pode-se afirmar que o estudo da formação profissional do oficial bombeiro militar oriundo do CHO, sua articulação com as teorias do currículo e a sua interação na prática profissional, além de tratar-se de uma investigação inédita, busca estabelecer uma interlocução entre a ciência e a formação profissional, possibilitando uma compreensão sobre um grupo social e os sujeitos inseridos nesta realidade que parecem estar à margem da comunidade científica. Por essa razão, houve o interesse em desenvolver o presente trabalho, a fim de que se possa contribuir com a literatura neste assunto, priorizando a relação aluno e prática profissional no contexto do oficialato.

Conforme já mencionado, parte-se do pressuposto que a formação profissional deve ser entendida como a educação do sujeito centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional. Nesse contexto, ao refletir sobre o trabalho dos adolescentes e das crianças, Marx apresenta “o texto em que a sua concepção de educação está o mais claramente exposta” (NOGUEIRA, 1993, p. 147). Num momento histórico de emprego em massa de crianças e adolescentes nas fábricas, sendo estes em sua grande maioria filhos de trabalhadores, Marx

² MOITA, A. M. *O currículo oculto e a constituição da subjetividade do bombeiro militar: o herói (re)velado*. 2014. 199f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

(2011) propõe limites de empregabilidade desses jovens numa relação entre horas de trabalho e faixas etárias, e, notadamente, propõe a conciliação entre o trabalho e a educação, *in verbis*:

[...] a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação. Por educação entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de carácter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

[...]

Esta combinação de trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica elevará a classe operária acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática (MARX; ENGELS, 2011, p. 84-86).

Observa-se que, para Marx, a educação profissional vai além de um treinamento sumário com o objetivo de adaptar o trabalhador às tarefas especializadas existentes na produção capitalista e, ainda, não se trata de uma educação “polivalente”, entendida pela capacidade de um trabalhador de ocupar mais de um posto de trabalho ou de percorrer as linhas de produção. Ao contrário, nota-se que a defesa marxiana é no sentido de uma educação centrada na formação intelectual, corporal e tecnológica da classe operária. Pode-se dizer, então, que por educação intelectual entende-se o ensino geral; por educação corporal a higidez física; e por educação tecnológica o ensino *politécnico*, pois Marx explicita a necessidade de se educar sobre os princípios gerais e de carácter científico de *todo* o processo de produção e, ao mesmo tempo, o manejo de ferramentas elementares dos *diversos* ramos industriais. Do exposto, pode-se concluir que a educação profissional, segundo Marx, envolve a formação de um indivíduo completo, capaz de fazer face a diferentes situações de trabalho. Dessa forma, acredita-se, seria possível o estabelecimento de uma elite intelectual trabalhadora, capaz de transformar a sociedade capitalista.

Corroborando com as ideias de Marx, Gramsci (1994) adota uma distinção fundamental entre o que ele chama de intelectual “orgânico” (criado pela classe no processo de sua formação e desenvolvimento) e os intelectuais “tradicionais”, que formam uma camada possuidora de relativa autonomia e continuidade histórica. Em sua luta pela hegemonia cultural e política, cada classe se vê, assim, diante de uma dupla tarefa: não só deve criar seus próprios intelectuais, ligados organicamente às novas formas de atividade que ele introduz na história, como deve lutar pela conquista e assimilação dos valores encarnados e transmitidos pela camada dos intelectuais “tradicionais”. Gramsci (1994, p. 7) afirma que “todos os homens são intelectuais [...], mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais. [...] Não

existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*”. Logo em seguida, Gramsci (1994, p. 8) defende que “no mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual”.

A educação técnica (profissional) gramsciana é posta como uma alternativa à escola clássica, aproximando-se do ensino politécnico marxiano. A escola, um dos *locus* de disseminação e consolidação da ideologia, é vista por Gramsci como sustentáculo legítimo do consenso, onde se plantam as sementes de conformação do ideário social. Todavia, em antítese, é também um espaço, por tratar com o conhecimento elaborado, de organizações e reflexões contra-hegemônicas. Analisando seu contexto empírico-histórico, Gramsci percebe a permanência da distinção clara entre escola clássica, destinada às classes dominantes e seus intelectuais orgânicos, e escola profissional destinada à classe operária:

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica se destinava às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional, mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana. Esta orientação, uma vez posta em discussão, foi destruída, pode-se dizer, já que sua capacidade formativa era em grande parte baseada sobre o prestígio geral e tradicionalmente indiscutido de uma determinada forma de civilização (GRAMSCI, 1994, p. 118).

Segundo Gramsci (1994, p. 11), “os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social”. Sendo a hegemonia, portanto, uma ação de classe, tem-se uma relação permanente entre as forças antagônicas em luta, “defendidas” por seus intelectuais. É importante dizer, no entanto, que, segundo Marilena Chauí (2014), Gramsci discorre sobre a hegemonia burguesa italiana e propõe não uma hegemonia proletária, mas uma contra-hegemonia. E mais: para Gramsci, a hegemonia é manifesta através da imposição da cultura pelos dominantes. E, já que a proposta gramsciana é de uma contra-hegemonia, pode-se afirmar que o anseio gramsciano é de uma contra-cultura. Para tanto, Gramsci defende uma educação humanista, pública e universal:

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. [...] A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação

nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas (GRAMSCI, 1994, p. 121).

De acordo com o estudo de Jesus (1985), a escola forma os intelectuais de diversos níveis, definidos em dois tipos por Gramsci: o “tradicional” e o “orgânico”. “É a partir de sua posição sobre os intelectuais no conjunto da hegemonia que se pode compreender a posição gramsciana sobre a educação” (JESUS, 1985, p. 112). Se no sistema educacional burguês, a escola burguesa produz intelectuais que dão homogeneidade e consciência à classe burguesa, a escola defendida pelo sistema proletário, denominada de unitária ou “única” por Gramsci, produzirá também seu intelectual. Na formulação sistemática gramsciana, o intelectual definido como “representante da hegemonia” assegura o consenso ideológico entre a massa e o grupo dirigente. Ao definir o intelectual por critérios histórico-sociológicos, Gramsci supera duas características burguesas: que os intelectuais são grupos autônomos e independentes e que as demais atividades humanas são não-intelectuais. Esse equívoco é resolvido pela distinção entre “orgânico” e “tradicional” que explica a unidade entre o *homo faber* e o *homo sapiens* e acaba com o mito do antigo intelectual. Sendo assim, pode-se inferir que toda educação é, portanto, instrumento essencial da hegemonia, que se torna, no caso da contra-hegemonia confiada historicamente à classe proletária, o meio de se passar da “necessidade” para a “liberdade”, concretizada na nova visão de mundo idealizada e teorizada por Marx e Gramsci.

Como dito, toda atividade humana tem uma dimensão intelectual. Nesse diapasão, esse distanciamento entre a educação tradicional e a formação profissional levou alguns estudiosos a refletir sobre as práticas curriculares (SACRISTÁN, 2000; ARROYO, 2013; SILVA, 2013). Arroyo (2013, p. 110) afirma que “dominar os saberes sobre o trabalho é a melhor forma de preparar para o trabalho” e demonstra claramente que:

Incorporar o trabalho e os saberes do trabalho no currículo poderá significar garantir aos mestres e educandos o direito a saber-se sujeito desses direitos. Quando o trabalho e os saberes do trabalho são reconhecidos como direito adquirem uma outra densidade ético-política e pedagógica (ARROYO, 2013, p. 109-110).

Tanto o trabalho, como os saberes do trabalho, possuem características sociais e culturais. Para Sacristán (2000, p. 30), “não existe ensino nem processo de ensino-aprendizagem sem conteúdos de cultura, e estes adotam uma forma determinada em determinado currículo”. Dessa forma, a valorização dos aspectos sociais e culturais do trabalho

na composição curricular da formação profissional leva à construção crítica pelo sujeito do que é e qual o porquê do seu trabalho.

O currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, que é o que acaba por lhe dar significado real. Daí que a única teoria possível que possa dar conta desses processos tenha de ser do tipo **crítico**, pondo em evidência as realidades que o condicionam (SACRISTÁN, 2000, p. 21, grifo nosso).

Em essência, pensou-se *a priori* que a formação profissional do bombeiro militar é sistematizada a partir da questão do modelo curricular tradicional do “como ensinar?”, com o objetivo principal de se alcançar o “saber-fazer”. Nesse sentido, considera-se que a indagação posta pelas atuais diretrizes da formação profissional, a respeito do “por quê ensinar?”, com o objetivo de se alcançar o “saber-agir” e o “saber-ser” é fundamental para a formação do profissional bombeiro.

Objetivos da pesquisa

Objetivo geral

Analisar a formação profissional do oficial subalterno oriundo do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), sob a ótica das teorias do currículo.

Objetivos específicos

- a) Analisar os documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO: Projeto Político Pedagógico e matriz curricular vigente;
- b) Identificar o(s) fundamento(s) político-ideológico(s) que constitui(em) o CHO;
- c) Investigar as percepções dos discentes do CHO acerca de qual é a finalidade da sua formação e como as atividades formativas desenvolvidas durante o curso podem contribuir para a sua prática profissional;
- d) Investigar as concepções dos oficiais egressos do CHO acerca de quais são as relações entre o currículo do curso e a prática de seu trabalho;
- e) Analisar a atuação do oficial bombeiro militar de Minas Gerais, incluindo valores, crenças e relações de poder manifestos em seu cotidiano profissional.

Esta dissertação foi organizada em quatro capítulos, seguintes a esta introdução. No Capítulo 1 são apresentados conceitos do que vem a ser o currículo, seguidos das teorias do currículo agrupadas em *tradicionais*, *críticas* e *pós-críticas*, com apontamentos de alguns autores que se aproximam de cada um desses grupos. No Capítulo 2 é caracterizado o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e são apresentados o Curso de Habilitação de Oficiais e o perfil do egresso. No Capítulo 3 está descrita toda a trajetória metodológica empreendida para se alcançar os dados da pesquisa. O Capítulo 4 refere-se aos resultados e discussão dos dados. E, por fim, as considerações finais tratam dos achados mais relevantes desta pesquisa.

1 O CURRÍCULO E SUAS TEORIAS

Durante a revisão de literatura, foram encontradas diversas conceituações do que é o currículo. As autoras Lopes e Macedo, no livro *Teorias de Currículo* (2011), muito bem definem que:

O currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas / atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas / atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

De acordo com Silva, em seu livro intitulado *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo* (2013), o currículo é sempre resultado de uma seleção. Tal seleção tem, pois, uma intencionalidade. É essa intencionalidade que as teorias do currículo tentam compreender para justificar porque determinado tipo de conhecimento ou disciplina foi selecionado em detrimento de outro(s). Pode-se dizer, ainda, que a intencionalidade do currículo se concretiza no ser humano formado por meio dele. Talvez essa questão seja anterior à escolha dos conhecimentos e disciplinas: qual tipo de pessoa se quer para um determinado tipo de sociedade? Esse pode ser o norte do currículo e a sua seleção.

Ainda que o currículo exista desde que se tem registros de uma relação de ensino / aprendizagem, o campo de estudos do currículo ganha notoriedade apenas no século XX, com a institucionalização da educação de massas, destacadamente nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse contexto, surgem obras como a dos autores John Dewey (1902), Franklin Bobbitt (1918) e Ralph Tyler (1949), que se caracterizaram como as **teorias tradicionais** do currículo.

Ao refletirem sobre o pensamento de Dewey, Teitelbaum e Apple (2001) afirmam que Dewey foi um intelectual à frente de seu tempo e que suas obras não podem ser limitadas ao pensamento tradicional. Dewey acreditava que a escolarização era a solução para o

desenvolvimento intelectual e para o progresso da sociedade. No entanto, esta visão de educação destoava do modelo pedagógico adotado pelas escolas públicas norte-americanas, centrado na eficiência do ensino por meio da repetição, tendo como principal objetivo a formação de mão de obra. Em contraponto, Teitelbaum e Apple alegam que:

Dewey criticou severamente as escolas públicas por silenciarem e ignorarem os interesses e as experiências dos[as] alunos[as], utilizando uma linguagem artificial (provavelmente sobre um vago futuro) que serve apenas para alienar os[as] estudantes, hiperdependente dos testes para avaliar a aprendizagem dos[as] estudantes, diferenciando-os[as] de acordo com a sua presumível destreza em participar de uma aprendizagem manual ou mental, ao invés de oferecer ambas a todos[as] e isolando as matérias umas das outras ao invés de as unir em torno das experiências vividas dos[as] estudantes com o conhecimento (TEITELBAUM; APPLE, 2001, p. 198).

Diferentemente do pensamento de Dewey, as teorias tradicionais construídas por Bobbitt e Tyler acabaram por se tornar as vertentes dominantes da educação norte-americana em boa parte do século XX. O modelo de Bobbitt estava centrado na economia e tinha inspiração no tipo de organização fabril proposto por Frederick Taylor. Na perspectiva de Bobbitt, a questão central do currículo era a sua organização, que culminou na noção de “desenvolvimento curricular”. Bobbitt preocupou-se em estabelecer padrões de ensino, deixando claro que o objetivo do currículo era eminentemente técnico, focado no “como fazer”. Nesse contexto histórico, Kuenzer (1999) afirma que:

Esta pedagogia do trabalho taylorista-fordista priorizou os modos de fazer e o disciplinamento, sem nunca se comprometer com o estabelecimento de uma relação entre o trabalhador e o seu conhecimento que, ao integrar conteúdo e método, propiciasse o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas. [...] Nos cursos de formação profissional, os conteúdos foram selecionados a partir de tarefas típicas de cada ocupação, notorizando-se as séries metódicas e a análise ocupacional pelas agências formadoras de mão-de-obra. O aprendizado privilegiou as formas de fazer para uma ocupação definida [...] com tecnologia rígida e pouco dinâmica (KUENZER, 1999, p. 127).

O modelo curricular de Bobbitt alcançaria seu ápice na obra de Tyler *Princípios básicos de currículo e ensino* (1949), que dominou o campo do currículo norte-americano e influenciou vários países até o final do século XX, inclusive o Brasil. Tyler baseou seus estudos em torno da ideia de organização e desenvolvimento curricular, também centrado na questão técnica do “como ensinar”. Segundo Lopes e Macedo (2011), Tyler estabeleceu questões básicas que o currículo deveria responder:

Que objetivos educacionais deve a escola procurar alcançar? Como selecionar experiências de aprendizagem que possam ser úteis na consecução desses objetivos?

Como podem ser organizadas as experiências de aprendizagem para um ensino eficaz? Como se pode avaliar a eficácia de experiências de aprendizagem? Como o estafe de uma escola ou faculdade pode trabalhar na elaboração do currículo? (TYLER *apud* LOPES; MACEDO, 2011, p. 45).

A partir desses questionamentos, foi estabelecida a divisão tradicional da educação escolar: currículo, ensino / instrução e avaliação. Numa reflexão sobre os princípios de Tyler, Kliebard (2011) afirma que:

Uma das razões do êxito dos princípios de Tyler é sua própria racionalidade. Constituem um quadro de referência extremamente racional para elaborar um currículo: equilibram adequadamente os excessos conflitantes e contornam os perigos aos quais o doutrinador (ideólogo) está sujeito. Em certo sentido, os princípios de Tyler são imperecíveis. Permanecerão, provavelmente, como o modelo de elaboração de currículo para os que o concebem como uma engrenagem complexa que visa transformar o material bruto que as crianças trazem para a escola em um produto útil e bem acabado. Por definição, o modelo de produto aplicado ao currículo e ao ensino começa com um esquema que mostra no que o aluno se transformará, uma vez tendo passado pelo processo (KLIEBARD, 2011, p. 33).

Essa visão tradicional do currículo, que se intitulava neutra, científica e objetiva, só foi contestada a partir dos anos 1960 (SILVA, 2013). Nesse momento histórico, eclodem movimentos sociais e culturais em diversas partes do mundo, o que acaba por refletir nos estudos e concepções curriculares. As **teorias críticas** do currículo ou, segundo Apple (2006, p. 251), os *estudos educacionais críticos*, preocuparam-se em desenvolver formulações que permitissem compreender, principalmente com base em uma análise marxista, o que o currículo faz. De forma geral, essas teorias afirmam que existe uma ligação entre educação e ideologia³, entre cultura, formas de dominação e sociedade, numa análise da dinâmica de classe e das relações de poder. No campo das ciências sociais e da educação em particular, vários autores elaboraram teorias que foram apontadas como críticas e, embora possuíssem uma questão central comum de pensamento, apresentavam suas particularidades. Nesse diapasão, optou-se por trazer à baila Paulo Freire (Brasil), Michael Apple (EUA) e J. Gimeno Sacristán (Espanha).

Dentre os diversos estudos educacionais críticos, desenvolvidos a partir de um processo histórico por vezes não-linear, encontra-se no Brasil a pedagogia crítica de Paulo Freire. Em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1970), apesar de não desenvolver uma teorização sobre currículo, Freire discute questões associadas com teorias propriamente curriculares. Quando o autor se propõe a perguntas como “o que ensinar?” e “o que significa conhecer?”, há aí fundamentalmente uma teorização curricular. Tanto é que suas obras influenciaram diversos

³ Segundo Nigel Harris *apud* Apple (2006, p. 204), “as ideologias não são descrições disfarçadas do mundo, mas descrições reais do mundo a partir de determinado ponto de vista”.

outros pensadores do currículo, notoriamente da escola norte-americana – vale ressaltar que a primeira tiragem do livro citado foi em inglês, uma vez que Paulo Freire estava à época no exílio imposto pela ditadura militar brasileira.

Ao trabalhar conceitos como o de “educação bancária”, na qual as informações são simplesmente transferidas do professor para o aluno, e propor em contraponto e como saída a “educação problematizadora”, cujo conhecimento se realiza como prática da liberdade de maneira dialógica⁴, pode-se inferir ao pensamento freireano a defesa da dialogicidade no processo de elaboração curricular com vistas a possibilitar o pensamento crítico, transformador e emancipatório, rumo à conscientização humana. Para tanto, Freire (1987) afirma que o diálogo entre educador-educando começa na busca do conteúdo programático:

A inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação. Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos –, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 1987, p. 83).

Sob a influência da pedagogia freireana e ancorado em diversos outros autores, principalmente em Antonio Gramsci e Raymond Williams, Samuel Bowles e Herbert Gintis, Basil Bernstein, Michael Young e Pierre Bourdieu, o norte-americano Michael Apple desenvolve uma teoria crítica do currículo, de cunho marxista, concretizada no livro *Ideologia e Currículo*, publicado pela primeira vez em 1979. Centrado na questão do “por quê ensinar?”, Apple se apropria dos conceitos de hegemonia⁵, ideologia e controle social para elaborar sua análise crítica do currículo.

No pensamento de Apple (2006), é o conceito de hegemonia que permite compreender o currículo como o campo educacional em que os grupos dominantes se utilizam, de maneira ideológica, para transformar a dominação econômica em hegemonia cultural, com vistas a alcançar o controle social numa sociedade de classes. No entanto, isso não ocorre de maneira deliberada no âmbito escolar, pois, segundo o autor:

As escolas, portanto, “produzem” ou “processam” tanto o conhecimento quanto as pessoas. Em essência, o conhecimento formal e informal é utilizado como um filtro complexo para “produzir” ou “processar” pessoas, em geral por classes; e, ao mesmo tempo, diferentes aptidões e valores são ensinados a diferentes populações,

⁴ Ao conceituar a pedagogia tradicional como “anti-dialógica”, em contraponto Paulo Freire (1987) defendia a teoria da ação dialógica, centrada na co-laboração, na união, na organização (das massas) e na síntese cultural.

⁵ Segundo Apple (2006, p. 129), “o conceito de hegemonia implica que padrões fundamentais na sociedade sejam mantidos por meio de pressupostos ideológicos tácitos, regras, que não são em geral conscientes, e também por meio do controle econômico e do poder”.

frequentemente também de acordo com a classe (e o sexo e a raça). Na verdade, para essa tradição mais crítica, as escolas recriam de maneira latente disparidades culturais e econômicas, embora isso não seja, certamente, o que a maior parte das escolas pretenda (APPLE, 2006, p. 68).

Apple defende que tanto os conhecimentos formais quanto os informais ensinados pela escola, perpassando pelos procedimentos de avaliação, etc., devem ser analisados e contextualizados com as “estruturas econômicas, sociais e ideológicas que se encontram fora dos prédios da escola” (APPLE, 2006, p. 105). Nesse sentido, o autor sinaliza que tanto quanto a hegemonia é reproduzida nas escolas sobretudo por meio do currículo oculto⁶, também são mantidas uma visão acrítica das instituições de poder e a adoção de uma visão curricular fundamentalmente técnica e positivista como aspecto de uma cultura eficaz e dominante levada a cabo pela legitimação dos pensadores do currículo como também pelos próprios professores (APPLE, 2006, p. 151).

Outra perspectiva de análise crítica do currículo que merece destaque é o estudo das práticas curriculares, sendo um dos seus principais pensadores o espanhol J. Gimeno Sacristán. Para o autor,

[...] entender o currículo num sistema educativo requer prestar atenção às práticas políticas e administrativas que se expressam em seu desenvolvimento, às condições estruturais, organizativas, materiais, dotação de professorado, à bagagem de ideias e significados que lhe dão forma e que o modelam em sucessivos passos de transformação (SACRISTÁN, 2000, p. 21).

O currículo, em termos práticos, é composto por tudo que ocupa o tempo escolar, então ele é algo mais do que o tradicionalmente considerado: como o conteúdo das matérias ou áreas a ensinar. Caso contrário, não haveria como entender as projeções práticas relacionadas com a educação moral, o fomento de atitudes e sensibilidades, o preparo para entender o mundo, etc. Presumimos que a educação tem a capacidade de servir para o desenvolvimento do ser humano como indivíduo e cidadão, de sua mente, seu corpo e sua sensibilidade. Esses objetivos devem ser concretizados por meio de conteúdos, períodos de tempo e atividades específicas, e, para que sejam alcançados, é preciso ir além da acepção clássica da cultura acadêmica. Exige-se, portanto, que o currículo seja expresso em um texto que contemple toda a complexidade dos fins da educação e desenvolva uma ação holística capaz de despertar nos sujeitos processos que sejam propícios para o alcance desses objetivos (SACRISTÁN, 2013, p. 24).

Ao refletir sobre a integração entre teoria e prática no âmbito curricular, Sacristán (2000) defende que:

A orientação curricular que centra sua perspectiva na dialética teoria-prática é um esquema globalizador dos problemas relacionados com o currículo, que, num contexto democrático, deve desembocar em propostas de maior autonomia para o sistema em

⁶ De acordo com Silva (2013, p. 78), na perspectiva crítica, o currículo oculto é concretizado pelas atitudes, comportamentos, valores e orientações que são estabelecidos no ambiente escolar de forma tácita, sem compor, portanto, o currículo oficial (explícito).

relação à administração e ao professorado para modelar sua própria prática. Portanto, é o discurso mais coerente para relacionar os diferentes círculos dos quais procedem determinações para a ação pedagógica, com uma melhor capacidade explicativa, ainda que dela não sejam deduzíveis simples “roteiros” para a prática (SACRISTÁN, 2000, p. 47).

Sacristán (2000) reconhece que o currículo não se limita a uma organização de conhecimentos, mas constitui-se num terreno complexo multifatorial, cuja dinâmica envolve diversos dispositivos e práticas. Essa relação do currículo com os sujeitos em seu contexto nos permite avançar para a compreensão deste como *práxis*⁷.

A partir dessa concepção, Sacristán (2000, p. 48-49) defende que é fundamental que o planejamento, a ação e a avaliação direcionem as reflexões do currículo enquanto *práxis*; que o currículo considere o mundo real, levando-se em consideração seu contexto social, político, econômico e histórico; que o ambiente de aprendizagem é um ambiente social e cultural marcado pelas referências dos sujeitos que fazem parte e se relacionam com a escola; que o currículo deve assumir seu conteúdo como construção social, na participação dos estudantes da elaboração de seu próprio saber, norteado pelos saberes dos professores; e que o currículo, como uma criação social, é permeado de conflitos causados pelos diferentes sistemas de valores, de crenças e de ideias que servem de base ao sistema curricular.

Ainda, o autor elabora uma concepção sobre o currículo na ação. Para Sacristán (2000, p. 201), “o valor de qualquer currículo, de toda proposta de mudança para a prática educativa, se comprova na realidade na qual se realiza, na forma como se concretiza em situações reais”. Dessa forma, pode-se dizer que a análise do currículo na ação desvela a sua concretude, a partir de informações sobre os seus resultados, tanto numa perspectiva dos alunos quanto dos professores e até mesmo da própria escola. O autor defende que,

Se o currículo é ponte entre a teoria e a ação, entre intenções ou projetos e realidade, é preciso analisar a estrutura da prática onde fica moldado. Uma prática que responde não apenas às exigências curriculares, mas está, sem dúvida, profundamente enraizada em coordenadas prévias a qualquer currículo e intenção do professor. Por tudo isso, a análise da estrutura da prática tem sentido colocando-a desde a ótica do currículo concebido como processo na ação. É agora o momento decisivo da análise da *prática pedagógica* na qual se projetam todas as determinações do *sistema curricular*, onde ocorrem os processos de deliberação e onde se manifestam os espaços de decisão autônoma dos seus mais diretos destinatários: professores e alunos (SACRISTÁN, 2000, p. 201, grifos do autor).

⁷ Segundo Sacristán (2000, p. 201), “o currículo, ao se expressar através de uma *práxis*, adquire significado definitivo para os alunos e para os professores nas atividades que uns e outros realizam e será na realidade aquilo que essa depuração permita que seja”.

Essas discussões centradas no currículo e a sua conexão entre poder e ideologia foram “criticadas”, sobretudo a partir dos anos 1990, por movimentos e teorizações que se fundamentavam em outros temas sociais, culturais, políticos, etc. Na verdade, são diversas teorizações, com questões e problemáticas próprias, mas que ficaram conhecidas como **teorias pós-críticas** do currículo.

Em essência, a pergunta norteadora das teorias pós-críticas é a mesma das teorias críticas, qual seja, “por quê ensinar?”. O que as diferencia fundamentalmente é seu foco de análise. Enquanto as teorias críticas se concentraram na análise das desigualdades educacionais baseada na dinâmica de classe, as teorias pós-críticas centram-se no multiculturalismo, nas relações e discursos de gênero, raça, etnia, sexualidade, subjetividade e identidade, no pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-colonialismo e outros (SILVA, 2013; LOPES; MACEDO, 2011).

Lopes e Macedo (2011) reconhecem a importância dos trabalhos de Silva (já citado anteriormente), sobretudo na tradução e em seus diálogos com Foucault, Derrida, Deleuze, Gatarri e outros. Além disso, no já citado livro de Silva (2013), o autor aborda em capítulos as principais discussões pós-críticas do currículo. Nas partes finais do livro, o autor defende que houve uma cisão, até mesmo uma superação das teorias pós-críticas em detrimento das teorias críticas. Em *Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política*, Silva (1999) afirma que:

As atuais transformações econômicas, culturais, políticas e sociais impõem questões cruciais e urgentes sobre a natureza do conhecimento e do currículo. Se no passado, a questão ‘qual conhecimento, qual currículo?’ nunca pôde ser respondida de forma tranquila, sem conflitos e disputas, sem dúvidas e incertezas, ela, se torna, hoje, ainda mais problemática. Cada uma dessas transformações exige que coloquemos, uma e outra vez, sempre, essa mesma questão. Particularmente, as transformações recentes na produção e na política, exigem que questionemos, de forma renovada, o velho mantra da ‘educação para o trabalho e para a cidadania’. Para não ficar prisioneira das formas dominantes pelos quais o problema é definido, a teorização crítica deveria começar a questionar cada um dos termos dessa equação e até mesmo as formas pelas quais a própria conexão (educação, de um lado, e trabalho e cidadania, de outro) é estabelecida. No momento em que a educação é redefinida em termos puramente econômicos, é importante que a teorização crítica se afaste de uma formulação do problema que simplesmente reforce essa definição (SILVA, 1999, p. 83).

Ao contrapor a análise de Silva com o referencial apresentado pelas teorias críticas, pode-se inferir que essa visão do autor não se sustenta, uma vez que a questão central dessas teorias são os processos de dominação contidos no currículo e a sua contribuição para a reprodução de desigualdades. Assim como alguns teóricos críticos apresentaram suas particularidades, pode-se pensar o mesmo dos teóricos pós-críticos. A caracterização desses

estudos como pós-críticos não deve, portanto, em razão do prefixo “pós”, ser encarada como uma *etapa superior* de pensamento, mas sim como uma reconfiguração. De acordo com Lopes (2013, p. 11), “ser ‘pós’ algum movimento ou escola de pensamento [...] implica problematizar esse mesmo movimento ou escola de pensamento, questionar as suas bases, as suas condições de possibilidade e de impossibilidade”.

De forma conciliadora, ao refletir sobre as análises entre as relações sociais na escola e as relações sociais na produção, Miguel Arroyo defende tanto a visão crítica quanto a pós-crítica do currículo ao afirmar que:

O que importa é que essas análises em sua diversidade colocaram uma questão nuclear para a pedagogia: como se formam os indivíduos? Como se dão os processos de aprendizagem e de socialização? Insisto na importância de que essa questão nuclear tenha vindo para nosso campo da educação escolar trazida por historiadores, sociólogos, cientistas políticos, economistas, o que, antes de provocar resistência das teorias pedagógicas, poderia estimular o diálogo com as ciências preocupadas com os complexos processos de formação do ser humano. Sempre que a pedagogia se abriu a outras ciências saiu enriquecida. Ela nunca teve o monopólio das teorias de formação humana, nem da inserção cultural, da socialização ou dos processos de aprendizagem (ARROYO, 1999, p. 26).

Do que foi até aqui discutido, pode-se perceber que cada teoria utiliza de conceitos para tentar entender a realidade. Sendo assim, as formas críticas e pós-críticas de ver o currículo assumem posições epistemológicas na tentativa de superar a visão tradicional, seja através das análises de ideologia e poder, seja nas análises de discurso. Por fim, espera-se que a formação profissional do bombeiro militar oriundo do CHO seja mais bem compreendida por meio da sua análise sob a ótica das teorias do currículo.

2 O CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS E O PERFIL DO EGRESSO

2.1 Breve caracterização do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

Dentre os órgãos que compõem a segurança pública, previstos na Constituição Federal do Brasil, aos corpos de bombeiros militares é atribuída a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988).

Em Minas Gerais, a criação do Corpo de Bombeiros remonta aos tempos da construção da capital Belo Horizonte. Incorporado à Guarda Civil em 1911, no ano seguinte acaba por ser engajado à Força Pública (atual Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG). Em

1934, o Corpo de Bombeiros alcança sua autonomia e passa a se chamar Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, ficando subordinado à Secretaria de Segurança Pública. Porém, em 1966, o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais é reintegrado à PMMG, vindo a alcançar nova autonomia somente no ano de 1999, momento no qual recebe o nome de Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) – e o mantém até os dias atuais (CBMMG, 2013).

A carreira militar dos bombeiros segue o mesmo padrão dos policiais militares, tendo como referência o Exército Brasileiro, sendo dividida entre oficiais e praças. A carreira militar dos oficiais é subdividida hierarquicamente em postos, sendo que os oficiais subalternos (2ºs-tenentes e 1ºs-tenentes) ocupam o primeiro posto (a base) da hierarquia, seguidos dos oficiais intermediários (capitães) e superiores (majores, tenentes-coronéis e coronéis). Não há oficiais-generais nos Estados (apenas nas Forças Armadas). Já a carreira militar das praças é subdividida hierarquicamente em graduações, sendo que os soldados ocupam a base, seguidos dos cabos, sargentos (3ºs, 2ºs e 1ºs) e subtenentes (MINAS GERAIS, 1969).

O ingresso no CBMMG se dá por meio de concurso público, sendo exigido o ensino médio, seja para o quadro de praças ou de oficiais. No caso das praças, o cidadão ingressa na Corporação na graduação de soldado de 2ª classe e realiza o Curso de Formação de Soldados (CFSd), com duração de seis a nove meses; para o quadro de oficiais, o cidadão ingressa como cadete e realiza o Curso de Formação de Oficiais (CFO), com duração de três anos. Há, no entanto, a possibilidade de o bombeiro militar progredir do quadro de praças para o de oficiais por meio do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), voltado para os Subtenentes, os 1ºs-Sargentos e os 2ºs-Sargentos que tenham, no mínimo, 15 (quinze) anos e, no máximo, 24 (vinte e quatro anos) de efetivo serviço. Esta última formação é o objeto do estudo proposto.

2.2 O Curso de Habilitação de Oficiais

Até o ano de 2011, tanto o CHO quanto o CFO eram realizados na Academia de Polícia Militar (APM) da PMMG. Naquela época, o CHO era um curso livre e não possuía o reconhecimento como curso superior. Por força da Lei Complementar nº 115/2010 e com a criação da ABM em 02 de março de 2011, a formação dos oficiais passou a ser realizada pelo CBMMG, em nível de graduação, com autorização do Conselho Estadual de Educação (CEE), sendo o CHO reconhecido em 24 de agosto de 2016 como Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, por meio da Resolução SECTES nº 042/2016 (CBMMG, 2016).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do CHO foi elaborado no ano de 2016, tendo o documento 235 páginas. De acordo com o PPP (2016, p. 7), a principal motivação para a sua

elaboração foi a “constatação da importância da continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional”. O documento traz informações sobre a ABM, o curso, a gestão acadêmica e administrativa, a infraestrutura escolar e o planejamento econômico-financeiro (PPP, 2016, p. 7). Por considerar o PPP um documento fundamental desta pesquisa, procurou-se entender as bases teóricas do que vem a ser um PPP para depois buscar uma interlocução entre as teorias do currículo e a composição do PPP do CHO, na tentativa de identificar, por fim, o(s) fundamento(s) político-ideológico(s) que constitui(em) o CHO.

Dando ênfase à importância e definição do Projeto Político Pedagógico de um curso, Vasconcellos (2007) afirma que:

O Projeto Político-Pedagógico (ou Plano Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2007, p. 169).

O autor evidencia, ainda, que o PPP é simultaneamente um processo e um produto de uma planificação destinada a orientar a organização e o funcionamento da escola, tendo em vista a obtenção de determinados resultados. Nesse sentido, o PPP do CHO (2016) traz claramente que a ação educativa e seus resultados esperados se concentram na **formação crítica** desses futuros oficiais, pois busca-se o “saber-fazer” mas há também uma preocupação com o “saber-agir” e o “saber-ser”:

O curso visa atender as novas demandas e desafios atuais, oportunizando o aprimoramento de atributos indispensáveis à formação militar como, flexibilidade, iniciativa, capacidade de superar desafios sempre com uma postura ética e inter-relacional. O aprimoramento do processo ensino-aprendizagem e aperfeiçoamento profissional ampliará os conhecimentos do profissional comprometido com a segurança pública e, com o gerenciamento e gestão de catástrofes, auxiliando na construção de uma realidade articulada com a cidadania e os preceitos dos direitos humanos (PPP, 2016, p. 7).

A teoria crítica do currículo se caracteriza pelo vínculo entre a proposta educacional e a realidade social na qual esta proposta se efetiva. Assim, os teóricos críticos enfatizam a dimensão cultural que se expressa nas concepções, nos valores, na escolha e organização dos conhecimentos e saberes, nas práticas escolares, na normatização dos modelos de comportamentos e condutas. O que se percebe no PPP do CHO (2016) é a proposta de vincular

a formação do bombeiro com a realidade social, de oferecer ao discente uma formação mais ampla que a meramente operacional:

O Projeto Político Pedagógico deste curso [...] estabelece estratégias que permitem que a Academia de Bombeiros Militar mensure sistematicamente o seu trabalho de formar oficiais, **mas antes de tudo, cidadãos compromissados com o bem social** e sabedores dos seus deveres e obrigações.

[...]

O nosso profissional deverá desenvolver uma **visão sistêmica** e será capaz de identificar as principais características e necessidades de uma sociedade que ele assistirá, **jamais se esquecendo do compromisso com os direitos humanos e sociais**. Acreditamos que nosso aluno **desenvolverá um apurado senso crítico** e será pautado por conhecimentos amplos, visto que transitará por áreas diversas, tais como: profissionais, sociais aplicadas, exatas, dentre outras.

Sempre amparados por conhecimentos das disciplinas de áreas humanas, que possibilitarão a compreensão do homem como ser psicossocial, compreendendo as abordagens técnicas, estratégicas, preventivas e operacionais, desenvolvendo habilidades e competências para lidar com os riscos constantes da profissão que exerce (PPP, 2016, p. 7-8, grifo nosso).

Outro ponto que merece destaque, nesse diapasão, são os valores e os objetivos da ABM contidos no PPP (2016), que demonstram sintonia com a pedagogia de Freire e buscam a formação do intelectual orgânico defendida por Gramsci:

Valores

A Academia de Bombeiros Militar considera como valores primordiais, norteadores das ações estratégicas na área acadêmica:

- a) **o indivíduo**, como sujeito **cidadão democrático** e a sua vivência comunitária, como canal de desenvolvimento próprio e da coletividade;
- b) **a idoneidade e a ética**, como atributos inerentes ao ser humano e **norteadores do processo de formação da cidadania**;
- c) **a relação educando/educador respeitosa e harmônica, e o papel do docente, fomentador do processo consciente e crítico** de desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes do aluno, **gerador de seu próprio crescimento profissional**.

Objetivos

A Academia de Bombeiros Militar tem por objetivo:

- a) **formar cidadãos capazes de** manejar, compreender e **criticar a teoria**, de modo que melhorem a vivência prática;
- b) capacitar o profissional, possibilitando o **diálogo** profícuo entre as demandas sociais e os diversos ramos do conhecimento;
- c) modernizar a prática de gestão e gerenciamento, com articulação permanente com os avanços científicos e o saber acumulado;
- d) **desenvolver programas de iniciação científica e de extensão, estimulando a pesquisa**;
- e) **propiciar a compreensão e análise dos impactos ambientais, sociais, econômicos, resultantes da incorporação de novas tecnologias**;
- f) **manter intercâmbio com instituições militares e de ensino superior**;
- g) oferecer serviços de qualidade, em todas as áreas em que atuar;
- h) desenvolver ação social preventiva e ação gerencial complementares, articulando-se com a política de segurança pública;
- i) **adotar flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização constante em seu processo de formação**. (PPP, 2016, p. 11, grifo nosso).

Os objetivos do curso, por sua vez, trazem propostas que se aproximam das teorias marxianas, na medida em que valorizam o ensino intelectual e politécnico, bem como visam proporcionar ao discente uma formação crítica que supere o modelo tradicional do “saber-fazer”:

Objetivos do Curso

O Curso objetiva possibilitar a aquisição de conhecimentos específicos aos novos gestores de uma Corporação em contínuo avanço:

- a) **desenvolver as competências necessárias** para que os profissionais formados possam **atuar de forma preventiva e reativa**, em conformidade aos princípios da legalidade, da ética, da moral e **principalmente do respeito ao ser humano**, mediados pela aquisição dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso;
- b) **proporcionar ao discente uma articulação dos conhecimentos teóricos aprendidos e a possibilidade de vivenciá-los na prática**, mediante as atividades operacionais de bombeiro, nas quais os discentes são constantemente empregados;
- c) **desenvolver a habilidade de pensar e agir estrategicamente**, voltada para obtenção de resultados dentro da Corporação, **visando maior qualidade, criatividade e posicionamento de suas ações**;
- d) **desenvolver habilidades de gerenciamento** eficaz das pessoas nas diversas formas de organização, **com ênfase na comunicação e trabalho em equipe**;
- e) **estimular o pensamento crítico, reflexivo e criativo, aliados ao apuro técnico profissional**;
- f) gerar conhecimentos para empreender o gerenciamento técnico operacional e administrativo através de uma **interação com o meio social, político, econômico e cultural**;
- g) **formar recursos humanos aptos a enfrentar situações diversas com emprego da técnica adequada**;
- h) **atuar com visão holística**, no sentido de habilitá-lo a interagir com o público e as equipes envolvidas nas ações de socorro;
- i) reconhecer a importância das diferentes disciplinas com abordagens que permitam **um olhar diferenciado crítico-reflexivo sobre a realidade educacional**;
- j) estabelecer reestruturação organizacional através do sistema de informação;
- k) **analisar as estruturas urbanas que compõem o espaço metropolitano e da inter-relação entre esta e o ambiente natural**;
- l) conhecer as medidas de segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco, do Estado de Minas Gerais;
- m) aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes às atividades de bombeiro militar;
- n) empregar raciocínio abstrato, espacial e lógico característicos do cálculo, a situações em que este seja necessário reconhecer problemas reais de ordem física, econômica ou administrativa;
- o) **reconhecer a importância de preservar o meio ambiente e das ações de proteção ambiental nos atendimentos aos incêndios e demais atividades**;
- p) proporcionar o estudo das principais patologias sistematicamente encontradas nas edificações, pesquisando sua causa e prevenção;
- q) conhecer e identificar os elementos estruturais, conhecendo seu comportamento quando submetidos a diversos tipos de carregamentos, proporcionando maior segurança na atuação operacional;
- r) compreender e proporcionar possibilidades do conhecimento dos fenômenos jurídicos e sociais relativos à questão ambiental;
- s) elaborar relatórios com os dados de cada ocorrência para fins estatísticos e de controle;
- t) proporcionar uma visão geral da ciência do direito, de modo a identificá-la como sistema normativo que condiciona a vivência do homem na sociedade e entendê-la como conjunto de regras de condutas oriundas do estado e adaptadas ao meio social, além de proporcionar o embasamento teórico legal relativo às atividades bombeiro militar;

- u) atuar em atividades docentes no ensino técnico-profissional, desenvolver treinamento técnico especializado em atendimento a emergências em acidentes e vítimas com produtos nocivos a integridade do homem e do meio ambiente, focando a prevenção, o atendimento emergencial e o pós-emergencial, em cumprimento aos requisitos normativos;
- v) realizar vistorias, avaliação e pareceres técnicos;
- w) identificar e discernir as várias categorias de projetos construtivos, entendendo a linguagem gráfica e simbólica destes;
- x) capacitar o profissional a entender, planejar e operacionalizar toda sistemática da gestão de frotas da corporação;
- y) permitir uma **aproximação entre falantes da língua portuguesa e a utilização de uma língua viso-gestual utilizada pelas comunidades surdas** para maior eficácia e eficiência no atendimento ao público (PPP, 2016, p. 15-16, grifo nosso).

Quanto às finalidades do curso, nota-se uma valorização da formação militar desses futuros oficiais, sem se abrir mão de sua formação crítica:

O curso tem a finalidade de formar um profissional capacitado ao exercício das funções de oficiais subalternos, tanto nos aspectos operacionais quanto nas funções internas no âmbito da Corporação. *Para isto, deve internalizar e dignificar o ideário do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais, administrando situações onde a prevalência da ordem e estado de direito sejam mantidos.*

A educação do oficial Bombeiro Militar visa também **desenvolver o espírito científico, estimular o conhecimento do mundo presente**, para prestar serviços à comunidade, estabelecendo com esta uma **relação de reciprocidade com a sociedade**.

Para cumprir com sua finalidade, o curso deve fomentar o **espírito de solidariedade e humanização do indivíduo**, enquanto realizador de suas funções, estimulando o profissional, a ser proativo desenvolvendo uma **visão ampla e reflexiva, suscitando no discente o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional** (PPP, 2016, p. 17-18).

Relativo ao currículo, o PPP (2016) apresenta informações sobre a estrutura do curso, a matriz (ou malha) e a organização curricular. Na estrutura do curso, chamam à atenção as características do currículo do CHO, em conformidade ao preconizado pelos estudos educacionais críticos:

Estrutura do curso

O Curso integra atividades de ensino, extensão e desenvolvimento da pesquisa, através do cumprimento do programa de disciplinas, atividades complementares, visando assegurar o intercâmbio e a produção de conhecimentos científicos que se reverterem em melhoria constante da qualidade de atuação do bombeiro militar.

As disciplinas oferecidas procuram capacitar os discentes para atuação no campo de gestão e gerenciamento de catástrofes, planejamento, técnicas operacionais, além das atividades inerentes a administração bombeiro militar. Busca-se nesse processo focalizar a aprendizagem na interatividade e conectividade, de modo a favorecer tanto o processo transformacional do ensino, quanto à valorização dos conhecimentos adquiridos pelos alunos nas atividades desempenhadas.

A abordagem interdisciplinar flexível do currículo **respeita a ação do aluno que está aberto à construção e reconstrução perante um diálogo transformador**. Tal aspecto atende a necessidade de acesso a uma formação respaldada nos **princípios da cidadania, dos direitos humanos, da cultura pela paz e da sua responsabilidade social** (PPP, 2016, p. 22-23, grifo nosso).

Ainda, na organização curricular, o PPP (2016) permanece em uma linha crítica de pensamento, ao afirmar que:

O processo didático-pedagógico do curso apresenta organização curricular interdisciplinar, flexível e contextualizada, **em conformidade com a prática profissional a ser desenvolvida.**

Ao longo do curso as disciplinas articulam-se, buscando assegurar profundidade e perspectivas adequadas à **integração de práticas e conhecimentos gerais, gerenciais e específicos, desenvolvimento de pesquisas e geração de novos conhecimentos.** As disciplinas oferecidas têm uma transversalidade profícua que permite uma **unidade na diversidade a partir do diálogo entre os eixos articuladores e as áreas temáticas** (PPP, 2016, p. 23).

Quanto à estrutura curricular, o CHO possui atualmente uma carga horária de 2.080 h/a (duas mil e oitenta horas/aula), com duração de 14 (catorze) meses e sua malha curricular é composta por 57 (cinquenta e sete) disciplinas, conforme se vê na Tabela 1:

Tabela 1 – Malha curricular do CHO com ingresso a partir de 2017

Nº	DISCIPLINAS DO 1º PERÍODO	CARGA HORÁRIA
1	Ordem Unida	30
2	Treinamento Físico Militar	40
3	Natação	30
4	Atendimento Pré-Hospitalar	60
5	Psicologia Aplicada a Atividade de Bombeiro Militar	30
6	Matemática	40
7	Salvamento Terrestre	30
8	Introdução ao Estudo do Direito	30
9	Policiaamento de Guardas	30
10	Direito Administrativo	30
11	Teoria Geral da Administração	40
12	Metodologia Científica	30
13	Direito Penal Militar	30
14	Direito Constitucional	30
15	Direitos Humanos	30
16	Química Geral	40
17	Filosofia	30
18	Ciência Política	30
19	Liderança Militar	30
20	Sociologia	30
21	Fundamentos da Mecânica dos Solos	30
22	Técnica, Estratégia e Tática de Combate a Incêndio	40
TOTAL - 1º Período		740

Tabela 1 – Malha curricular do CHO com ingresso a partir de 2017 (continuação)

Nº	DISCIPLINAS DO 2º PERÍODO	CARGA HORÁRIA
23	Ordem Unida	30
24	Combate a Incêndio Florestal	40
25	Treinamento Físico Militar	30
26	Natação	30
27	Ações em Ocorrências Envolvendo Produtos Perigosos	40
28	Processos Administrativos	40
29	Salvamento Terrestre	30
30	Segurança Contra Incêndio e Pânico	60
31	Mergulho Autônomo e Salvamento Aquático	60
32	Probabilidade e Estatística	30
33	Patologia das Construções	40
34	Processo Penal Militar	40
35	Direito Civil	30
36	Administração de Sistemas de Informação	40
37	Topografia	30
38	Hidráulica	30
39	Administração e Logística do Armamento	20
40	Direito Ambiental	30
41	Metodologia Científica	20
42	Técnica, Estratégia e Tática de Combate a Incêndio	60
43	Gestão de Pessoas	40
TOTAL - 2º Período		770
Nº	DISCIPLINAS DO 3º PERÍODO	CARGA HORÁRIA
44	Salvamento Terrestre	30
45	Sistema de Comando e Operações	30
46	Treinamento Físico Militar	30
47	Gerenciamento de Frota	40
48	Urbanismo – Uso e Ocupação do solo	30
49	Mapeamento e Gerenciamento de Área de Risco	30
50	Gestão Financeira e Orçamentária	40
51	Gestão Estratégica	40
52	Gestão, Planejamento e Coordenação de Defesa Civil	30
53	Salvamento em Altura	60
54	Gestão da Atividade de Inteligência	30
55	Libras	30
56	Climatologia	30
57	Metodologia Científica	20
TOTAL - 3º Período		470
ESTÁGIO OPERACIONAL		100
TOTAL GERAL EM HORA/AULA DE 50 MINUTOS		2.080
CONVERSÃO PARA HORA AULA DE 60 MINUTOS		1.733

Fonte: Resolução CBMMG nº 760/2017.

As disciplinas que compõem a matriz curricular são, em sua maioria, relativas ao “saber-fazer” de bombeiro. Destacam-se, neste contexto, disciplinas típicas da formação militar (Ordem Unida, Treinamento Físico Militar, Policiamento de Guardas, Liderança Militar). Entretanto, também se observam disciplinas de conhecimentos gerais das áreas de humanas e exatas (Psicologia, Matemática, Química, Filosofia, Ciência Política, Sociologia, Probabilidade e Estatística, Libras) que podem contribuir para a formação intelectual e politécnica desses

futuros oficiais. Já os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – não são propriamente disciplinas curriculares, mas, segundo Sacristán (2013, p. 263), “os objetivos da educação, em certas ocasiões, exigem a realização de atividades que não têm a condição estrita de conteúdos e devem ser consideradas parte integrante do currículo”.

O eixo epistemológico do PPP (2016) traz diretrizes críticas, que se aproximam dos estudos pedagógicos de Paulo Freire que defendem a autonomia dos sujeitos na relação educador-educando, bem como da busca de alinhamento entre teoria e prática no processo de aprendizagem, preconizado por J. Gimeno Sacristán:

Eixo Epistemológico

A ação educativa do curso direciona-se para um aluno **sujeito da sua própria formação, autônomo e competente**, motivado para aprender, disciplinado, organizado, que traz em sua bagagem experiências profissionais desenvolvidas nos anos de prestação de serviço bombeiro militar. Os alunos apresentam motivações internas que direcionam o aprendizado para o desenvolvimento das habilidades inerentes a sua profissão, sendo substrato do seu próprio aprendizado.

A necessidade de aprendizado contínuo ao longo da vida e carreira estimula experiências numerosas e diversificadas, motivações internas, satisfação no trabalho realizado, elevação de autoestima e melhora da qualidade de vida, formando profissionais competentes, seguros de suas habilidades profissionais e comprometidos com a sociedade.

O processo de ensino na ABM é concebido como um conjunto sistemático de ações planejadas ao qual se articulam conteúdo e forma, **permitindo que haja integração entre teoria e prática ressignificando o processo ensino aprendizagem**.

O currículo do curso de tecnólogo contempla disciplinas acadêmicas que envolvem as áreas do conhecimento no campo das ciências exatas, humanas, jurídicas, administrativas e gerenciais como eixo articulador para as disciplinas técnico – profissionais.

As teorias aliadas às práticas profissionais e estágios permitem ressignificar à aquisição do conhecimento como dimensão transversal, investindo numa sistematização consciente da prática pedagógica.

Nesse contexto, o projeto pedagógico visa proporcionar à Corporação uma formação de **gestores comprometidos com o bem-estar social, seguros de suas habilidades profissionais e comprometidos com a sociedade** (PPP, 2016, p. 24-25, grifo nosso).

Sobre as atividades acadêmicas, destacam-se diretrizes que também se amoldam às premissas dos estudos educacionais críticos, com realce para a dialogicidade defendida por Paulo Freire neste trecho do PPP (2016):

A inovação curricular, ou seja, a renovação e modificação do conteúdo a ser ministrado é condição necessária, mas não suficiente para alcançar plenamente os objetivos almejados pela ABM. Se a proposta é realmente oferecer alta qualidade de ensino, então, além do conteúdo, a forma de ensino deve ser revista. Em geral quando se trata da formatação de cursos, o foco principal são os problemas da matriz curricular e dos programas das disciplinas. A metodologia praticamente não é debatida.

A Academia de Bombeiros Militar possui entendimento de que **o seu corpo discente só alcançará a autonomia existencial e acadêmica que se deseja se ele também sentir-se responsável por sua própria formação.**

O aluno passa a ser sujeito de sua própria formação, em um processo que envolve o diálogo entre professores, alunos, vivências profissionais e conhecimento.

Cada disciplina ministrada deve ser regida pelo **princípio do estímulo da participação ativa do aluno**, levando este a enfrentar desafios e situações cotidianas concretas vivenciadas em seu contexto profissional.

Os professores serão incentivados a ressituar ações pedagógicas formativas, determinantes na busca por uma educação de qualidade, sendo estas mediatizadas por conhecimentos significativos, **em um espaço permanente de formação transversal e dialógica, possibilitando o desenvolvendo da autonomia** e a busca do crescimento pessoal, abrindo fontes para produção de conhecimento e pesquisa (PPP, 2016, p. 26, grifo nosso).

As demais partes do PPP do CHO não trazem, considera-se, elementos que poderiam contribuir com esta pesquisa e, por isso, não foram mencionadas. Por fim, pode-se afirmar que o fundamento político-ideológico que constitui o CHO, materializado através do seu PPP (2016), foi concebido com base nas teorias críticas do currículo. Vale ressaltar que, segundo Pierre Bourdieu (2015, p. 92), uma mudança político-ideológica requer o *habitus* de toda a comunidade escolar. Resta saber se há uma simbiose entre as pessoas da comunidade escolar em torno desse projeto, notadamente na relação professor/aluno e escola/aluno, o que será explorado adiante através das concepções e percepções dos discentes e tenentes egressos. Buscar-se-á, portanto, analisar se o CHO oferece ao discente uma formação profissional mais ampla do que simplesmente o “saber-fazer”, como proposto pelo PPP.

2.2 O perfil do egresso

No ano de 2010, o então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), assim definiu a atuação profissional do tenente bombeiro militar:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Comandam pelotões e postos de bombeiros; coordenam serviços operacionais; atuam na prevenção e normatização de sistemas e equipamentos de prevenção e combate a incêndio. Planejam atividades operacionais e administrativas e administram recursos humanos, financeiros e logísticos. Desenvolvem atividades de ensino e instrução e cuidam das informações e da comunicação social do Corpo de Bombeiros.

CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO

Trabalham em unidades do Corpo de Bombeiros Militar. Atuam em equipes de cooperação, sob supervisão de oficiais com patente superior. Podem trabalhar em ambientes fechados, abertos ou em veículos, e em horários irregulares. Estão sujeitos ao trabalho confinado, em locais subterrâneos ou em grandes alturas. Trabalham, muitas vezes, sob pressão, em posições desconfortáveis por longos períodos, expostos a materiais tóxicos, ruídos, altas temperaturas, enchentes e doenças infecto-contagiosas (CBO, v. 1, 2010, p. 43).

No dia 24 de novembro de 2016, foi concluído o Projeto de Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências, fruto de um trabalho idealizado pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) de Minas Gerais, que contém o Relatório do CBMMG composto por estudo científico dos cargos de soldado e tenente. Para fins desta dissertação, os dados trazidos do relatório do CBMMG serão referenciados com a sigla PAPMC.

A Análise Profissiográfica contida no PAPMC (2016, p. 9) traz “as características do cargo e as suas necessidades, tendo como principal produto o perfil profissiográfico do referido cargo”. Além de servir de fundamento no contexto da seleção de pessoal, isto é, no caso do CBMMG, definir o perfil do profissional desejado de forma a selecioná-lo antes do ingresso, numa das fases do concurso público,

a profissiografia também oferece subsídios para cursos de formação [...], visto que é possível identificar os aspectos mínimos a serem abordados nas disciplinas ministradas, por meio do estudo detalhado de todas as tarefas de determinado cargo, incluindo os níveis de dificuldade, de importância e de frequência com que ocorrem. Assim, o conhecimento não só do perfil profissiográfico, mas também das tarefas e ações que compõem determinado cargo podem contribuir para o planejamento de ações de capacitação mais condizentes com a realidade da instituição (PAPMC, 2016, p. 9-10).

Sobre o Mapeamento de Competências, o PAPMC (2016) define competência como a junção de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA) que devem ser relacionados aos aspectos técnicos, sociais e comportamentais envolvidos no trabalho. De acordo com o PAPMC (2016, p. 11), o *conhecimento* (saber o que e por que fazer) está associado às informações sobre produtos e serviços e à capacidade de identificar possibilidades internas ou externas de atuação, a *habilidade* (saber como fazer) refere-se ao saber executar as atribuições e a *atitude* (querer fazer) está associada à ação, ou seja, refere-se ao agir para obtenção de resultados. Além disso, como o foco da análise profissiográfica são as competências individuais, o PAPMC trouxe duas subcategorias: as competências técnicas e as competências comportamentais:

As **competências técnicas** referem-se aos métodos, processos e técnicas necessárias para conduzir uma atividade específica, bem como as habilidades de utilizar ferramentas e operar equipamentos relacionados a uma atividade. Comumente denominadas de competências profissionais ou técnico-intelectuais, tais competências são próximas à descrição de cargos, posto que se relacionam diretamente à consecução das ações e tarefas prescritas para o correto desempenho de uma função. Relacionam-se ao grau de expertise e excelência operacional no desempenho de suas atribuições. As competências técnicas referem-se, usualmente, aos componentes “Conhecimentos” e “Habilidades” em interdependência.

As **competências comportamentais** compreendem as competências relacionadas a comportamentos humanos e processos interpessoais, expressas nos tipos de relacionamento interpessoais que são estabelecidos pelos indivíduos. Há na literatura referências a este tipo de competência como social, pessoal, intrapessoal ou interpessoal, e está usualmente relacionada aos modos de ser e agir dos indivíduos em situação de trabalho. As competências comportamentais normalmente referem-se ao componente “Atitudes” (PAPMC, 2016, p. 12-13, grifo nosso).

Pode-se considerar, do exposto, “conhecimento” e “habilidade” (o “saber” e “saber-fazer”) como *competências técnicas* e “atitude” (o “querer-fazer”) como *competência comportamental*. No caso do PAPMC (2016), as informações e dados concernentes às atitudes foram consideradas sigilosas e, por isso, não serão abordados nesta dissertação. Cabe pontuar, inclusive, que ao falar das habilidades, há um duplo vínculo em relação aos conhecimentos e às atitudes. Portanto, atendo-se ao objeto de estudo, as habilidades serão tratadas apenas como desdobramentos dos conhecimentos. Ainda, uma vez que as competências comportamentais se referem às atitudes, estas também não serão abordadas neste estudo.

Quanto ao perfil do egresso, a função geral ou missão do cargo de tenente do CBMMG, no contexto do PAPMC, foi assim definida:

Planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades operacionais de busca, salvamento, prevenção, combate a incêndio e atendimento pré-hospitalar, bem como atividades administrativas, visando preservar o bem-estar da sociedade, o meio ambiente e o patrimônio público e privado (PAPMC, 2016, p. 84).

O PAPMC trouxe 21 tarefas como pertencentes ao cargo de tenente do CBMMG, além das principais ações necessárias para que cada uma delas fosse desempenhada com sucesso (Tabela 2). As tarefas foram avaliadas pelos participantes da pesquisa profissiográfica, em termos de importância para o cargo, frequência com que são realizadas e dificuldade de execução.

A partir dos resultados obtidos para avaliação das tarefas em termos de importância, frequência e dificuldade, o PAPMC teceu as seguintes considerações:

Tarefas consideradas difíceis, importantes e frequentes devem ser melhor analisadas no contexto institucional, visto que indicam uma alta necessidade de ações de capacitação. Já as tarefas consideradas fáceis, pouco importantes e pouco frequentes indicam uma necessidade baixa de capacitação (PAPMC, 2016, p. 89).

A Tabela 2 também sintetiza as 21 tarefas do cargo de tenente do CBMMG e as apresenta ordenadamente quanto aos graus de importância, de frequência e de dificuldade. Observa-se que a tarefa “*Comandar atividades operacionais*” foi considerada a mais importante para o cargo, enquanto que a tarefa “*Participar de solenidades cívico-militares*” foi

avaliada pelos tenentes como a menos importante para o cargo em questão. Já a tarefa “*Elaborar documentos diversos*” foi considerada como a tarefa mais realizada pelos tenentes, ao passo que a tarefa menos executada foi “*Compor conselhos de justiça militar*”. A tarefa considerada a mais difícil pelos participantes foi “*Exercer funções de polícia judiciária no âmbito do CBMMG*” e a mais fácil também foi “*Elaborar documentos diversos*” (PAPMC, 2016).

Tabela 2 – Tarefas avaliadas em termos de Importância (IMP), Frequência (FREQ) e Dificuldade (DIF), por ordem de Importância

TAREFAS	IMP	FREQ	DIF
<p>Comandar atividades operacionais Conferir efetivo. Conferir viaturas disponíveis. Cientificar-se sobre as ordens do dia. Cientificar superiores hierárquicos sobre a situação. Estabelecer sistema de comando em operações. Elaborar, juntamente com a equipe, plano de ação. Dividir equipes juntamente com o chefe de guarnição. Gerenciar recursos. Contatar com órgãos/imprensa/instituições. Acompanhar desenvolvimento da ocorrência. Cientificar superiores hierárquicos sobre desdobramentos e eventuais alterações de serviço. Preservar locais de ocorrência, em caso de necessidade de perícia. Estar apto para emprego de ação imediata. Realizar feedback com efetivo. Desmobilizar recursos. Fiscalizar locais em que haja emprego de tropa. Acompanhar passagem de serviço. Registrar a ocorrência.</p>	1 ^a	3 ^a	15 ^a
<p>Assessorar o comando Tomar conhecimento de fato que necessite de assessoramento. Levantar informações para subsidiar o processo decisório. Fazer estudo de situação sobre as possibilidades de decisão. Apresentar ao comando as hipóteses e os respectivos impactos. Emitir pareceres.</p>	2 ^a	3 ^a	13 ^a
<p>Fazer cumprir normas e regulamentos Identificar condutas que ferem as normas e os regulamentos. Identificar condutas merecedoras de recompensa. Tomar medidas cabíveis, conforme o caso. Orientar os subordinados quanto a normas e condutas a serem adotadas no CBMMG.</p>	3 ^a	2 ^a	17 ^a
<p>Atuar no Serviço de Segurança contra Incêndio e Pânico Manter-se atualizado sobre as normas e legislações de segurança contra incêndio e pânico. Determinar funções aos subordinados. Acompanhar o desenvolvimento das atividades. Determinar vistorias. Vistoriar edificações e áreas de risco. Revisar normas de segurança contra incêndio e pânico. Propor normas de segurança contra incêndio e pânico. Discutir sobre as interpretações variantes da norma. Determinar a melhor interpretação da norma. Analisar projetos de segurança contra incêndio e pânico. Analisar recursos. Aplicar sanções, caso necessário. Fornecer declarações, certificados e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).</p>	4 ^a	11 ^a	2 ^a
<p>Gerenciar recursos logísticos Identificar ou receber demandas administrativas e operacionais. Verificar disponibilidade de recurso. Descentralizar o recurso, conforme demanda e disponibilidade. Realizar o controle do material / serviço. Solicitar novas aquisições de materiais e contratação de serviços. Definir as especificações e o termo de referência para aquisição de materiais e contratação de serviços. Gerenciar as etapas do processo licitatório. Estabelecer contrato com a empresa fornecedora. Fiscalizar o cumprimento de contratos.</p>	5 ^a	6 ^a	3 ^a

Tabela 2 – Tarefas avaliadas em termos de Importância (IMP), Frequência (FREQ) e Dificuldade (DIF), por ordem de Importância (continuação)

TAREFAS	IMP	FREQ	DIF
<p>Gerenciar recursos humanos Controlar o efetivo existente sob sua subordinação. Avaliar possíveis restrições quanto ao emprego do efetivo. Diagnosticar as necessidades do público interno. Atender as necessidades do público interno, caso possível. Elaborar escalas de serviço. Propor o plano anual de férias. Executar o plano anual de férias. Supervisionar a execução dos diversos atos e publicações. Supervisionar a contagem de tempo quanto ao período laboral. Fiscalizar pagamento de diárias, ajuda de custo, honorários-aula, ressarcimento e proventos. Fiscalizar o cumprimento das ordens estabelecidas. Empregar o recurso humano com base em especialidades.</p>	6 ^a	4 ^a	11 ^a
<p>Realizar atividades de defesa civil Diagnosticar o ambiente. Identificar riscos e vulnerabilidades. Identificar ações mitigadoras e preventivas. Propor medidas de gestão de risco. Interagir com demais agentes/ órgãos relacionados à defesa civil. Preparar efetivo e logística para ações de resposta. Elaborar planos de contingência.</p>	7 ^a	10 ^a	7 ^a
<p>Ministrar cursos, treinamentos e palestras Definir o conteúdo didático-pedagógico. Elaborar planos de aula. Levantar os recursos necessários. Contatar os envolvidos. Executar o conteúdo programático. Avaliar o alcance dos resultados, quando houver. Devolver os recursos utilizados.</p>	8 ^a	11 ^a	12 ^a
<p>Propor revisão ou criação de normas no âmbito do CBMMG Identificar a necessidade de revisão ou criação de norma, por ordem ou de iniciativa. Levantar informações a respeito do assunto a ser normatizado. Analisar a aplicabilidade da norma. Elaborar sugestão de revisão ou criação da norma. Encaminhar a sugestão de aprovação.</p>	8 ^a	17 ^a	4 ^a
<p>Realizar atividades conjuntas com outros órgãos Receber ordem ou propor ações conjuntas com outros órgãos. Identificar quais órgãos ou agentes são necessários para a ação. Contatar os órgãos e agentes que serão envolvidos na ação. Elaborar o plano de ação de forma integrada. Divulgar as ações a serem realizadas. Executar as ações estabelecidas. Acompanhar as ações e desenvolvimento do plano. Realizar correções e feedback.</p>	10 ^a	9 ^a	14 ^a
<p>Propor cursos e treinamentos Definir o público-alvo. Definir a ementa. Definir a malha do curso ou treinamento. Encaminhar a documentação para aprovação.</p>	11 ^a	13 ^a	8 ^a
<p>Estabelecer contato com a imprensa Definir as possibilidades de discurso com base nas diretrizes institucionais. Conceder entrevista aos órgãos de imprensa. Divulgar apropriadamente as informações de ocorrências típicas atendidas pelo CBMMG. Repassar à imprensa <i>releases</i> acerca de ocorrências e eventos relevantes. Promover campanhas preventivas de forma conjunta com os órgãos de imprensa.</p>	12 ^a	7 ^a	18 ^a
<p>Realizar atendimento ao público interno e externo Receber solicitação verbal ou via ofício. Analisar a demanda. Responder a solicitação. Direcionar a demanda ao setor ou órgão competente, quando necessário.</p>	13 ^a	4 ^a	19 ^a
<p>Gerir projetos Identificar necessidades e ideias. Montar o escopo do projeto. Realizar a análise de cenários. Elaborar o projeto. Propor o projeto. Executar o projeto. Acompanhar o projeto.</p>	14 ^a	12 ^a	5 ^a
<p>Elaborar documentos diversos Identificar o objetivo e objeto do documento. Definir o tipo de documento apropriado. Redigir o documento. Protocolar o documento. Encaminhar o documento à autoridade destinatária.</p>	15 ^a	1 ^a	21 ^a
<p>Exercer ações de inteligência e contrainteligência Detectar ou receber a demanda. Levantar informações. Repassar as informações levantadas ao comando. Propor medidas que visem à proteção institucional.</p>	16 ^a	15 ^a	16 ^a

Tabela 2 – Tarefas avaliadas em termos de Importância (IMP), Frequência (FREQ) e Dificuldade (DIF), por ordem de Importância (continuação)

TAREFAS	IMP	FREQ	DIF
Exercer funções de polícia judiciária no âmbito do CBMMG Realizar prisões em flagrante delito por crime militar. Cumprir mandados judiciais. Desenvolver investigações no âmbito do Inquérito Policial Militar (IPM). Reportar ao Ministério Público o andamento das investigações.	17 ^a	14 ^a	1 ^a
Realizar procedimentos e processos administrativos Receber portarias de instaurações de procedimentos e processos administrativos. Realizar as investigações necessárias. Elaborar relatório conclusivo. Remeter os documentos à apreciação do comandante ou chefe.	18 ^a	5 ^a	10 ^a
Compôr conselhos de justiça militar Receber notificação de designação. Analisar o processo específico. Estar presente nos dias de diligência. Votar fundamentando a decisão.	19 ^a	18 ^a	6 ^a
Promover projetos sociais Identificar uma demanda social e o público-alvo. Estruturar o projeto. Estabelecer convênios com outras instituições, caso necessário. Divulgar o projeto. Selecionar o público-alvo (candidatos). Executar o projeto. Avaliar o projeto. Reestruturar o projeto, caso necessário.	20 ^a	16 ^a	9 ^a
Participar de solenidades cívico-militares Tomar conhecimento do organograma do evento. Confeccionar a ordem de serviço. Treinar o efetivo que participará do evento. Comandar pelotão de desfile. Representar o CBMMG em solenidades cívico-militares. Confeccionar o Registro de Evento de Defesa Social (REDS).	21 ^a	8 ^a	20 ^a

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do PAPMC (2016).

As competências profissionais do cargo de tenente do CBMMG foram formadas por 41 competências técnicas e 66 competências comportamentais, consideradas no contexto do PAPMC como necessárias à realização das tarefas e atribuições do cargo. Ressalta-se, mais uma vez, que as competências comportamentais se referem às atitudes e, por terem sido consideradas sigilosas, estas não serão abordadas neste estudo.

A partir dos resultados obtidos na avaliação das competências, quantificadas quanto a importância e domínio de 1 a 5 (1 = nenhuma importância / domínio; 5 = extrema importância / domínio), o PAPMC teceu as seguintes ponderações:

As competências técnicas consideradas de alta importância e baixo domínio apontam necessidade prioritária de ações de treinamento e de capacitação. Ao passo que competências consideradas pouco importantes e de alto domínio indicam uma baixa necessidade de capacitação (PAPMC, 2016, p. 94).

São apresentadas na Tabela 3 as competências técnicas, sendo que cada competência está avaliada quanto à importância e domínio, por ordem de importância para o cargo em questão. É possível observar que as competências técnicas consideradas as mais importantes para o cargo de tenente foram: “Ao comandar atividades operacionais, coordenar os recursos humanos e logísticos durante a rotina operacional, visando a melhor prestação de serviço à sociedade, alicerçado no conhecimento de gestão de pessoas, logística e na legislação

institucional”; e “*Ao comandar atividades operacionais, gerenciar os diversos tipos de ocorrência, utilizando os recursos logísticos e humanos disponíveis, com base nas normas e legislações pertinentes à atividade operacional*”. Por outro lado, a competência “*Elaborar corretamente o planejamento de solenidades cívico-militares, com conformidade com o tipo e ritos previstos nos regulamentos militares*” foi considerada como a de menor importância para o cargo.

Em relação ao nível de domínio, nota-se que a competência técnica “*Redigir documentos de forma clara, objetiva e precisa, utilizando sistemas informatizados, conforme as técnicas de redação oficial, normas gramaticais e noções de informática*” foi considerada pelos participantes como a de maior domínio, indicando um elevado repertório dessa competência. Já a competência “*Ao exercer ações de inteligência e contrainteligência, aplicar corretamente as técnicas de investigação, utilizando equipamentos e sistemas informatizados pertinentes à área, para a obtenção de dados*” foi considerada como a de menor domínio, indicando um repertório pouco desenvolvido dessa competência.

Ainda, a Tabela 3 apresenta as médias das lacunas de treinamento das competências técnicas, identificadas a partir da análise do nível de importância e de domínio atribuídos pelos participantes da pesquisa profissiográfica. Pode-se observar que, dentre as 41 competências técnicas mapeadas, apenas cinco delas obtiveram médias inferiores a 5,00, ou seja, não apresentaram necessidade de treinamento. Por exemplo, a competência que alcançou a menor lacuna de treinamento (média), “*Redigir documentos de forma clara, objetiva e precisa, utilizando sistemas informatizados, conforme as técnicas de redação oficial, normas gramaticais e noções de informática*”, está relacionada à tarefa “*Elaborar documentos diversos*”, que foi considerada pelos participantes como de alta importância para o cargo, de frequente realização e de baixa dificuldade de execução. Por outro lado, observa-se que a maioria das competências técnicas obtiveram resultados entre 5,00 e 12,00, indicando média necessidade de treinamento e capacitação por parte dos tenentes nessas competências. Destacam-se entre as competências técnicas que obtiveram maiores necessidades de treinamento: “*Analisar adequadamente projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico, com base na interpretação de desenhos arquitetônicos e na verificação do cumprimento da legislação específica da área*”; e “*Ao atuar no Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico, avaliar corretamente se as variações entre os projetos e a execução comprometem a segurança, de acordo com os princípios de engenharia estrutural e a análise do comportamento humano em caso de pânico*”. Cabe mencionar que essas competências foram avaliadas pelos tenentes como de alta importância e baixo domínio, e estão relacionadas à tarefa “*Atuar no Serviço de*

Segurança Contra Incêndio e Pânico”, considerada como de alta importância para o cargo, esporádica frequência de realização e média dificuldade de execução (PAPMC, 2016).

Tabela 3 – Competências técnicas avaliadas em termos de Importância (IMP), Domínio (DOM) e Necessidade de Treinamento (NTr), por ordem de Importância

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS	IMP (M)	DOM (M)	NTr (M)
Ao comandar atividades operacionais, coordenar os recursos humanos e logísticos durante a rotina operacional, visando a melhor prestação de serviço à sociedade, alicerçado no conhecimento de gestão de pessoas, logística e na legislação institucional.	4,82	3,98	4,82
Ao comandar atividades operacionais, gerenciar os diversos tipos de ocorrência, utilizando os recursos logísticos e humanos disponíveis, com base nas normas e legislações pertinentes à atividade operacional.	4,82	3,91	5,15
Ao comandar atividades operacionais, atuar em conjunto com outros órgãos de acordo com suas competências, visando melhor atendimento à população e resolução de conflitos.	4,70	3,85	5,28
Ao assessorar o comando, transmitir a informação de forma clara, objetiva e concisa, utilizando-se de fontes fidedignas de pesquisa, com base em normas e legislações vigentes.	4,69	3,90	5,06
Ao gerenciar recursos logísticos, adaptar o planejamento das ações de acordo com especificações e disponibilidade dos materiais, bem como com a prestação dos serviços.	4,66	3,66	6,09
Ao realizar atividades de defesa civil, atender ocorrências provenientes de um desastre, utilizando o Sistema de Comando de Operações (SCO), fundamentado nos conceitos de defesa civil.	4,66	3,45	7,14
Ao gerenciar recursos humanos, adaptar o planejamento das ações de acordo com a especialização e o quantitativo do efetivo.	4,62	3,85	5,11
Ao gerenciar recursos humanos, avaliar corretamente o desempenho dos subordinados, utilizando as técnicas de gestão de pessoas e as normas vigentes.	4,61	3,55	6,51
Aplicar corretamente as normas atualizadas, afetas à área de recursos humanos, à situação específica, a fim de garantir direitos e cumprimento de deveres.	4,56	3,48	6,71
Ao comandar atividades operacionais, aplicar o Sistema de Comando de Operações (SCO) para o gerenciamento de ocorrências, visando melhor coordenação, comando e controle do emprego de recursos.	4,54	3,63	6,06
Ao realizar atividades de defesa civil, identificar riscos e vulnerabilidades, com base na área de atuação, nos dados pluviométricos e geológicos e nos conhecimentos sobre gestão do risco.	4,52	2,97	8,94
Ao atuar no Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico, avaliar situação de risco iminente com base nos princípios de engenharia estrutural e na análise do comportamento humano em caso de pânico.	4,51	2,81	9,64
Ao gerenciar recursos logísticos, controlar, de forma eficiente, materiais e serviços prestados, utilizando sistemas informatizados e as normas vigentes.	4,50	3,27	7,54
Ao atuar no Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico, avaliar corretamente se as variações entre os projetos e a execução comprometem a segurança, de acordo com os princípios de engenharia estrutural e a análise do comportamento humano em caso de pânico.	4,50	2,57	10,83
Analisar adequadamente projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico, com base na interpretação de desenhos arquitetônicos e na verificação do cumprimento da legislação específica da área.	4,48	2,49	11,06
Redigir documentos de forma clara, objetiva e precisa, utilizando sistemas informatizados, conforme as técnicas de redação oficial, normas gramaticais e noções de informática.	4,47	4,04	4,09

Tabela 3 – Competências técnicas avaliadas em termos de Importância (IMP), Domínio (DOM) e Necessidade de Treinamento (NTr), por ordem de Importância (continuação)

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS	IMP (M)	DOM (M)	NTr (M)
Após a identificação de condutas merecedoras de recompensa ou que ferem as normas e os regulamentos, adotar medidas cabíveis, conforme as legislações vigentes afetas ao CBMMG.	4,47	3,87	4,83
Aplicar corretamente as normas atualizadas, afetas à área de recursos logísticos, à situação específica.	4,45	3,21	7,78
Ao ministrar cursos, treinamentos e palestras, transmitir com clareza o conteúdo abordado, utilizando técnicas de oratória, recursos didáticos e audiovisuais apropriados e disponíveis, conforme o público alvo.	4,41	3,66	5,74
Orientar adequadamente o público interno e externo de acordo com a demanda e as competências setoriais da instituição.	4,39	3,87	4,75
Ao estabelecer contato com a imprensa, alinhar o discurso às diretrizes institucionais, ao público e às características da sua área de atuação, a fim de transmitir as informações de forma correta, clara e eficaz.	4,39	3,66	5,64
Executar planos de ação de forma integrada com outros órgãos, conforme as atribuições específicas destes e as necessidades da região.	4,39	3,27	7,34
Ao realizar procedimentos e processos administrativos, elaborar corretamente as peças constantes nos autos, conforme as normas, regulamentos e noções de direito.	4,34	3,71	5,42
Realizar adequadamente investigações relacionadas a processos e procedimentos administrativos, com base em normas técnicas e pertinentes.	4,34	3,61	5,82
Ao exercer funções de polícia judiciária no âmbito do CBMMG, identificar corretamente a conduta infracional com base nos códigos penais e processuais penais, a fim de realizar prisões em flagrante delito.	4,32	3,08	8,13
Ao propor cursos e treinamentos, elaborar adequadamente o projeto, com base nas necessidades identificadas, na metodologia científica e nos conhecimentos atualizados sobre o tema.	4,28	3,20	7,50
Pesquisar corretamente assuntos relativos à área de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Utilizando normatizações e legislações nacionais e estrangeiras da área.	4,28	2,65	9,79
Ao exercer funções de polícia judiciária no âmbito do CBMMG, realizar adequadamente investigações relacionadas ao procedimento investigativo, com base em normas técnicas pertinentes.	4,27	3,09	7,96
Ao compor Conselho de Justiça Militar, fundamentar o voto com base nas normas jurídicas pertinentes e na análise de dados e fatos submetidos à justiça.	4,27	2,55	10,15
Ao exercer funções de polícia judiciária no âmbito do CBMMG, realizar pesquisas relacionadas ao objeto do procedimento, de acordo com as normas e legislações pertinentes a que se referem.	4,26	2,96	8,41
Ao exercer funções de polícia judiciária no âmbito do CBMMG, elaborar corretamente as peças constantes nos autos, conforme as normas, regulamentos e noções de direito.	4,25	3,12	7,78
Elaborar corretamente proposta de revisão ou criação de normas aplicáveis no âmbito do CBMMG, fundamentado em fontes de pesquisa adequadas e nas regras gramaticais.	4,24	2,92	8,52
Ao elaborar projetos, alinhar suas metas e objetivos às diretrizes institucionais, a partir da identificação de oportunidades.	4,23	3,19	7,26
Realizar pesquisas relacionadas ao objeto do processo ou procedimento administrativo, de acordo com as normas e legislações pertinentes a que se refere.	4,22	3,59	5,62
Transformar ideias em produtos de acordo com as técnicas de elaboração de projetos, visando a melhoria na qualidade da prestação do serviço.	4,10	3,02	7,77
Ao exercer ações de inteligência e contrainteligência, repassar adequadamente as informações relevantes ao interessado, com base nas diretrizes institucionais e legislação pertinente.	4,07	2,48	10,01
Ao exercer ações de inteligência e contrainteligência, aplicar corretamente as técnicas de investigação, utilizando equipamentos e sistemas informatizados pertinentes à área, para a obtenção de dados.	4,03	2,29	10,67

Tabela 3 – Competências técnicas avaliadas em termos de Importância (IMP), Domínio (DOM) e Necessidade de Treinamento (NTr), por ordem de Importância (continuação)

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS	IMP (M)	DOM (M)	NTr (M)
Ao exercer ações de inteligência e contrainteligência, extrair as informações relevantes quanto ao objeto da pesquisa ou investigação, a partir dos dados levantados.	4,02	2,40	10,21
Ao promover projetos sociais, executa-los com base no público alvo, nas necessidades institucionais ou sociais e nas diretrizes internas, utilizando recursos logísticos necessários e recursos humanos disponíveis.	4,01	2,97	7,91
Ao participar de solenidades cívico-militares, comandar adequadamente pelotões em desfiles, em conformidade com os ritos previstos nos regulamentos militares.	3,99	3,8	4,54
Elaborar corretamente o planejamento de solenidades cívico-militares, em conformidade com o tipo e ritos previstos nos regulamentos militares.	3,93	3,27	6,47

Nota: M = Média aritmética.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do PAPMC (2016).

O PAPMC (2016) traz, ainda, o Mapa de Competências do cargo de tenente do CBMMG, composto pelos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes necessários ao bom desempenho do referido cargo. Tais atributos foram agrupados em categorias e, de acordo com o objeto deste estudo, serão apresentados apenas os quadros dos conhecimentos e habilidades. Cabe ressaltar que uma das principais aplicações do Mapa de Competências é auxiliar a revisão e atualização da matriz curricular dos cursos de formação dos futuros oficiais (PAPMC, 2016).

Os conhecimentos foram agrupados em oito categorias: conhecimentos de legislações e documentações específicas (QUADRO 1); conhecimentos institucional, das unidades e de órgãos de apoio (QUADRO 2); conhecimentos de técnicas e conteúdos específicos (QUADRO 3); conhecimentos sobre equipamentos, armamentos e recursos materiais e humanos (QUADRO 4); conhecimentos sobre comunicação e sistemas em geral (QUADRO 5); conhecimentos sobre fatos, dados e procedimentos (QUADRO 6); conhecimentos sobre ensino e capacitação (QUADRO 7); e conhecimentos gerais (QUADRO 8).

Quadro 1 – Conhecimentos de legislações e documentações específicas

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Noções de Direito. ✓ Noções de Direito Administrativo. ✓ Noções de Direito Constitucional. ✓ Noções de Direito Penal. ✓ Noções de Direito Penal Militar. ✓ Noções de Direito Processual Penal. ✓ Noções de Direito Processual Penal Militar. ✓ Conhecimento das normas atuais fora do CBMMG. ✓ Conhecimento dos regulamentos militares. ✓ Noções sobre a legislação que fundamenta a atividade de inteligência. ✓ Conhecimento da Legislação de Segurança contra Incêndio e Pânico (SCIP). |
|--|

Quadro 1 – Conhecimentos de legislações e documentações específicas (continuação)

- ✓ Conhecimento da legislação relativa a convênios.
- ✓ Noções de legislações vigentes afetas à área de gestão logística.
- ✓ Noções de legislações vigentes afetas à área de recursos humanos.

Fonte: PAPMC (2016, p. 114).

Quadro 2 – Conhecimentos institucional, das unidades e de órgãos de apoio

- ✓ Conhecimento da legislação institucional.
- ✓ Noções das legislações vigentes afetas ao CBMMG.
- ✓ Conhecimento do regulamento disciplinar vigente.
- ✓ Conhecimento da viabilidade da revisão ou criação de normas no âmbito do CBMMG.
- ✓ Conhecimento do cenário onde serão aplicadas as normas.
- ✓ Conhecimento das competências setoriais da instituição.
- ✓ Conhecimento das ameaças que possam afetar o serviço da instituição.
- ✓ Conhecimento da área de atuação.
- ✓ Conhecimento das características da sua área de atuação.
- ✓ Conhecimento geográfico da região de atuação.
- ✓ Conhecimento dos riscos potenciais existentes na região.
- ✓ Conhecimento dos apoios reais e potenciais da região de atuação.
- ✓ Conhecimento da estrutura física da unidade.
- ✓ Conhecimento da rotina das unidades.
- ✓ Conhecimento dos serviços prestados para a unidade.
- ✓ Noções das atribuições dos outros órgãos da região que podem colaborar.
- ✓ Noções dos serviços prestados pelos demais órgãos de defesa civil, segurança pública e saúde da região.
- ✓ Conhecimento das necessidades que requerem ações conjuntas.
- ✓ Conhecimento dos envolvidos na área de defesa civil.

Fonte: PAPMC (2016, p. 114).

Quadro 3 – Conhecimentos de técnicas e conteúdos específicos

- ✓ Conhecimento das técnicas de investigação.
- ✓ Conhecimento das técnicas de elaboração de projetos.
- ✓ Conhecimento da segurança institucional.
- ✓ Conhecimento da segurança das operações.
- ✓ Conhecimento das estratégias de neutralização de ameaças.
- ✓ Conhecimento sobre gestão de desastres.
- ✓ Conhecimento sobre gestão de risco.
- ✓ Conhecimento sobre o ciclo de defesa civil.
- ✓ Conhecimento sobre os instrumentos de defesa civil.
- ✓ Noções do comportamento humano em caso de pânico.
- ✓ Noções de manutenção em primeiro escalão dos equipamentos utilizados no CBMMG.
- ✓ Conhecimento de ordem unida.
- ✓ Conhecimento de ritos de solenidades.
- ✓ Noções de manutenção produtiva total.
- ✓ Noções sobre dados pluviométricos e geológicos.
- ✓ Conhecimento das etapas da elaboração de um plano de ação.
- ✓ Conhecimento das etapas de elaboração de planos de contingência.
- ✓ Noções de planejamento de eventos.
- ✓ Conhecimento sobre estabelecimento de indicadores.

Fonte: PAPMC (2016, p. 115).

Quadro 4 – Conhecimentos sobre equipamentos, armamentos e recursos materiais e humanos

- ✓ Conhecimento dos equipamentos utilizados na área de inteligência.
- ✓ Conhecimento sobre manuseio e utilização do armamento.
- ✓ Conhecimento do processo de aquisição de materiais e contratação de serviços.
- ✓ Conhecimento dos materiais existentes na instituição.
- ✓ Conhecimento dos processos de controle, distribuição e descarga de materiais.

Quadro 4 – Conhecimentos sobre equipamentos, armamentos e recursos materiais e humanos (continuação)

- ✓ Conhecimento dos recursos logísticos disponíveis e necessários.
- ✓ Conhecimento dos recursos humanos disponíveis.
- ✓ Conhecimento do perfil e especialidades dos subordinados.
- ✓ Conhecimento do efetivo subordinado.

Fonte: PAPMC (2016, p. 115).

Quadro 5 – Conhecimentos sobre comunicação e sistemas em geral

- ✓ Conhecimento de comunicação operacional.
- ✓ Conhecimento dos meios de comunicação no local da operação.
- ✓ Conhecimento dos meios de mídia disponíveis.
- ✓ Conhecimento do Sistema de Comando em Operações (SCO).
- ✓ Conhecimento dos sistemas informatizados utilizados na instituição.
- ✓ Conhecimento dos sistemas informatizados de interesse da área de inteligência.

Fonte: PAPMC (2016, p. 115).

Quadro 6 – Conhecimentos sobre fatos, dados e procedimentos

- ✓ Conhecimento do fato que necessite de assessoria.
- ✓ Conhecimento dos fatos e dados submetidos à Justiça Militar.
- ✓ Conhecimento do objeto a que se refere o documento.
- ✓ Conhecimento do objeto a que se referem os processos ou procedimentos.
- ✓ Conhecimento do objeto da pesquisa ou investigação.
- ✓ Conhecimento dos ritos de processos e procedimentos.

Fonte: PAPMC (2016, p. 116).

Quadro 7 – Conhecimentos sobre ensino e capacitação

- ✓ Conhecimento de metodologia e ensino.
- ✓ Noções de didática.
- ✓ Conhecimento dos materiais, recursos didáticos e audiovisuais.
- ✓ Conhecimento atualizado do assunto do curso ou treinamento a ser proposto.
- ✓ Conhecimento do assunto a ser abordado.
- ✓ Conhecimento da necessidade de capacitação ou especialização em alguma área específica.
- ✓ Conhecimento das diretrizes ministradas em curso específico de juiz militar.
- ✓ Conhecimento da demanda.
- ✓ Conhecimento do público alvo.

Fonte: PAPMC (2016, p. 116).

Quadro 8 – Conhecimentos gerais

- ✓ Conhecimento das normas gramaticais.
- ✓ Conhecimento das normas de redação oficial.
- ✓ Conhecimento da comunicação operacional.
- ✓ Conhecimento de técnicas de oratória.
- ✓ Conhecimento de informática.
- ✓ Conhecimento de estatística.
- ✓ Conhecimento de desenho arquitetônico.
- ✓ Noções de ciências exatas.
- ✓ Noções de engenharia estrutural.
- ✓ Noções de metodologia científica.
- ✓ Noções de metodologia de pesquisa.
- ✓ Noções de gestão de pessoas.
- ✓ Conhecimento sobre chefia e liderança.
- ✓ Noções de psicologia organizacional.
- ✓ Noções de língua inglesa.
- ✓ Noções de relações públicas.
- ✓ Noções do cenário político e econômico.

Quadro 8 – Conhecimentos gerais (continuação)

- ✓ Noções sobre geopolítica.
- ✓ Noções sobre gestão de informação.
- ✓ Noções sobre gestão de orçamento.
- ✓ Noções sobre gestão estratégica.
- ✓ Noções sobre interpretação de mapas geográficos.
- ✓ Noções sobre marketing.

Fonte: PAPMC (2016, p. 116).

Já as habilidades necessárias ao cargo de tenente do CBMMG foram agrupadas em sete categorias: habilidades de comando, coordenação e assessoramento (QUADRO 9); habilidades relacionadas a planejamento e projetos (QUADRO 10); habilidades relacionadas a atividades normativas e jurídicas (QUADRO 11); habilidades de trabalho integrado (QUADRO 12); habilidades técnico-operacionais (QUADRO 13); habilidades administrativas (QUADRO 14); e habilidades relacionadas a capacitação e participação em eventos (QUADRO 15).

Quadro 9 – Habilidades de comando, coordenação e assessoramento

- ✓ Ser capaz de gerenciar recursos humanos.
- ✓ Ser capaz de utilizar os recursos disponíveis.
- ✓ Ser capaz de adequar os recursos humanos às habilidades específicas do Serviço de Segurança contra Incêndio e Pânico.
- ✓ Ser capaz de orientar os subordinados quanto a normas e condutas a serem adotadas no CBMMG.
- ✓ Ser capaz de emanar ordens.
- ✓ Ser capaz de fazer cumprir as ordens do comando.
- ✓ Ser capaz de verificar o cumprimento das ordens.
- ✓ Ser capaz de dividir tarefas.
- ✓ Ser capaz de avaliar o desempenho dos subordinados.
- ✓ Ser capaz de identificar condutas que ferem as normas e os regulamentos.
- ✓ Ser capaz de identificar condutas merecedoras de recompensa.
- ✓ Ser capaz de identificar conduta infracional no âmbito militar.
- ✓ Ser capaz de aplicar o regulamento disciplinar vigente.
- ✓ Ser capaz de aplicar a norma à situação específica.
- ✓ Ser capaz de tomar medidas cabíveis conforme cada caso.
- ✓ Ser capaz de gerenciar o serviço ordinário e encargos relativos à execução de processos e procedimentos administrativos.
- ✓ Ser capaz de gerenciar os recursos logísticos.
- ✓ Ser capaz de controlar materiais e serviços prestados.
- ✓ Ser capaz de cumprir as etapas do processo de aquisição, utilização e descarga de materiais.
- ✓ Ser capaz de cumprir as etapas do processo de contratação e fiscalização de prestação de serviços.
- ✓ Ser capaz de gerenciar os diversos tipos de ocorrências.
- ✓ Ser capaz de realizar *briefing/debriefing*.
- ✓ Ser capaz de comandar pelotões de desfiles.
- ✓ Ser capaz de colocar em prática os conhecimentos de natureza bombeiro militar.
- ✓ Ser capaz de assessorar o comando quanto ao andamento de ocorrências.

Fonte: PAPMC (2016, p. 117).

Quadro 10 – Habilidades relacionadas a planejamento e projetos

- ✓ Ser capaz de identificar necessidade institucional ou social.
- ✓ Ser capaz de elaborar o projeto.
- ✓ Ser capaz de utilizar as ferramentas para elaboração de um projeto.
- ✓ Ser capaz de redigir o projeto
- ✓ Ser capaz de executar o projeto.
- ✓ Ser capaz de definir metas e indicadores.
- ✓ Ser capaz de alinhar as metas e os objetivos do projeto às diretrizes institucionais.
- ✓ Ser capaz de elaborar planos de ação.
- ✓ Ser capaz de transformar ideias em produto.
- ✓ Ser capaz de adaptar o planejamento de acordo com a disponibilidade dos materiais, bem como a prestação de serviços.
- ✓ Ser capaz de adaptar o planejamento de acordo com a especialização e o quantitativo de efetivo.
- ✓ Ser capaz de adaptar o planejamento a situações adversas.
- ✓ Ser capaz de adequar o plano de ação ao longo do desenvolvimento das operações.
- ✓ Ser capaz de identificar as variações entre projetos e a execução.
- ✓ Ser capaz de avaliar se as variações entre projetos e a execução comprometem a segurança.
- ✓ Ser capaz de avaliar necessidade de reestruturação do projeto.
- ✓ Ser capaz de analisar projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

Fonte: PAPMC (2016, p. 118).

Quadro 11 – Habilidades relacionadas a atividades normativas e jurídicas

- ✓ Ser capaz de analisar a viabilidade da revisão ou criação de normas.
- ✓ Ser capaz de identificar necessidades de adaptação da norma.
- ✓ Ser capaz de propor novas normas.
- ✓ Ser capaz de elaborar proposta de revisão ou criação de normas.
- ✓ Ser capaz de adequar os casos específicos à legislação pertinente.
- ✓ Ser capaz de exercer as funções de juiz militar.
- ✓ Ser capaz de fundamentar o voto no Conselho de Justiça.
- ✓ Ser capaz de analisar fatos e dados submetidos à Justiça Militar.

Fonte: PAPMC (2016, p. 118).

Quadro 12 – Habilidades de trabalho integrado

- ✓ Ser capaz de atuar em conjunto com outros órgãos e instituições.
- ✓ Ser capaz de planejar ações em conjunto com outros órgãos.
- ✓ Ser capaz de executar planos de ação de forma integrada.
- ✓ Ser capaz de coordenar operações conjuntas.
- ✓ Ser capaz de identificar a necessidade de um trabalho conjunto na região.
- ✓ Ser capaz de acionar os apoios reais e potenciais.
- ✓ Ser capaz de alinhar o discurso às diretrizes institucionais, ao público e às características da sua área de atuação.
- ✓ Ser capaz de organizar reuniões envolvendo os órgãos relacionados à gestão do risco e resposta a desastres.
- ✓ Ser capaz de realizar campanhas preventivas em conjunto com a imprensa.
- ✓ Ser capaz de identificar possíveis parceiros para convênios.

Fonte: PAPMC (2016, p. 118).

Quadro 13 – Habilidades técnico-operacionais

- ✓ Ser capaz de aplicar as técnicas de investigação.
- ✓ Ser capaz de aplicar as técnicas de gestão de pessoas.
- ✓ Ser capaz de realizar leituras técnicas e traduções em inglês.
- ✓ Ser capaz de realizar investigações.
- ✓ Ser capaz de levantar dados relevantes à investigação.
- ✓ Ser capaz de manter a segurança nas operações.
- ✓ Ser capaz de atender ocorrências provenientes de um desastre.
- ✓ Ser capaz de identificar as características da sua área de atuação.

Quadro 13 – Habilidades técnico-operacionais (continuação)

- ✓ Ser capaz de avaliar situação de risco iminente.
- ✓ Ser capaz de detectar as ameaças.
- ✓ Ser capaz de propor medidas para neutralizar as ameaças detectadas.
- ✓ Ser capaz de propor ações mitigadoras e preventivas.
- ✓ Ser capaz de identificar riscos e vulnerabilidades.
- ✓ Ser capaz de atuar de forma ostensiva, quando necessário.
- ✓ Ser capaz de realizar prisões em flagrante delito por crime militar.
- ✓ Ser capaz de propor melhorias ao serviço prestado pela instituição.
- ✓ Ser capaz de realizar cálculos matemáticos.
- ✓ Ser capaz de interpretar dados pluviométricos e geológicos.
- ✓ Ser capaz de interpretar desenhos arquitetônicos.
- ✓ Ser capaz de orientar a população ou agentes acerca das ações de defesa civil.

Fonte: PAPMC (2016, p. 119).

Quadro 14 – Habilidades administrativas

- ✓ Ser capaz de pesquisar sobre o assunto de interesse em fontes fidedignas.
- ✓ Ser capaz de realizar pesquisas relacionadas ao objeto do processo ou procedimento.
- ✓ Ser capaz de extrair as informações relevantes.
- ✓ Ser capaz de interpretar o fato.
- ✓ Ser capaz de identificar o tipo de documento a ser elaborado.
- ✓ Ser capaz de confeccionar documentos / pareceres.
- ✓ Ser capaz de elaborar as peças constantes nos autos.
- ✓ Ser capaz de redigir textos para publicação em veículos de imprensa.
- ✓ Ser capaz de detectar o destino correto do documento.
- ✓ Ser capaz de confeccionar planilhas.
- ✓ Ser capaz de confeccionar banco de dados.
- ✓ Ser capaz de orientar o público de acordo com a demanda.
- ✓ Ser capaz de transmitir a informação com clareza.
- ✓ Ser capaz de repassar informações relevantes.
- ✓ Ser capaz de preencher formulários e instrumentos utilizados pela defesa civil.
- ✓ Ser capaz de analisar recursos.

Fonte: PAPMC (2016, p. 119).

Quadro 15 – Habilidades relacionadas a capacitação e participação em eventos

- ✓ Ser capaz de realizar pesquisas sobre o tema do curso ou treinamento.
- ✓ Ser capaz de definir a ementa do curso ou treinamento.
- ✓ Ser capaz de identificar o público alvo.
- ✓ Ser capaz de planejar as instruções.
- ✓ Ser capaz de ministrar aulas e instruções.
- ✓ Ser capaz de realizar avaliações.
- ✓ Ser capaz de executar as instruções.
- ✓ Ser capaz de utilizar meios logísticos necessários.
- ✓ Ser capaz de identificar a necessidade de capacitação ou especialização em alguma área específica.
- ✓ Ser capaz de elaborar o planejamento do evento.
- ✓ Ser capaz de acompanhar a execução do evento.
- ✓ Ser capaz de treinar o efetivo que participará do evento.
- ✓ Ser capaz de se adequar ao público-alvo.

Fonte: PAPMC (2016, p. 120).

Do exposto, observa-se que trabalhos como a Análise Profissiográfica e o Mapeamento de Competências podem auxiliar as políticas educacionais e de formação profissional, visto que contribuem com o estudo sistemático e aprofundado, a partir de uma amostra representativa da população de seus ocupantes, de todo o processo de trabalho referente

ao cargo, bem como o perfil profissiográfico e de competências profissionais necessários ao seu exercício. Para os fins propostos por esta pesquisa, essas duas ferramentas atreladas possibilitaram um diagnóstico real e atual do cargo de tenente do CBMMG e das competências profissionais necessárias ao seu desempenho, servindo de embasamento para a análise dos processos de formação, em sua dimensão curricular, dos oficiais do CHO.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza do estudo

Este estudo se propôs a utilizar os métodos e técnicas da pesquisa social, tomando por norte principal os preceitos da pesquisa qualitativa que “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, que não são quantificáveis” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007, p. 21), mas com uso de triangulação (FLICK, 2007, p. 237-238) de técnica quantitativa como aporte ao método qualitativo (RICHARDSON, 2012, p. 88-89).

Richardson (2012, p. 89) defende que “a pesquisa social deve estar orientada à melhoria das condições de vida da grande maioria da população. Portanto, é necessário, na medida do possível, integrar pontos de vista, métodos e técnicas para enfrentar esse desafio”. Assim, os métodos e técnicas foram propostos de acordo com os fatores relacionados com a pesquisa, os problemas levantados e os objetivos geral e específicos propostos, levando-se em consideração, sobretudo, a especificidade militar do objeto de estudo.

Desse modo, uma vez que o objetivo geral deste estudo é analisar a formação profissional do oficial subalterno oriundo do CHO do CBMMG sob a ótica das teorias do currículo, entendeu-se ser necessária a realização desta pesquisa junto aos discentes do CHO e aos oficiais egressos desta formação, para melhor compreensão da vivência desses bombeiros militares sobre as experiências tanto na formação profissional quanto na prática do seu trabalho. Vale ressaltar que o CHO é realizado de forma centralizada na ABM, em Belo Horizonte, e os oficiais egressos exercem seu trabalho nas diversas unidades de Minas Gerais.

De acordo com Oliveira (2010, p. 48), “o método de pesquisa deve ser entendido numa perspectiva ampla, como sendo o *caminho* escolhido para atingir os objetivos preestabelecidos na elaboração do projeto de pesquisa”. Sendo assim, a coleta de dados se deu em três etapas: 1) pesquisa documental, por meio de busca dos documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO e a malha curricular vigente do curso; 2)

Entrevista coletiva junto à gestão escolar da ABM (APÊNDICE A), com o objetivo de entender como se deu a formulação da composição curricular do CHO e como se lida com este currículo na sua execução; 3.A) questionários semiestruturados, que foram aplicados aos discentes do CHO (APÊNDICE B) ao final de sua formação para extrair aspectos sobre as atividades formativas que foram desenvolvidas durante o curso, visando apreender como tais trabalhadores avaliam as ações de educação que foram desenvolvidas; 3.B) questionários semiestruturados, que foram aplicados aos oficiais egressos do CHO (APÊNDICE C) para extrair aspectos sobre as relações entre o currículo do curso e prática do seu trabalho.

A pesquisa documental é entendida como “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Tais “[...] documentos são fontes de informações, indicações e esclarecimentos” (SILVA-SÁ; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5) e seus conteúdos podem contribuir para elucidar as questões de pesquisa. Já a entrevista coletiva é uma técnica de coleta de dados que se dá por meio de uma interação pessoal entre o investigador e os participantes; assim, são feitas perguntas a estes com o intuito de responder os objetivos da investigação. Segundo Kramer (2007), na entrevista coletiva, como não só o pesquisador detém autoridade para fazer perguntas ou comentários sobre a fala dos entrevistados, a influência do poder e da posição hierárquica parecem diminuir. Os questionários, por sua vez, são definidos por Gil (2008) como um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre o problema de pesquisa em estudo, podendo ser aplicados aos participantes em formato escrito, impresso ou virtual. Além disso, os questionários permitem sumarizar dados com tratamento estatístico.

Vale destacar que a opção pela coleta de dados por meio de questionários *online* se deu sobretudo pela condição militar deste pesquisador que, por ter ascendência hierárquica em relação aos participantes da pesquisa, tal situação, acredita-se, inviabilizaria uma entrevista dialógica, franca e verdadeira, capaz de desvelar as questões propostas pela pesquisa. Além disso, de acordo com o estudo de Faleiros *et al* (2016, p. 2), “com o acesso crescente à internet em todo o mundo, as pesquisas com o uso do ambiente virtual mostram-se como uma tendência atual para a coleta de dados, preferida pela maioria dos sujeitos dos estudos”. Ainda, os mesmos autores afirmam que:

Entre as vantagens do uso do ambiente virtual para coleta de dados observadas pelos pesquisadores durante a realização deste estudo e sustentadas também por outros estudiosos estão: possibilidade de captar participantes de diversas localizações geográficas com baixo custo; capacidade de imparcialidade e anonimato não expõem os participantes à influência da pessoa do pesquisador; possibilidade de comodidade

aos participantes que respondem ao instrumento no momento que lhes é mais apropriado; facilidade do pesquisador em aplicar o instrumento a vários participantes; como os dados são inseridos eletronicamente e automaticamente transformados em banco de dados, os erros e os gastos com a digitação são eliminados; recursos visuais e áudios podem ser incluídos para facilitar o preenchimento do instrumento, e os pesquisadores podem controlar o número de questionários preenchidos em tempo real (FALEIROS *et al*, 2016, p. 5).

De acordo com Richardson (2012, p. 89), “na análise da informação, as técnicas estatísticas podem contribuir para verificar informações e reinterpretar observações qualitativas, permitindo conclusões menos objetivas”. Dessa forma, após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados e submetidos a análises com o auxílio do *software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* versão 21, com o intuito de elaborar o tratamento estatístico para responder as questões levantadas pela pesquisa.

A caracterização do público pesquisado foi realizada através de tabelas de frequência relativa e absoluta, bem como o teste de comparação de proporções Qui-quadrado ou Exato de Fisher (GIOLO, 2017) para avaliar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos estudados.

O método de medição de atitudes utilizado para a avaliação dos itens respondidos pelos participantes sobre a relação entre a formação profissional e a formação humana, relação da formação com a prática profissional e dos componentes curriculares, foi a escala Likert. De acordo com Richardson (2012, p. 271), a escala Likert se constrói por meio de técnicas de análise de itens. Cada item se classifica ao longo de um contínuo de cinco pontos que varia entre “concordo totalmente” e “discordo totalmente”. Logo, cada item é correlacionado com o escore total, que indica o grau no qual o item mede a mesma atitude em relação aos outros itens. Assim, os itens que apresentam baixos coeficientes de correlação com o escore total são pouco confiáveis ou medem fatores atitudinais estranhos. Somente se mantêm para formar a escala aqueles itens que apresentam as mais altas correlações com o escore total.

A descrição dos resultados foi realizada através da média obtida em cada um dos itens avaliados para cada variável, bem como seu respectivo intervalo com 95% de confiança (MAGALHÃES; LIMA, 2002). Para determinar se as associações e diferenças encontradas são estatisticamente significativas, foi utilizado o nível de significância de 5%. Assim, foram consideradas como significativas as associações ou diferenças cuja probabilidade de significância do teste, p-valor, fosse menor ou igual a 0,05.

Ao final, o tratamento dos dados se deu por meio da Análise de Conteúdo, seguindo a perspectiva teórica de Laurence Bardin (2016) para a pesquisa qualitativa. A Análise de Conteúdo é definida por:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens (...) e a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência essa que recorre a indicadores quantitativos ou não (BARDIN, 2016, p. 38).

Para a autora, são utilizadas as seguintes etapas para a pesquisa: “pré-análise” dos dados, descrição analítica e interpretação referencial. Sendo assim, a pré-análise dos dados conduz ao conhecimento prévio da documentação, permitindo que as descrições analíticas das respostas sejam agrupadas por categorias para, posteriormente, ser elaborada a análise do conteúdo dos questionários aplicados, subsidiando a elaboração da interpretação referencial, considerando não apenas o conteúdo manifesto, mas também, o conteúdo latente contido neles. Dessa forma, a partir da coleta dos dados obtidos com os questionários semiestruturados, foi possível a produção de interpretações e explicações para o problema de pesquisa e para as questões investigativas propostas nesse projeto.

3.2 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do CEFET-MG por meio da Plataforma Brasil⁸ e apenas após sua aprovação os dados foram coletados. A pesquisa foi autorizada pelo comando da ABM (ANEXO A) e aprovada por meio do parecer do CEP do CEFET-MG nº 2.899.525/2018 (ANEXO B) e foram seguidos e resguardados todos os aspectos éticos de que tratam as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16, para a pesquisa com seres humanos aplicáveis às Ciências Humanas e Sociais. Para a coleta de dados houve prévia elucidação do tema da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos os participantes da pesquisa (APÊNDICES D, E e F).

A participação na pesquisa se deu de forma voluntária e não remunerada, com explicitação de quaisquer dúvidas aos participantes no transcorrer da pesquisa. O estudo apresentou baixos riscos, pois se baseou em entrevistas coletivas mantidas em sigilo e no preenchimento de questionários, sem intervenção clínica. Contudo, não há benefícios diretos para os participantes, mas poderá haver para a comunidade científica em geral e para o CBMMG. Aos participantes foi garantido o direito de retirarem o consentimento de participação durante a realização da pesquisa, além de garantia de sigilo e explicitação dos dados como retrato de um grupo e não de um profissional em particular. Os dados dessa

⁸ <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

pesquisa podem ser publicados em periódicos nacionais ou internacionais, bem como eventos científicos de áreas afins. Todos os dados desta pesquisa serão guardados em posse do pesquisador principal por cinco anos após a apresentação de publicação dos dados, podendo ser destruídos após esse período.

3.3 Realização da entrevista coletiva

Foi realizada uma entrevista coletiva (KRAMER, 2007) junto a um corpo técnico da ABM, composto por quatro profissionais (civis e militares) ocupantes de cargos da gestão escolar. Tais profissionais colaboram direta ou indiretamente na composição curricular do CHO e na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). A seleção dos participantes se deu mediante indicação do pesquisador e autorização do comando da ABM.

O objetivo principal da entrevista coletiva foi identificar o(s) fundamento(s) político-ideológico(s) que constitui(em) o CHO, tendo como ponto de partida a prévia análise dos documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO, com destaque para o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, elaborado em 2016. Assim, durante a entrevista coletiva foram suscitadas discussões visando desvelar quais teorias do currículo serviram de base para a composição do PPP que, por conseguinte, culminou na matriz curricular vigente do CHO.

Os participantes da entrevista coletiva se reuniram com o pesquisador durante 01h20min, sendo que, nesse período, foram respondidas perguntas propostas pelo pesquisador (APÊNDICE A). O trabalho foi iniciado com uma contextualização rápida sobre o propósito da pesquisa, seguido de discussões acerca do roteiro de perguntas que foram mediadas pelo próprio pesquisador. A entrevista coletiva foi gravada em áudio e transcrita na íntegra pelo pesquisador. Para resguardar o sigilo e integridade profissional das fontes, por se tratar de uma instituição militar, optou-se por não se divulgar o tratamento dos dados, bem como os excertos de fala dos participantes da entrevista coletiva. Em síntese, a entrevista coletiva possibilitou uma maior clareza quanto as questões a serem pesquisadas junto aos oficiais egressos e aos discentes do CHO.

3.4 Elaboração dos questionários

Após a transcrição da entrevista coletiva, realizou-se uma análise do conteúdo (BARDIN, 2016) para subsidiar a escolha dos assuntos das questões a serem aplicadas juntos aos oficiais egressos e aos discentes do CHO. Assim, elaborou-se uma versão preliminar dos questionários, com fulcro tanto no PPP quanto na transcrição da entrevista coletiva, composta por quatro partes: (1) informações preliminares; (2) relação entre a formação profissional e a formação humana; (3) relação da formação com a prática profissional; e (4) componentes curriculares.

Na parte 1 do questionário, o participante deveria indicar alguns dados demográficos e do trabalho, como, idade, estado civil, escolaridade, gênero, área de atuação e tempo de serviço na instituição. Essas informações foram coletadas com o intuito de definir o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa, juntamente com aspectos que caracterizam o trabalho desses profissionais.

Na parte 2, para analisar a relação entre a formação profissional e a formação humana, o participante deveria avaliar, numa escala Likert (RICHARDSON, 2012, p. 271), se discordava totalmente, discordava parcialmente, tinha dúvida (indeciso), concordava parcialmente ou concordava totalmente com as seguintes questões: a) se as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social; b) se a ação educativa do CHO é direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação; c) se as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitam a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber; d) se os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formaram sua identidade; e) se a ideologia militar influencia a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional.

Na parte 3, para analisar a relação da formação com a prática profissional, o participante deveria indicar se sua formação profissional no CHO estava centrada na área operacional (atividade-fim) ou administrativa (atividade-meio) e, em seguida, avaliar numa escala Likert (aos moldes da parte 2): a) se o CHO está em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional; b) se as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estão em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno; c) se a organização curricular do CHO possibilita a integração entre teoria e prática.

Na parte 4, para analisar os componentes curriculares, o participante deveria avaliar, também numa escala Likert: a) se o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias, se isso facilitaria o seu processo de aprendizagem; b) se o currículo do CHO abrange a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno; c) se o discente do CHO deveria cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa; d) se o egresso do CHO deveria cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO. Por fim, o participante deveria citar quais conteúdos e disciplinas integrantes do CHO não foram fundamentais para a sua formação e quais conteúdos e disciplinas seriam fundamentais para a sua formação e, entretanto, não fazem parte do currículo do CHO.

3.5 Validação dos questionários (pré-teste)

Esta etapa teve como objetivo realizar a validação dos questionários por meio de aplicação de um pré-teste (RICHARDSON, 2012, p. 202). A versão preliminar dos questionários foi respondida por uma amostra de 23 egressos de um total de 182 e 5 discentes de um total de 35, visando verificar o nível de compreensão das instruções de preenchimento do questionário, bem como a compreensão / adequação dos itens em seu caráter teórico e semântico, adequar regras gramaticais e de grafia à realidade dos tipos de participantes e validar todas as informações contidas nos questionários.

O pré-teste, tanto com os oficiais egressos quanto com os discentes, foi realizado no formato *online* com a utilização do *Google Formulários*. Ademais, foi criado um grupo no aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* para o compartilhamento e esclarecimento de dúvidas e/ou solução de problemas.

Para responder ao pré-teste, o pesquisador convidou primeiramente 23 oficiais egressos da sua lista pessoal de contatos, por meio do aplicativo *WhatsApp*, com prévia apresentação em linhas gerais do projeto de pesquisa, explicação sobre a etapa da pesquisa, orientações sobre como participar da validação e como interagir no grupo do *WhatsApp* (ressaltando que deveria ser feita uma análise crítica da versão preliminar do questionário, sobretudo quanto à análise teórica e semântica dos termos), e disponibilização do *link* que continha a versão preliminar do questionário a ser respondido. Posteriormente, o pesquisador convidou cinco discentes voluntários a participar do pré-teste, aos moldes do ocorridos com os tenentes, mediante a sua inserção no grupo da turma do aplicativo *WhatsApp*.

Essa etapa teve a duração de 2 dias para o grupo de oficiais egressos e 6 dias para o grupo de discentes. Foram realizadas análises teóricas e semânticas dos itens da versão preliminar dos questionários, bem como análises quantitativas e qualitativas dos conteúdos registrados pelos participantes nas questões abertas, utilizando os critérios de pertinência e relevância do conteúdo, e de número de ocorrências.

Ao final das análises realizadas, foram feitas as seguintes modificações na versão preliminar dos questionários: melhoria na descrição e adequação de termos da questão 12 do questionário de oficiais egressos (que é a questão 8 do questionário de discentes); adequação verbal das perguntas abertas; e ajustes na forma de resposta das questões abertas.

De forma geral, pode-se considerar que o retorno dado pelos participantes do pré-teste foi bastante satisfatório, isto é, os itens que compõem os questionários, em sua grande maioria, foram considerados representativos do tipo de formação profissional do oficial subalterno e seus conteúdos de fácil entendimento. Com o aperfeiçoamento da versão preliminar dos questionários, chegou-se às versões finais dos questionários (apêndices B e C).

3.6 Coleta de dados *online*

De posse das versões finais dos questionários, foi iniciada a etapa da coleta de dados *online* (FALEIROS *et al*, 2016, p. 5) para a validação estatística do presente estudo, visando à obtenção de dados fidedignos, precisos e representativos da formação profissional do oficial subalterno oriundo do CHO.

No intuito de atingir maior representatividade da pesquisa, os questionários foram disponibilizados a todos os tenentes egressos do CHO com currículo reconhecido como graduação tecnológica (159) e a todos os discentes em período final de formação (30), excetuando-se os participantes do pré-teste. Além disso, para a realização da pesquisa, os questionários foram adaptados ao formato *online*, juntamente com o TCLE. Foi disponibilizado também a conta de *e-mail* do pesquisador e contato telefônico para o esclarecimento de dúvidas e/ou solução de problemas.

A pesquisa foi divulgada e disponibilizada por meio do *e-mail* institucional dos participantes, juntamente com as devidas orientações e os *links* dos questionários que deveriam ser respondidos, tendo divulgação também pelo aplicativo *WhatsApp*.

A pesquisa teve a duração de 27 dias junto aos oficiais egressos e 4 dias junto aos discentes. Durante a pesquisa, realizou-se diária ou semanalmente o controle do número de

respondentes e, com o objetivo de atingir o maior número de participantes, reforçou-se os convites de participação da pesquisa.

Ao todo, 130 tenentes egressos do CHO e 30 discentes em fase final de formação participaram da pesquisa, representando 81,8% e 100% do total, respectivamente.

3.7 Análise dos dados

Para o procedimento de análise, os dados coletados, por meio dos questionários respondidos na coleta de dados *online*, foram transpostos e analisados no *software* SPSS versão 21.

A caracterização do público pesquisado foi realizada através de tabelas de frequência relativa e absoluta (GIOLO, 2017). Já a descrição dos resultados referentes à avaliação feita pelos participantes para os itens da relação entre a formação profissional e a formação humana, relação da formação com a prática profissional e dos componentes curriculares, medidas em uma escala Likert, foi feita através de gráficos de frequência de respostas, além da média obtida em cada um dos itens avaliados para cada variável, bem como seu respectivo intervalo com 95% de confiança (MAGALHÃES; LIMA, 2002). Por fim, para os itens referentes às disciplinas que os entrevistados consideram desnecessárias, dentro das já contempladas, ou necessárias e que não fazem parte do programa, foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em suma, para verificar se os processos formativos do CHO, especificamente em sua dimensão curricular, estão em consonância com a prática profissional de um oficial subalterno, optou-se por iniciar a pesquisa com a leitura dos documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO, especificamente o PPP e a malha curricular vigente. Como já exposto, a coleta de dados iniciou-se com a realização de uma entrevista coletiva e, em seguida, foram feitas as validações (pré-teste) dos questionários elaborados pelo pesquisador a partir dos documentos lidos e das discussões que ocorreram durante a entrevista coletiva. Por fim, foi realizada a etapa de coleta de dados *online*.

Os resultados obtidos, a partir dos questionários aplicados, serão apresentados na seguinte ordem: Informações preliminares; Relação entre a formação profissional e a formação humana; Relação da formação com a prática profissional; e Componentes curriculares.

4.1 Informações preliminares

Encontram-se abaixo os dados sobre o perfil sociodemográfico dos participantes da coleta de dados *online*, juntamente com os principais aspectos que caracterizam o trabalho desses profissionais.

4.1.1 Perfil sociodemográfico

A amostra que fundamentou o estudo dos oficiais egressos do CHO foi composta por 130 tenentes, sendo 93,1% do gênero masculino, 6,2% do gênero feminino e 0,8% de outro gênero, com idade média de 42,3 anos, com maior frequência no grupo entre 41 e 45 anos (49,2%). Com relação ao estado civil dos tenentes, 89,2% são casados, 4,6% tem união estável, 3,1% são divorciados(as)/separados(as), 2,3% solteiros e 0,8% viúvos. Quanto à escolaridade, 37,7% dos tenentes possuem ensino médio, 6,9% ensino superior incompleto, 38,5% ensino superior completo e 16,9% tem pós-graduação. Com relação ao Posto/Patente, 73,8% são 2º Tenentes e 26,2% são 1º Tenentes. Os entrevistados se formaram no CHO entre os anos de 2012 e 2017, sendo que metade ser formou nos dois últimos anos, 2016 (22,3%) e 2017 (28,5%). A Tabela 4 descreve os resultados:

Tabela 4 – Caracterização dos tenentes egressos do CHO

Característica	Grupos	Qnt	%	% Ac.
Gênero	Masculino	121	93,1	
	Feminino	8	6,2	
	Outro	1	0,8	
Idade	Entre 41 e 45 anos	64	49,2	49,2
	Entre 46 e 50 anos	45	34,6	83,8
	Entre 35 e 40 anos	19	14,6	98,5
	Mais de 50 anos	2	1,5	100,0
Estado Civil	Casado(a)	116	89,2	
	União Estável	6	4,6	
	Divorciado(a) / Separado(a)	4	3,1	
	Solteiro(a)	3	2,3	
	Viúvo(a)	1	0,8	
Grau de instrução	Ensino Médio	49	37,7	37,7
	Ensino Superior Incompleto	9	6,9	44,6
	Ensino Superior Completo	50	38,5	83,1
	Pós Graduação	22	16,9	100,0

Tabela 4 – Caracterização dos tenentes egressos do CHO (continuação)

Característica	Grupos	Qnt	%	% Ac.
Posto / Patente	1º Tenente	34	26,2	
	2º Tenente	96	73,8	
Ano de Conclusão do CHO	2012	11	8,5	
	2013	21	16,2	
	2014	18	13,8	
	2015	14	10,8	
	2016	29	22,3	
	2017	37	28,5	

Nota: Qnt = Quantidade; % Ac. = Percentual acumulado.

Fonte: O autor.

Já a amostra que fundamentou o estudo dos discentes foi composta por 30 discentes, sendo 93,3% do gênero masculino, 3,3% do gênero feminino e 3,3 de outro gênero, com idade média de 38,4 anos, sendo que a maior parte possui entre 35 e 40 anos, representando 56,7%. Com relação ao estado civil dos discentes, 66,7% são casados(as), 10% solteiros(as), 10% estão em união estável, 10% são divorciados(as)/separados(as) e 3,3% viúvos(as). Quanto à escolaridade, a grande maioria possui ensino superior completo, representando 60%, sendo que 16,7% possuem ensino médio, 6,7% superior incompleto e 16,7% pós graduação. A Tabela 5 descreve estes resultados:

Tabela 5 – Caracterização dos discentes

Característica	Grupos	Qnt	%	% Ac.
Gênero	Masculino	28	93,3	
	Feminino	1	3,3	
	Outro	1	3,3	
Idade	Entre 41 e 45 anos	17	56,7	56,7
	Entre 46 e 50 anos	8	26,7	83,3
	Entre 35 e 40 anos	3	10,0	93,3
	Mais de 50 anos	2	6,7	100,0
Estado Civil	Casado(a)	20	66,7	
	Solteiro(a)	3	10,0	
	União Estável	3	10,0	
	Divorciado(a) / Separado(a)	3	10,0	
	Viúvo(a)	1	3,3	
Grau de instrução	Ensino Médio	5	16,7	16,7
	Ensino Superior Incompleto	2	6,7	23,3
	Ensino Superior Completo	18	60,0	83,3
	Pós Graduação	5	16,7	100,0

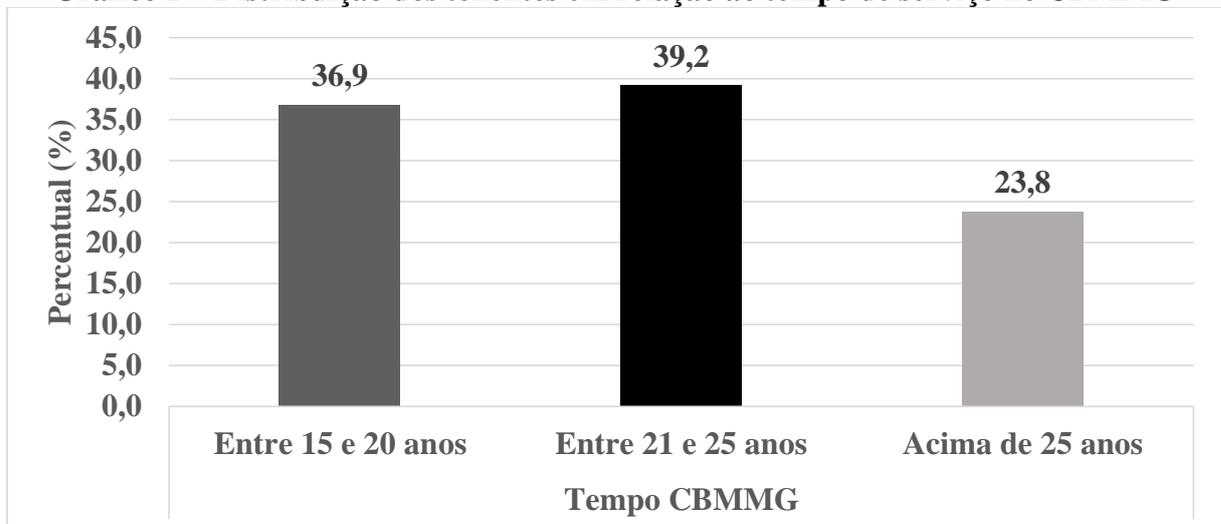
Nota: Qnt = Quantidade; % Ac. = Percentual acumulado.

Fonte: O autor.

4.1.2 Caracterização do trabalho

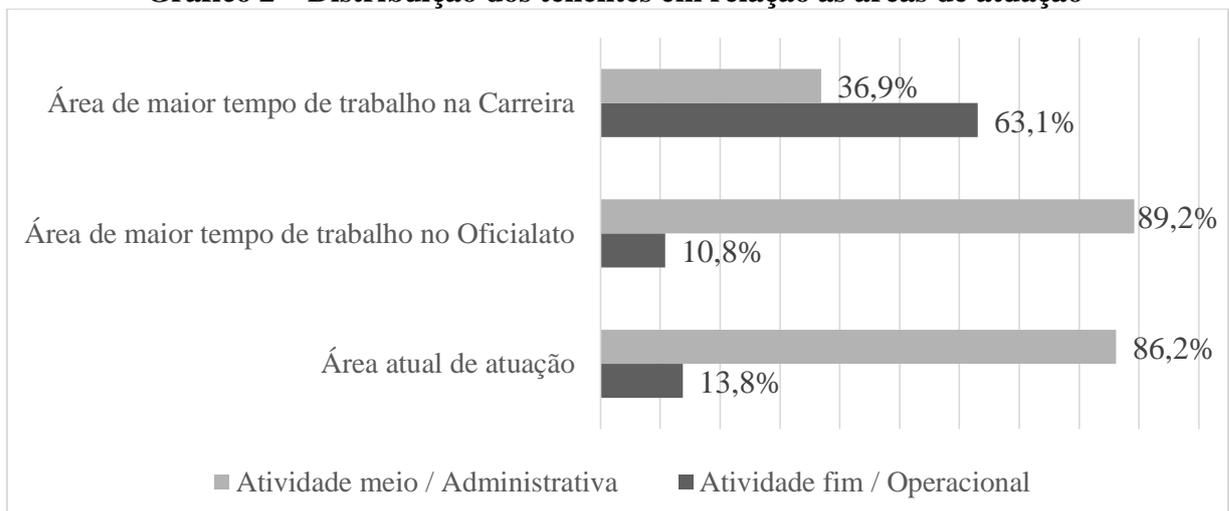
No que se refere ao tempo de efetivo serviço na Corporação, 36,9% dos tenentes trabalharam entre 15 e 20 anos, 39,2% entre 21 e 25 anos e 23,8% acima de 25 anos, com tempo médio de 19,4 anos. Quanto à área que trabalhou a maior parte da carreira, 63% dos tenentes trabalharam na atividade-fim / operacional e 36,9% na atividade-meio / administrativa. Especificamente durante o oficialato, 10,8% dos tenentes trabalharam na atividade-fim / operacional e 89,2% na atividade-meio / administrativa. Por fim, atualmente 13,8% dos tenentes trabalharam na atividade-fim / operacional e 86,2% na atividade-meio / administrativa. Os dados estão dispostos nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Distribuição dos tenentes em relação ao tempo de serviço no CBMMG



Fonte: O autor.

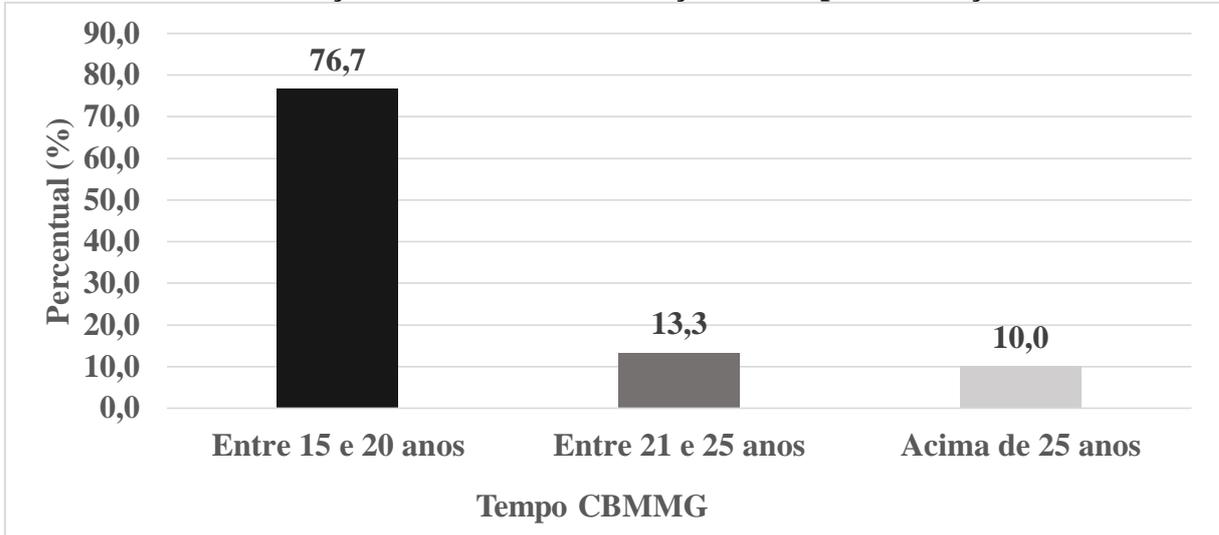
Gráfico 2 – Distribuição dos tenentes em relação às áreas de atuação



Fonte: O autor.

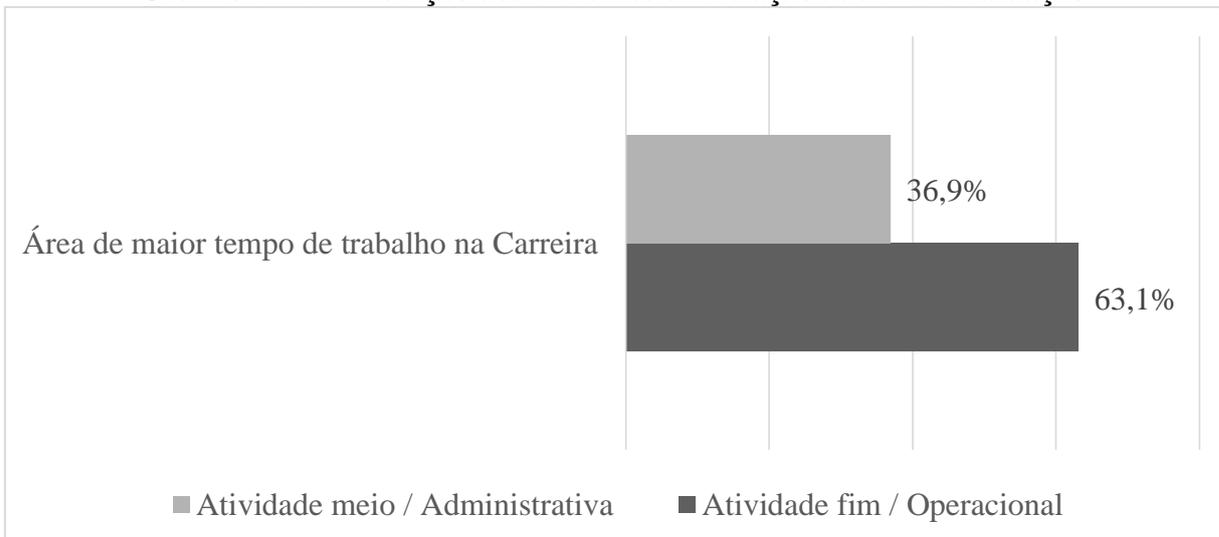
Sobre os discentes, no que se refere ao tempo de efetivo serviço na Corporação, 76,7% trabalharam entre 15 e 20 anos, 13,3% entre 21 e 25 anos e 10% acima de 25 anos, com tempo médio de 16,7 anos. Quanto à área que trabalhou a maior parte da carreira, 63,3% dos discentes trabalharam na atividade-fim / operacional e 36,7% na atividade-meio / administrativa. Os dados estão dispostos nos gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 – Distribuição dos discentes em relação ao tempo de serviço no CBMMG



Fonte: O autor.

Gráfico 4 – Distribuição dos discentes em relação às áreas de atuação



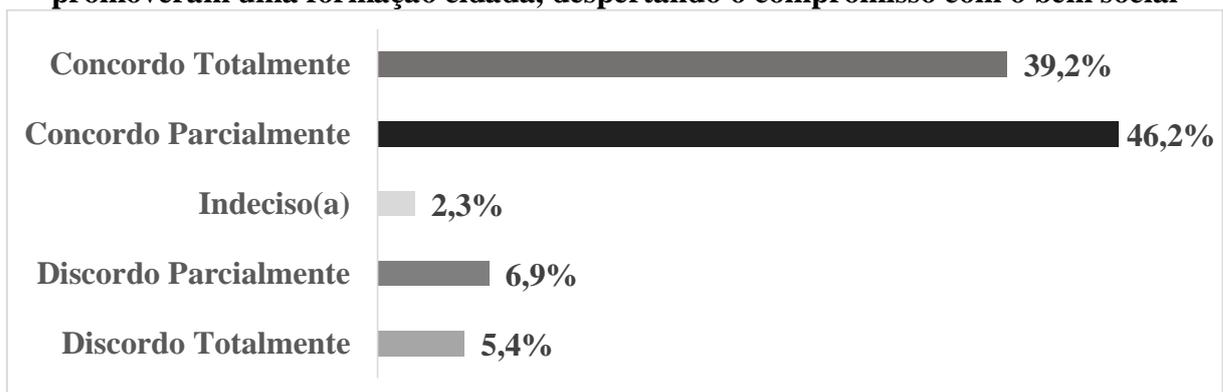
Fonte: O autor.

4.2 Categoria 1: Relação entre a formação profissional e a formação humana

Para analisar a relação entre a formação profissional e a formação humana, os participantes deveriam avaliar numa escala Likert as seguintes questões:

a) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 5 e 6.

Gráfico 5 – Concepção dos tenentes sobre se as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social



Fonte: O autor.

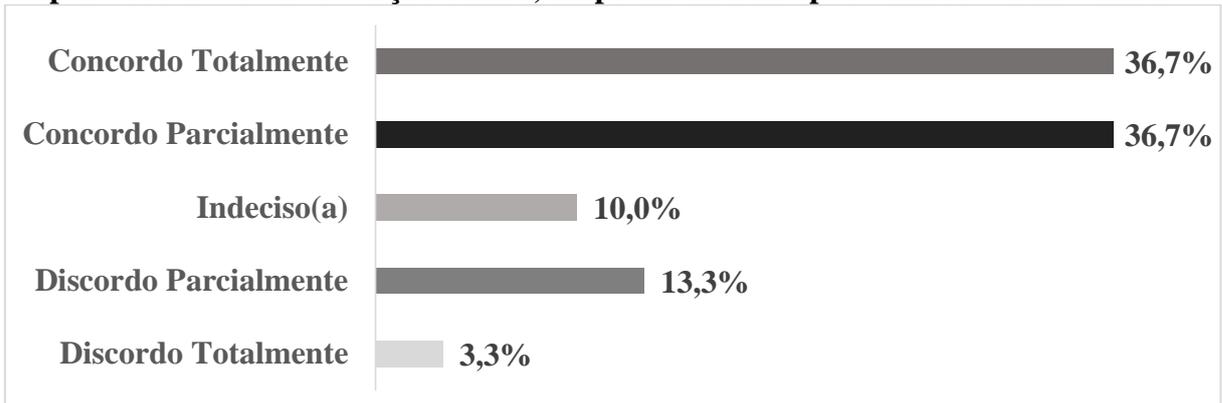
No Gráfico 5, pode-se observar que 39,2% dos tenentes concordaram totalmente e 46,2% concordaram parcialmente e somente 2,3% estão indecisos, 6,9% discordam parcialmente e 5,4% discordam totalmente com a questão proposta. Além disso, a média foi de 4,1, o desvio padrão foi de 1,09 e o intervalo com 95% de confiança variando de 3,9 a 4,3, acima do ponto médio 3. Nesse sentido, pode-se afirmar que, em geral, os tenentes concordam que as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social. Tal posição dos tenentes demonstra que a proposta curricular da ABM de vincular a formação do bombeiro com a realidade social foi alcançada, consoante ao PPP do CHO (2016):

O Projeto Político Pedagógico deste curso [...] estabelece estratégias que permitem que a Academia de Bombeiros Militar mensure sistematicamente o seu trabalho de formar oficiais, **mas antes de tudo, cidadãos comprometidos com o bem social e sabedores dos seus deveres e obrigações.**

[...]

O nosso profissional deverá desenvolver uma visão sistêmica e será capaz de identificar as principais características e necessidades de uma sociedade que ele assistirá, **jamais se esquecendo do compromisso com os direitos humanos e sociais.** (PPP, 2016, p. 7-8, grifo nosso).

Gráfico 6 – Percepção dos discentes sobre se as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social

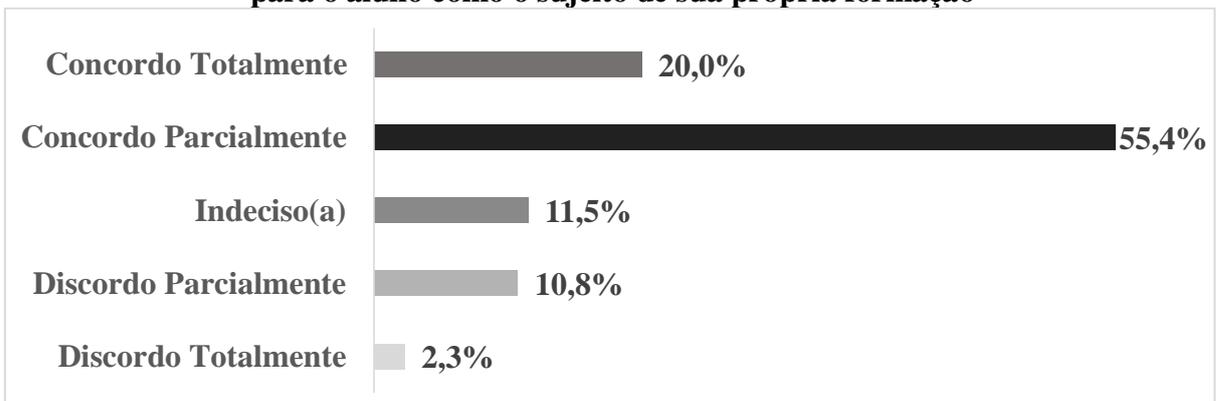


Fonte: O autor.

Já no Gráfico 6, pode-se observar que 36,7% dos discentes concordaram totalmente, 36,7% concordaram parcialmente, 10% ficaram indecisos, 13,3% discordaram parcialmente e 3,3% discordaram totalmente com a questão proposta. A média das avaliações foi de 3,9, com desvio padrão de 1,2 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,5 a 4,3, também acima do ponto médio. Assim, é possível afirmar que, em geral, os discentes também entendem que as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram uma formação cidadã, muito embora os discentes apresentem uma posição não tão positiva quanto aos tenentes.

b) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se a ação educativa do CHO é direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 7 e 8.

Gráfico 7 – Concepção dos tenentes em sobre a ação educativa do CHO ser direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação



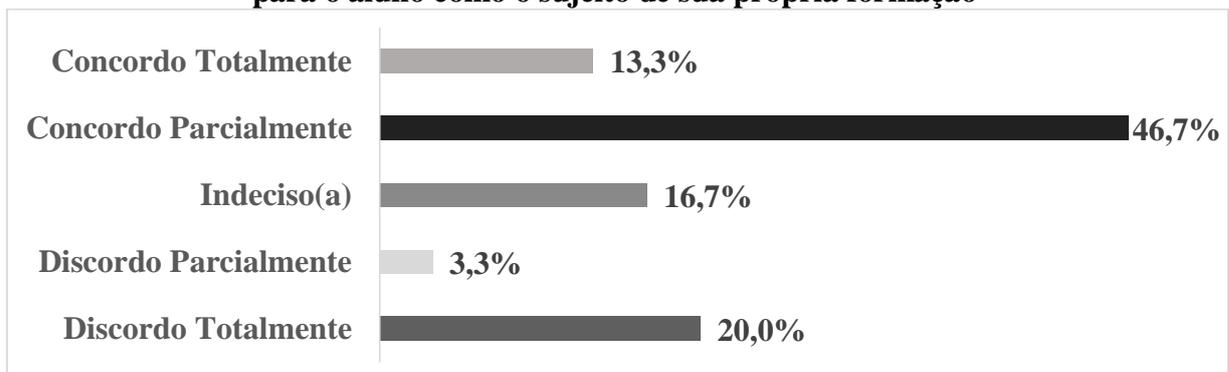
Fonte: O autor.

No Gráfico 7, pode-se observar que 20% dos tenentes concordaram totalmente, 55,4% concordaram parcialmente, 11,5% ficaram indecisos, 10% discordaram parcialmente e 2,3% discordaram totalmente com a afirmação. A nota média obtida foi de 3,8 pontos, com desvio padrão de 1,0 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,6 a 4,0, novamente acima do ponto médio 3. Desta forma, conclui-se que a percepção geral dos tenentes entrevistados é de que a ação educativa do CHO é direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação. Esta posição demonstra que os valores e os objetivos acadêmicos da ABM foram alcançados, sendo estes sintetizados pelo descrito no PPP (2016) em seu eixo epistemológico:

Eixo Epistemológico

A ação educativa do curso direciona-se para um aluno sujeito da sua própria formação, autônomo e competente, motivado para aprender, disciplinado, organizado, que traz em sua bagagem experiências profissionais desenvolvidas nos anos de prestação de serviço bombeiro militar. Os alunos apresentam motivações internas que direcionam o aprendizado para o desenvolvimento das habilidades inerentes a sua profissão, sendo substrato do seu próprio aprendizado. (PPP, 2016, p. 24, grifo nosso).

Gráfico 8 – Percepção dos discentes sobre a ação educativa do CHO ser direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação



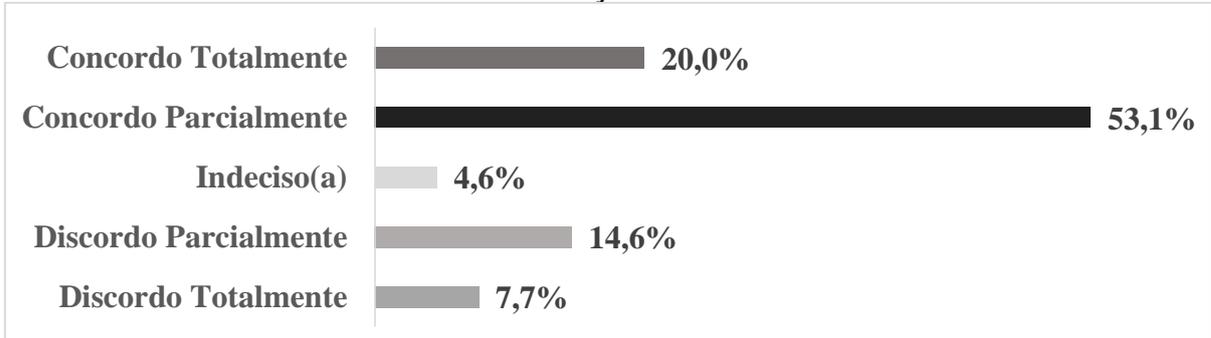
Fonte: O autor.

Já no Gráfico 8, pode-se observar que 13,3% dos discentes concordaram totalmente, 46,7% concordam parcialmente, 16,7% estão indecisos, 3,3% discordam parcialmente e 20,0% discordam totalmente com a afirmativa. A nota média foi de 3,3, desvio padrão de 1,3 e intervalo com 95% de confiança variando de 2,8 a 3,8. Nesse sentido, pode-se afirmar que os discentes entrevistados têm leve tendência a concordar que a ação educativa do CHO é direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação.

c) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitam a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o

processo de construção e reconstrução do saber. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 9 e 10.

Gráfico 9 – Concepção dos tenentes sobre as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitarem a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber

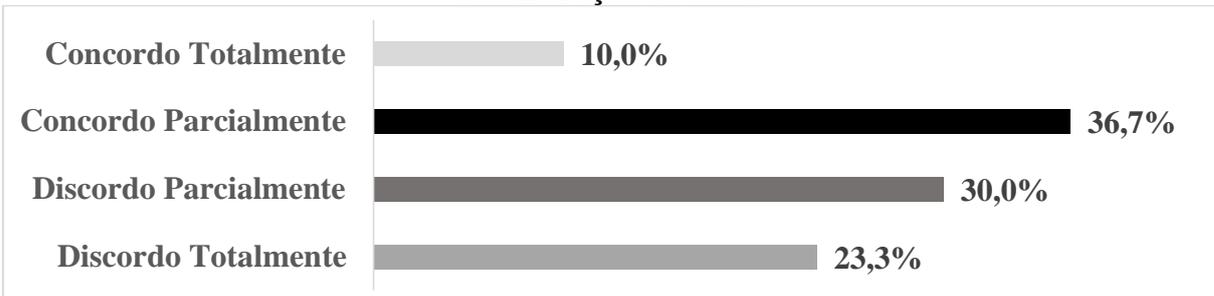


Fonte: O autor.

No Gráfico 9, pode-se observar que 20% dos tenentes concordaram totalmente, 53,1% concordaram parcialmente, 4,6% se mostraram indecisos, 14,6% discordam parcialmente e 7,7% discordam totalmente com a questão proposta. Além disso, a média foi de 3,6, desvio padrão de 1,2 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,4 a 3,8, acima do ponto médio 3. Nesse sentido, pode-se afirmar que, em geral, os tenentes concordam que as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitam a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber. Tal posição dos tenentes demonstra que a proposição de uma estrutura curricular crítica, preconizada pelo PPP (2016), foi alcançada:

A abordagem interdisciplinar flexível do currículo **respeita a ação do aluno que está aberto à construção e reconstrução perante um diálogo transformador**. Tal aspecto atende a necessidade de acesso a uma formação respaldada nos princípios da cidadania, dos direitos humanos, da cultura pela paz e da sua responsabilidade social. (PPP, 2016, p. 24, grifo nosso).

Gráfico 10 – Percepção dos discentes sobre as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitarem a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber



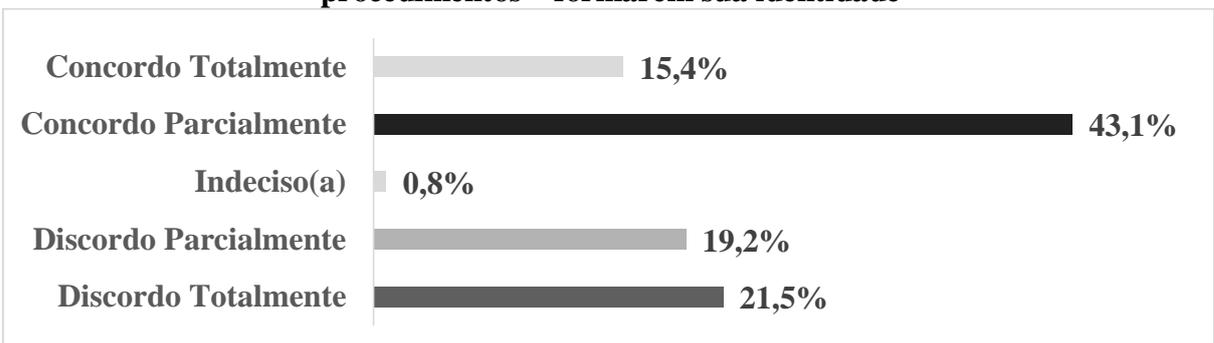
Fonte: O autor.

Por outro lado, no Gráfico 10, pode-se observar que 10% dos discentes concordaram totalmente, 36,7% concordaram parcialmente, 30% discordam parcialmente e 23,3% discordam totalmente com a afirmativa. A média observada foi de 2,8, com desvio padrão de 1,4 e intervalo com 95% de confiança variando de 2,3 a 3,3. Com isto, pode-se afirmar que os discentes se mostraram indecisos quanto ao fato de as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitarem a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber.

Esta posição dos discentes indica, em certa medida, uma incoerência entre a ação educativa e os preceitos do PPP, o que pode estar relacionado às práticas docentes, ao planejamento do ensino e/ou às demais atividades curriculares.

d) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formaram sua identidade. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 11 e 12.

Gráfico 11 – Concepção dos tenentes sobre os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formarem sua identidade

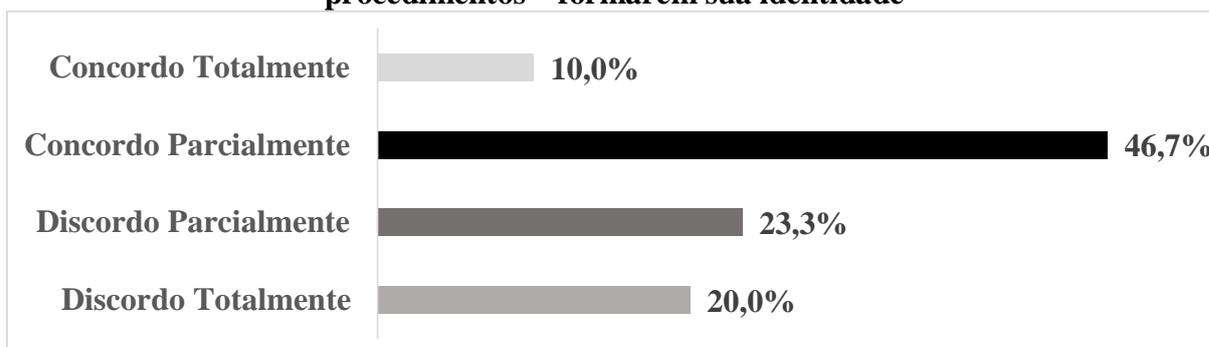


Fonte: O autor.

Pode-se observar no Gráfico 11 que 15,4% dos tenentes concordaram totalmente, 43,1% concordaram parcialmente, 0,8% estão indecisos, 19,2% discordam parcialmente e 21,5% discordam totalmente com a afirmativa. A nota média foi de 3,1, desvio padrão de 1,5 e intervalo com 95% de confiança variando de 2,9 a 3,4. Com isto, conclui-se que existe uma leve tendência dos tenentes de concordarem com o fato de que os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formaram sua identidade. Nesse sentido, pode-se dizer que existe, no currículo em ação do CHO, uma ligação entre a educação e a ideologia militar, num viés de relações de poder do cotidiano escolar. Assim, com base em Silva (2013), o militarismo contribui, em certa medida, com a formação da identidade do bombeiro:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2013, p. 150).

Gráfico 12 – Percepção dos discentes sobre os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formarem sua identidade

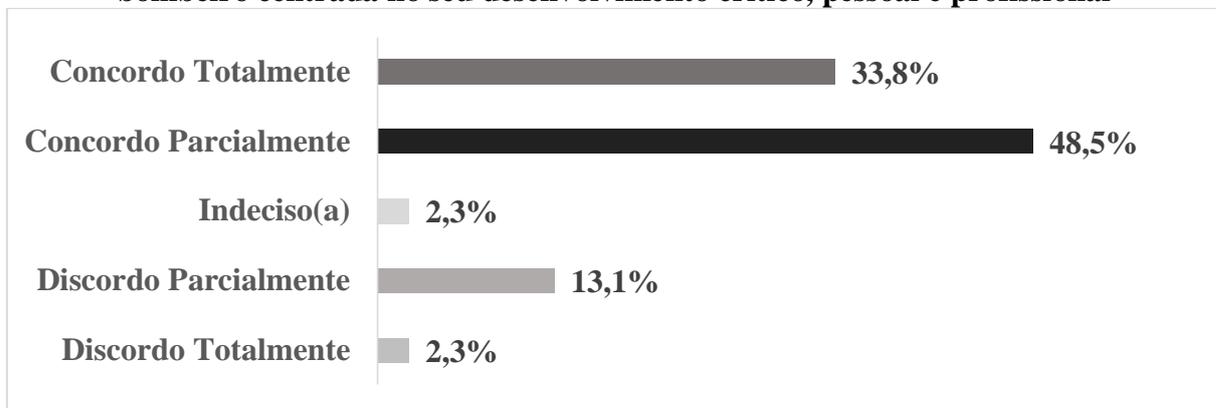


Fonte: O autor.

Já no Gráfico 12, pode-se observar que 10% dos discentes concordaram totalmente, 46,7% concordaram parcialmente, 23,3% discordam parcialmente e 20,0% discordam totalmente com a afirmativa. A média das avaliações foi de 3,0 com desvio padrão de 1,4 e intervalo com 95% de confiança variando de 2,5 a 3,6. Nesse sentido, pode-se afirmar que também para os discentes existe uma leve tendência de concordância de os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – terem formado sua identidade.

e) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se a ideologia militar influencia a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 13 e 14.

Gráfico 13 – Concepção dos tenentes sobre a ideologia militar influenciar a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional

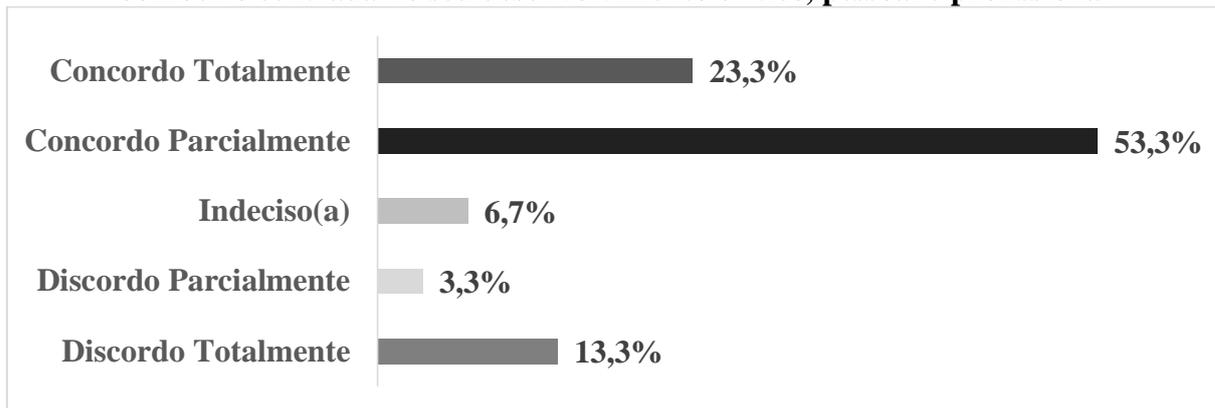


Fonte: O autor.

No Gráfico 13, pode-se observar que 33,8% dos tenentes concordaram totalmente, 48,5% concordaram parcialmente, 2,3% ficaram indecisos, 13,1% discordaram parcialmente e 2,3% discordaram totalmente com a questão proposta. A nota média da percepção foi de 4 pontos, com desvio padrão de 1,0 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,8 a 4,7. Assim, conclui-se que, em geral, os tenentes entendem que a ideologia militar influencia a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional.

As disciplinas e atividades tipicamente militares são as responsáveis pela produção e reprodução do militarismo no ambiente escolar da ABM. Nesse sentido, a presente questão, analisada em conjunto com a anterior, indica que o currículo do CHO transmite a ideologia militar institucionalizada e reflete as relações de poder que forjam a identidade profissional desses bombeiros militares.

Gráfico 14 – Percepção dos discentes sobre a ideologia militar influenciar a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional



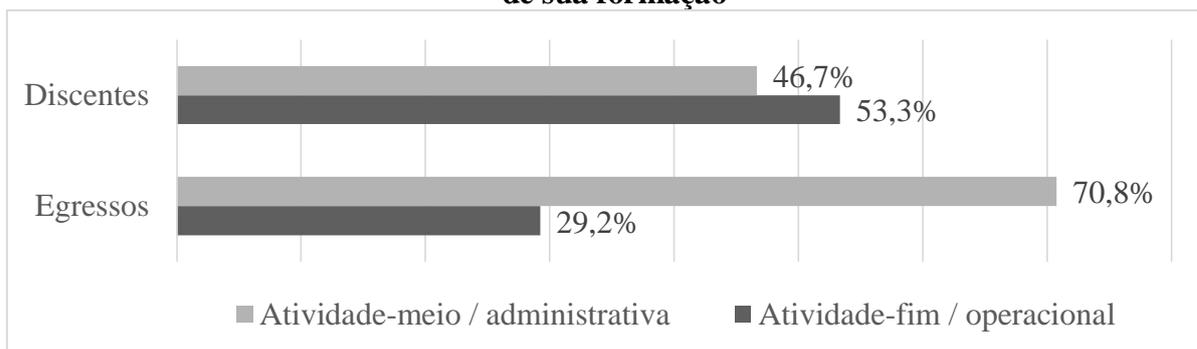
Fonte: O autor.

No Gráfico 14, pode-se observar que 23,3% dos discentes concordaram totalmente, 53,3% concordaram parcialmente, 6,7% ficaram indecisos, 3,3% discordam parcialmente e 13,3% discordaram totalmente com a afirmativa. A nota média foi de 3,7 com desvio padrão de 1,3 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,2 a 4,2. Nesse sentido, pode-se afirmar que, em geral, os discentes também concordam que a ideologia militar influencia a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional.

4.3 Categoria 2: Relação da formação com a prática profissional

Para analisar a relação da formação com a prática profissional, em primeiro lugar os participantes deveriam indicar se sua formação profissional no CHO está(va) centrada na área operacional (atividade-fim) ou administrativa (atividade-meio). Os resultados estão dispostos no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Distribuição dos tenentes e discentes em relação ao tipo de atividade central de sua formação



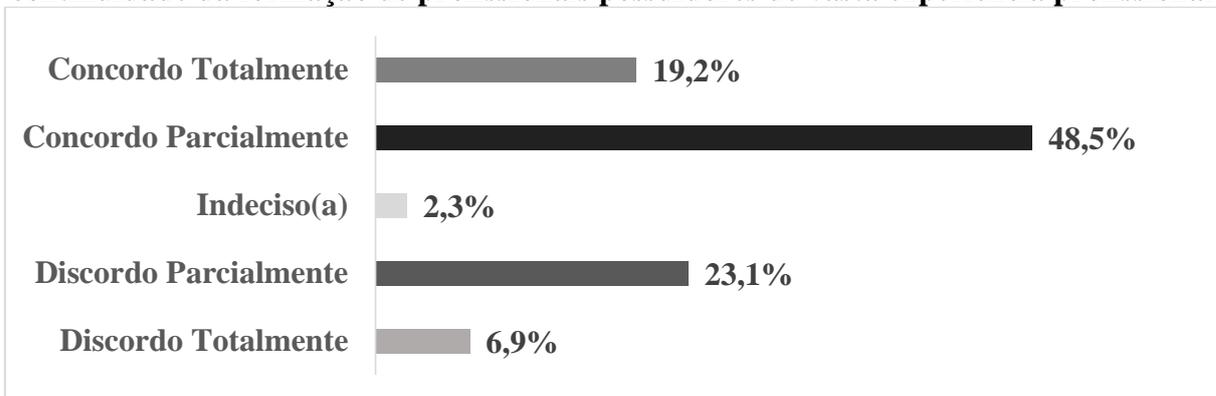
Fonte: O autor.

O Gráfico 15 indica que houve uma mudança de foco em relação ao tipo de atividade central na formação do CHO, uma vez que, na opinião de mais da metade dos discentes, sua formação profissional está centrada na área operacional (atividade-fim). Porém, o Gráfico 2 mostrou que 86,2% dos tenentes egressos do CHO trabalham atualmente na atividade meio / administrativa e, portanto, seria mais adequado que a formação profissional do CHO se aproximasse da prática profissional desses oficiais subalternos, ou seja, que o foco dos componentes curriculares do CHO fosse a atividade meio / administrativa.

Em seguida, os participantes deveriam avaliar numa escala Likert as seguintes questões:

a) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se o CHO está em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 16 e 17.

Gráfico 16 – Concepção dos tenentes sobre o CHO estar em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional

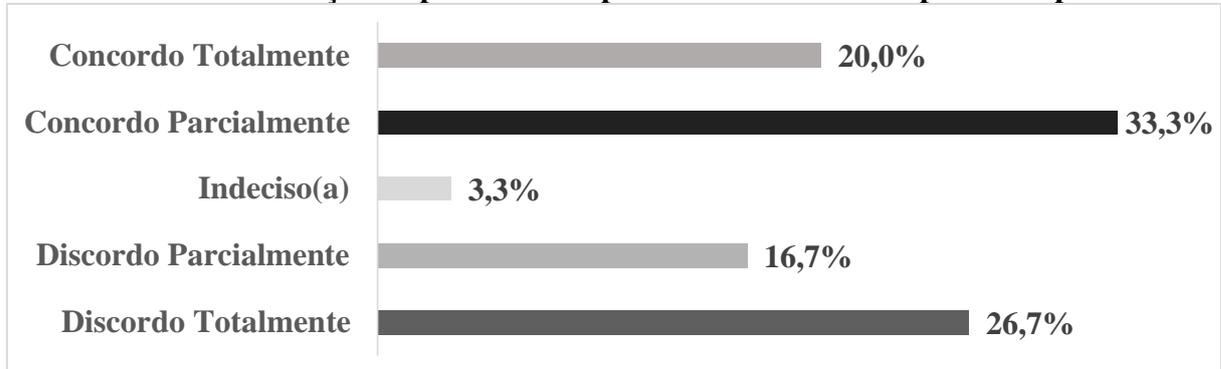


Fonte: O autor.

No Gráfico 16, pode-se observar que 19,2% dos tenentes concordaram totalmente, 48,5% concordaram parcialmente, 2,3% ficaram indecisos, 23,1% discordaram parcialmente e 6,9% discordaram totalmente com esta afirmativa. A média das avaliações foi de 3,5, desvio padrão de 1,2 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,3 a 3,7. Conclui-se, portanto, que, de forma geral, os tenentes consideram que o CHO está em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional. Tal resultado, na visão dos tenentes, converge para o elemento motivador da elaboração do PPP (2016):

O principal elemento motivador para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Gestão e Gerenciamento de Catástrofe, realizado pela Academia de Bombeiros Militar, foi a constatação da importância da continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional. (PPP, 2016, p. 7).

Gráfico 17 – Percepção dos discentes sobre o CHO estar em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional

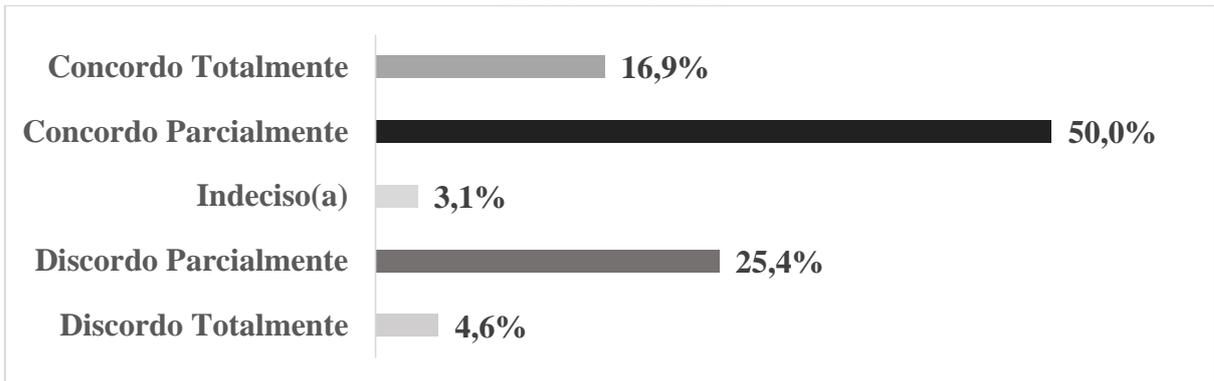


Fonte: O autor.

Por outro lado, no Gráfico 17, pode-se observar que 20% dos discentes concordaram totalmente, 33,3% concordaram parcialmente, 3,3% ficaram indecisos, 16,7% discordaram parcialmente e 26,7% discordaram totalmente com a afirmativa. A nota média foi de 3,0, desvio padrão de 1,6 e intervalo com 95% de confiança variando de 2,5 a 3,6. Desta forma não é possível concluir que os discentes concordam ou discordam sobre o CHO estar em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional. O que se demonstra, portanto, é que não há clareza quanto a esse quesito, uma vez que os resultados apurados entre os tenentes e os discentes apresentam divergência.

b) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estão em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 18 e 19.

Gráfico 18 – Concepção dos tenentes sobre de as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estarem em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno



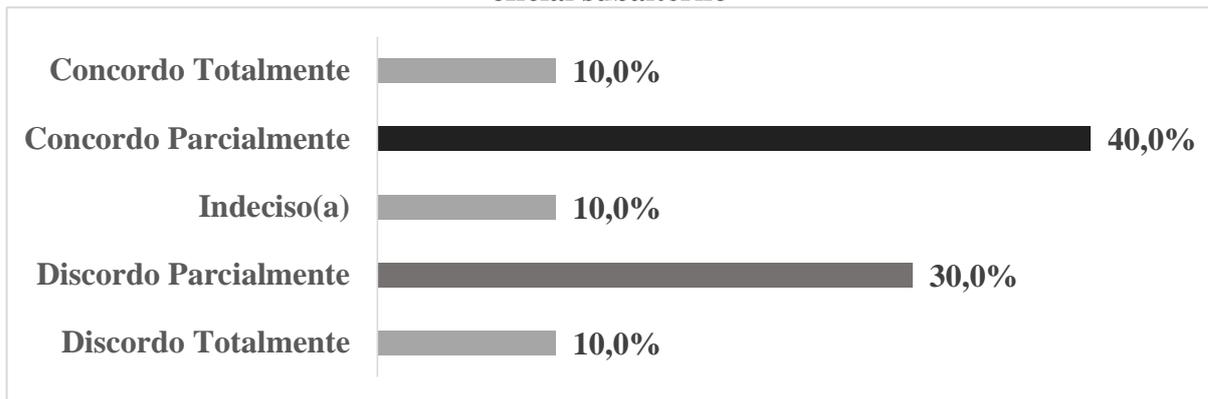
Fonte: O autor.

No Gráfico 18, pode-se observar que 16,9% dos tenentes concordaram totalmente, 50,0% concordaram parcialmente, 3,1% ficaram indecisos, 25,4% discordaram parcialmente e 4,6% discordaram totalmente com a afirmativa. A nota média foi de 3,5, com desvio padrão de 1,2 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,3 a 3,7. Nesse sentido, pode-se afirmar que a percepção geral dos tenentes é de que as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estão em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno. Tal resultado demonstra, segundo os tenentes pesquisados, que a finalidade formativa apresentada no PPP (2016) foi alcançada, corroborando com as diretrizes de organização curricular do curso:

O curso tem a finalidade de formar um profissional capacitado ao exercício das funções de oficiais subalternos, tanto nos aspectos operacionais quanto nas funções internas no âmbito da Corporação. (PPP, 2016, p. 17).

O processo didático-pedagógico do curso apresenta organização curricular interdisciplinar, flexível e contextualizada, em conformidade com a prática profissional a ser desenvolvida. Ao longo do curso as disciplinas articulam-se, buscando assegurar profundidade e perspectivas adequadas à integração de práticas e conhecimentos gerais, gerenciais e específicos, desenvolvimento de pesquisas e geração de novos conhecimentos. (PPP, 2016, p. 23).

Gráfico 19 – Percepção dos discentes sobre as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estarem em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno

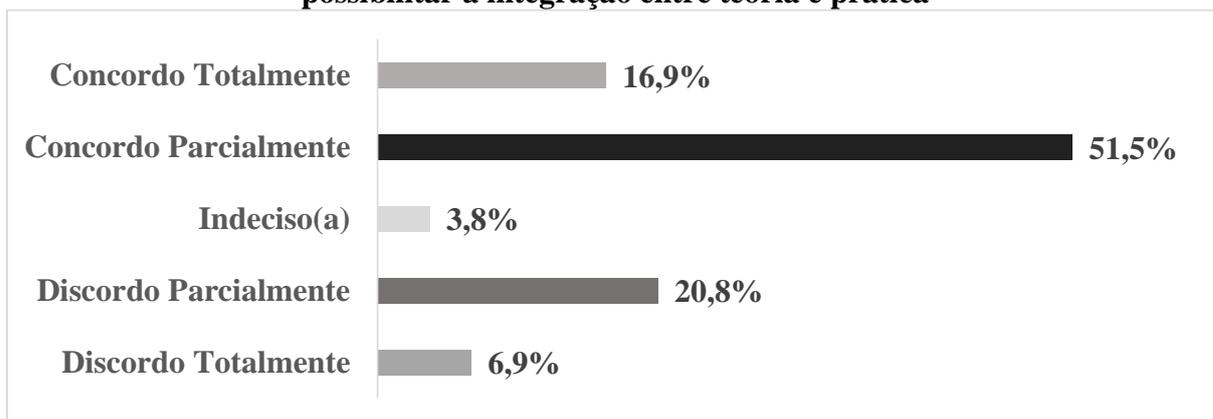


Fonte: O autor.

Já no Gráfico 19, pode-se observar que 10,0% dos discentes concordaram totalmente, 40,0% concordaram parcialmente, 10,0% ficaram indecisos, 30,0% discordaram parcialmente e 10,0% discordaram totalmente com a afirmativa. A nota média foi de 3,1 com desvio padrão de 1,2 e intervalo com 95% de confiança variando de 2,6 a 3,6. Desta forma, é possível afirmar que os discentes apresentam leve tendência a concordarem que as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estão em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno.

c) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se a organização curricular do CHO possibilita a integração entre teoria e prática. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 20 e 21.

Gráfico 20 – Concepção dos tenentes sobre a organização curricular do CHO possibilitar a integração entre teoria e prática

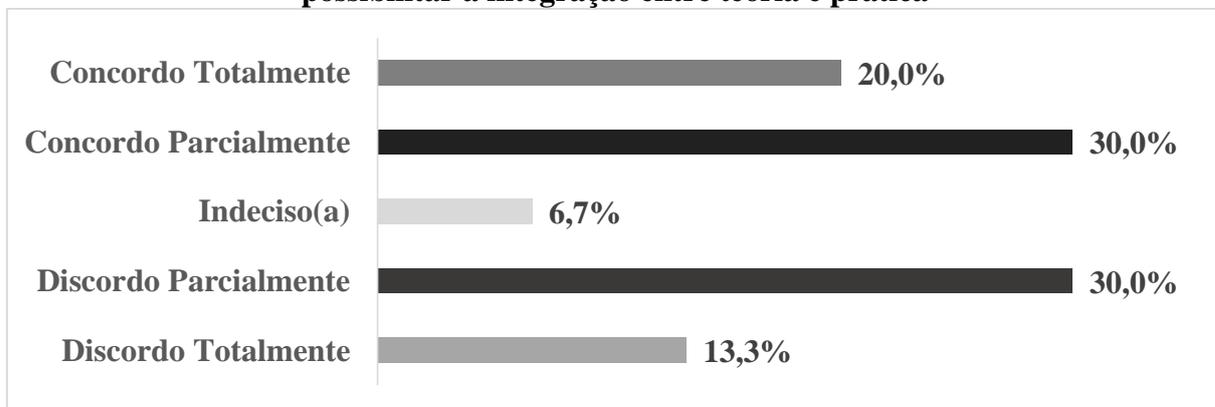


Fonte: O autor.

Pode-se observar no Gráfico 20 que 16,9% dos tenentes concordaram totalmente, 51,5% concordaram parcialmente, 3,8% ficaram indecisos, 20,8% discordaram parcialmente e 6,9% discordaram totalmente com a afirmativa. Além disso, a média foi de 3,5 e o desvio padrão foi de 1,2. O intervalo com 95% de confiança foi igual a 3,3 a 3,7. Portanto, conclui-se que, em geral, os tenentes tendem a concordar quanto a organização curricular do CHO possibilitar a integração entre teoria e prática.

Esta posição dos tenentes demonstra que os objetivos do curso foram alcançados, sendo estes sintetizados pelo descrito no PPP (2016, p. 24-25) em seu eixo epistemológico, referindo-se que “o processo de ensino na ABM é concebido como um conjunto sistemático de ações planejadas ao qual se articulam conteúdo e forma, permitindo que haja integração entre teoria e prática ressignificando o processo ensino aprendizagem”.

Gráfico 21 – Percepção dos discentes sobre a organização curricular do CHO possibilitar a integração entre teoria e prática



Fonte: O autor.

Por outro lado, pode-se observar no Gráfico 21 que 20,0% dos discentes concordaram totalmente, 30,0% concordaram parcialmente, 6,7% ficaram indecisos, 30,0% discordaram parcialmente e 13,3% discordaram totalmente com a afirmativa. Além disso, a média foi de 3,1, desvio padrão de 1,4, com intervalo com 95% de confiança variando de 2,6 a 3,7. Portanto, conclui-se que não é possível afirmar que os discentes concordam ou discordam sobre a organização curricular do CHO possibilitar a integração entre teoria e prática.

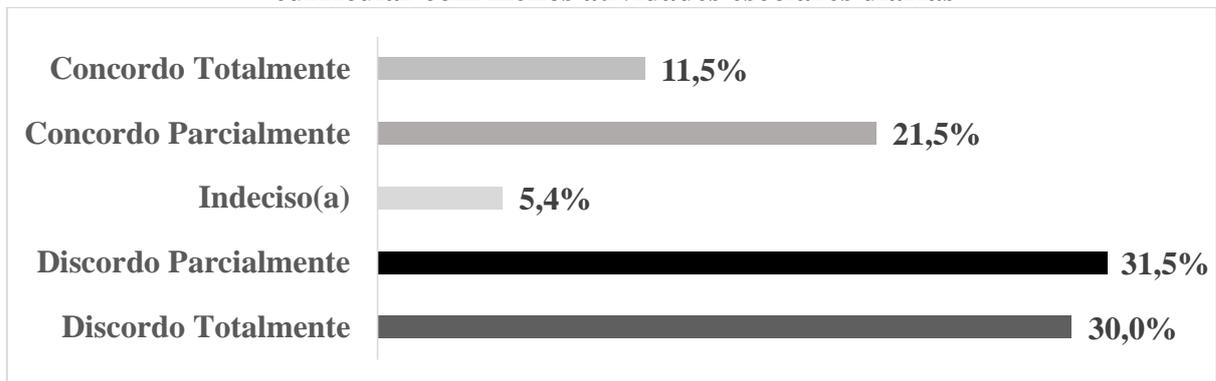
Esta posição dos discentes indica, em certa medida, uma incoerência entre a ação educativa e os preceitos do PPP. Uma hipótese plausível seria a falta de estágio curricular na área administrativa, já que o estágio constante na malha curricular do CHO é restrito apenas à área operacional.

4.4 Categoria 3: Componentes curriculares

Para analisar os componentes curriculares, os participantes deveriam avaliar numa escala Likert as seguintes questões:

a) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se o seu processo de aprendizagem seria facilitado, caso o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 22 e 23.

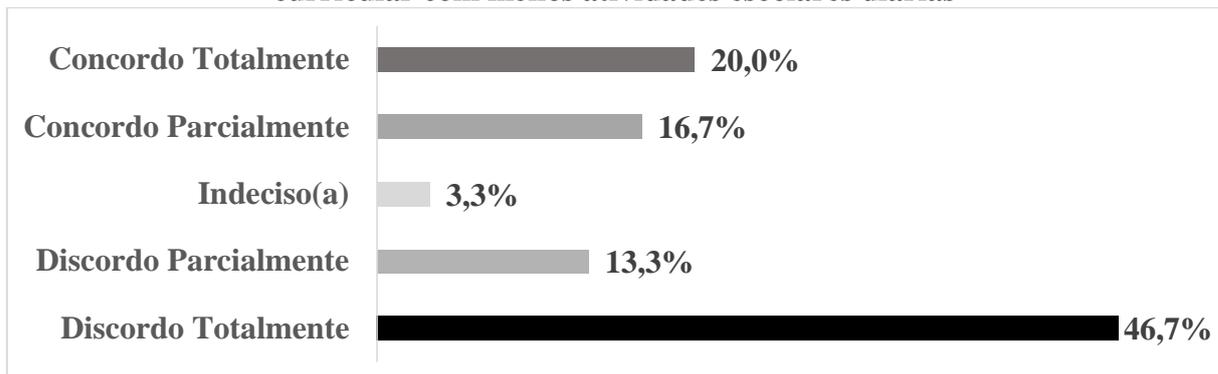
Gráfico 22 – Concepção dos tenentes sobre a facilitação de seu processo de aprendizagem, caso o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias



Fonte: O autor.

No Gráfico 22, pode-se observar que 11,5% dos tenentes concordaram totalmente, 21,5% concordaram parcialmente, 5,4% ficaram indecisos, 31,5% discordaram parcialmente e 30,0% discordaram totalmente da afirmativa. A nota média foi de 2,5, com desvio padrão de 1,4 e intervalo com 95% de confiança variando de 2,3 a 2,8. Desta forma, pode-se afirmar que, em geral, os tenentes não consideram que o seu processo de aprendizagem seria facilitado se o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias. Pode-se concluir, portanto, que, ao ver desses tenentes, a forma vigente de distribuição da carga horária em razão dos conteúdos curriculares está adequada.

Gráfico 23 – Percepção dos discentes sobre a facilitação de seu processo de aprendizagem, caso o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias

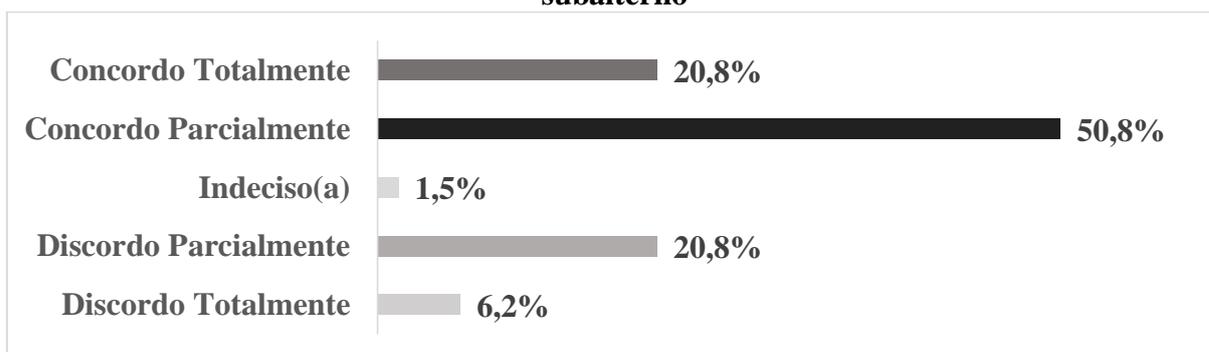


Fonte: O autor.

Já no Gráfico 23, pode-se observar que 20,0% dos discentes concordaram totalmente, 16,7% concordaram parcialmente, 3,3% ficaram indecisos, 13,3% discordaram parcialmente e 46,7% discordaram totalmente da afirmativa. Além disso, a média das notas obtidas foi de 2,5, desvio padrão de 1,7 e intervalo com 95% de confiança variando de 1,8 a 3,1. Conclui-se, portanto, que os discentes também não consideram que o seu processo de aprendizagem seria facilitado se o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias.

b) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se o currículo do CHO abrange a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 24 e 25.

Gráfico 24 – Concepção dos tenentes quanto ao currículo do CHO abranger a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno



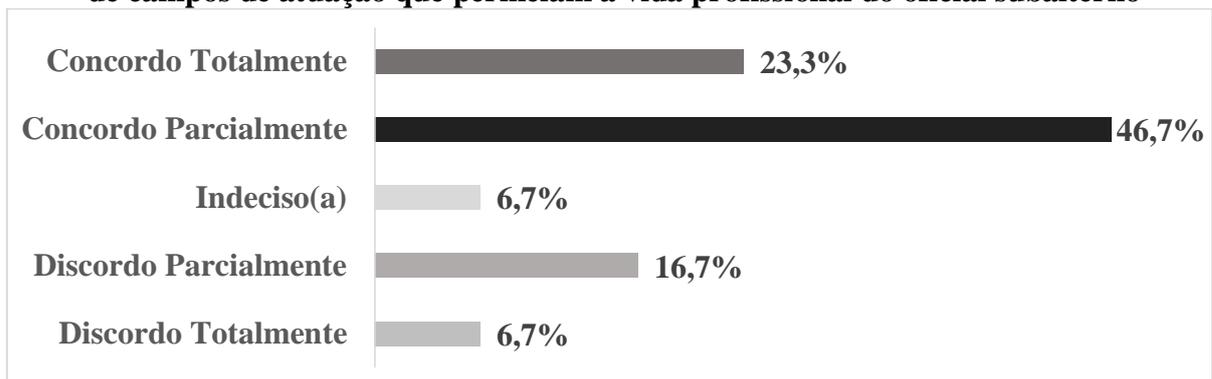
Fonte: O autor.

Nota-se no Gráfico 24 que 20,8% dos tenentes concordaram totalmente, 50,8% concordaram parcialmente, 1,5% ficaram indecisos, 20,8% discordaram parcialmente e 6,2% discordaram totalmente com a afirmativa. A nota média obtida foi de 3,6, com desvio padrão de 1,2 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,4 a 3,8. Nesse sentido, pode-se afirmar que, em geral, os tenentes consideram que o currículo do CHO abrange a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno.

Esta posição dos tenentes também demonstra que os objetivos do curso foram alcançados, levando-se em consideração, como descrito no eixo epistemológico do PPP (2016, p. 25), que “o currículo do curso de tecnólogo contempla disciplinas acadêmicas que envolvem as áreas do conhecimento no campo das ciências exatas, humanas, jurídicas, administrativas e gerenciais como eixo articulador para as disciplinas técnico-profissionais”.

Esta consideração, que também possui fulcro no PAPMC (2016), converge para o conceito marxiano de politecnia, uma vez que a formação politécnica, no concernente ao contexto da formação profissional do bombeiro militar, visa educar o bombeiro em sua completude sobre os princípios gerais e de caráter científico de diversos processos, setores e ramos, tornando-o capaz de atuar em diferentes situações de trabalho.

Gráfico 25 – Percepção dos discentes sobre o currículo do CHO abranger a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno

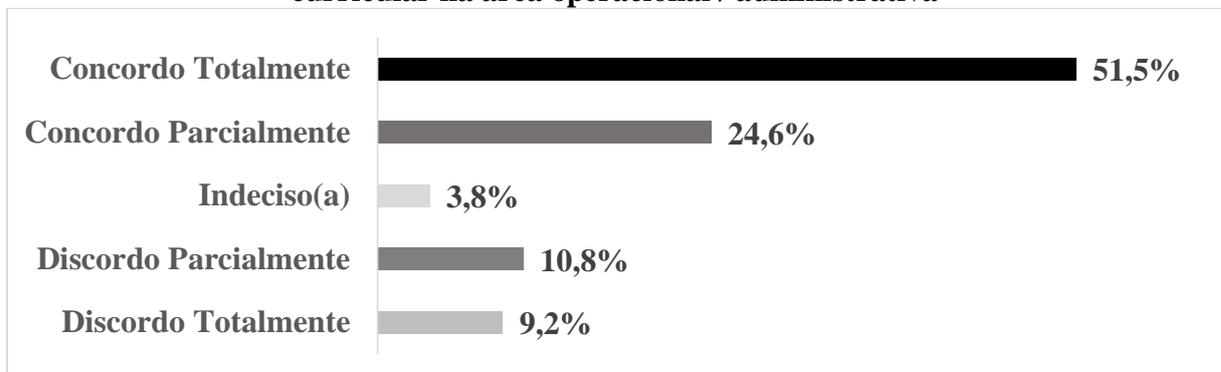


Fonte: O autor.

Já no Gráfico 25, pode-se observar que 23,3% dos discentes concordaram totalmente, 46,7% concordaram parcialmente, 6,7% ficaram indecisos, 16,7% discordam parcialmente e 6,7% discordam totalmente da afirmativa. A média das respostas dos discentes foi de 3,6, com desvio padrão de 1,2 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,2 a 4,1. Nesse sentido, pode-se afirmar que, também na visão dos discentes, o currículo do CHO abrange a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno.

c) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se o discente do CHO deveria cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 26 e 27.

Gráfico 26 – Concepção dos tenentes sobre o discente do CHO dever cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa

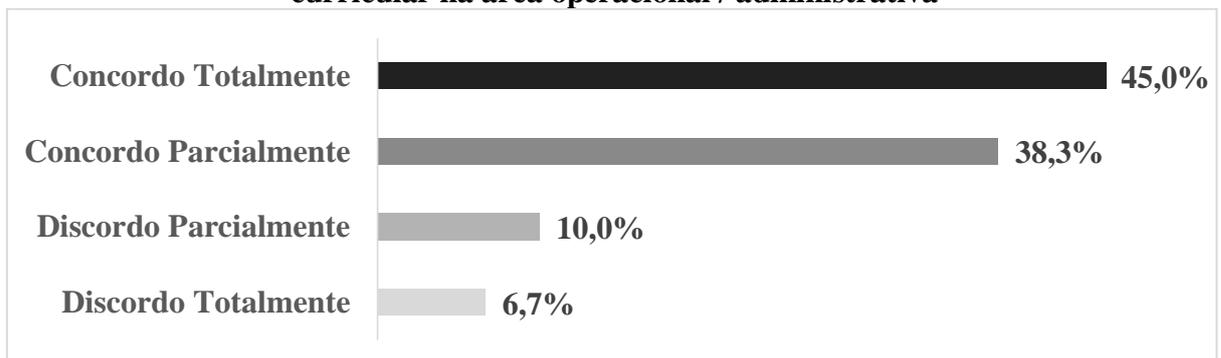


Fonte: O autor.

Percebe-se no Gráfico 26 que 51,5% dos tenentes concordaram totalmente, 24,6% concordaram parcialmente, 3,8% ficaram indecisos, 10,8% discordaram parcialmente e 9,2% discordaram totalmente da afirmativa. A nota média foi de 4,0, o desvio padrão de 1,4 e o intervalo com 95% de confiança variando entre 3,8 a 4,2. Portanto, pode-se afirmar que, em geral, os tenentes entendem que o discente do CHO deveria cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa.

Esta posição dos tenentes, que aponta para a necessidade de experimentação prévia das atividades para as quais estão sendo formados, converge para o estabelecido no eixo epistemológico do PPP (2016, p. 25), sendo que “as teorias aliadas às práticas profissionais e estágios permitem ressignificar à aquisição do conhecimento como dimensão transversal, investindo numa sistematização consciente da prática pedagógica”.

Gráfico 27 – Percepção dos discentes sobre o discente do CHO dever cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa

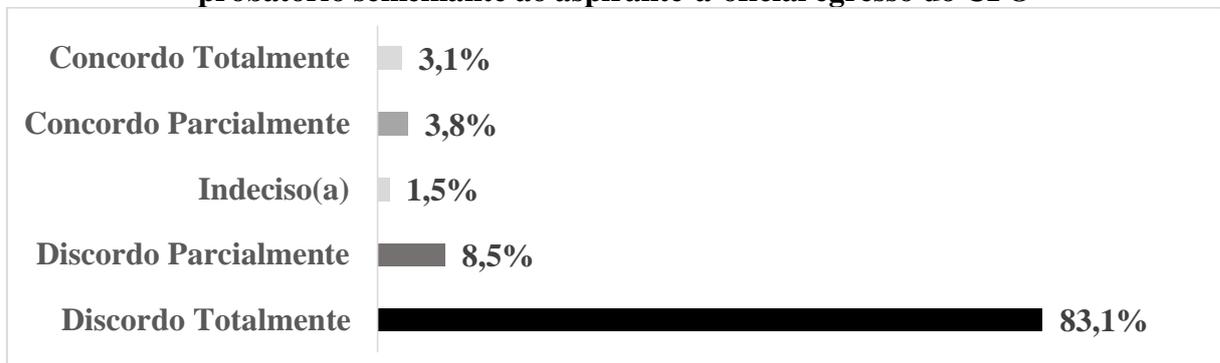


Fonte: O autor.

Já no Gráfico 27, pode-se observar que 45,0% dos discentes concordaram totalmente, 38,3% concordaram parcialmente, 10,0% discordam parcialmente e 6,7% discordam totalmente da afirmativa. A média das avaliações foi de 4,0, desvio padrão de 1,2 e intervalo com 95% de confiança variando de 3,7 a 4,4. Assim, é possível afirmar que, em geral, os discentes também entendem que o aluno do CHO deveria cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa.

d) Foi solicitado aos tenentes e discentes que avaliassem se o egresso do CHO deveria cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO. Os resultados obtidos estão contidos nos gráficos 28 e 29.

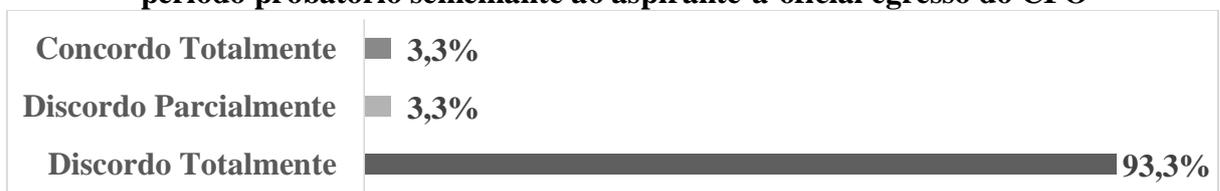
Gráfico 28 – Concepção dos tenentes sobre o egresso do CHO dever cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO



Fonte: O autor.

Pode-se observar, no Gráfico 28, que somente 3,1% dos tenentes concordaram totalmente, 3,8% concordaram parcialmente, 1,5% ficaram indecisos, 8,5% discordaram parcialmente e 83,1% discordaram totalmente. A média obtida foi de 1,4, desvio padrão de 0,9 e intervalo com 95% de confiança variando de 1,2 a 1,5. Nesse sentido, pode-se afirmar categoricamente que os tenentes entendem que o egresso do CHO não deveria cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO. Pode-se concluir, portanto, que, para esses tenentes, a forma vigente de conclusão do curso está adequada.

Gráfico 29 – Percepção dos discentes sobre o egresso do CHO dever cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO



Fonte: O autor.

Pelo Gráfico 29, nota-se, também, que somente 3,3% dos discentes concordaram totalmente, 3,3% discordam parcialmente e a grande maioria, 93,3% discordam totalmente com a afirmativa. A nota média foi de 1,2, com desvio padrão de 0,7 e intervalo com 95% de confiança variando de 0,9 a 1,5. Portanto, conclui-se categoricamente que, para esses discentes, o egresso do CHO não deveria cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO.

Por fim, os participantes deveriam citar quais conteúdos e disciplinas integrantes do CHO não foram fundamentais para a sua formação e quais conteúdos e disciplinas seriam fundamentais para a sua formação e, entretanto, não fazem parte do currículo do CHO. Os resultados obtidos estão contidos nas tabelas 6 a 9.

Tabela 6 – Conteúdos e Disciplinas integrantes do CHO que não foram fundamentais na formação – na visão dos tenentes

Conteúdo / Disciplina	Tenentes	
	Qnt	%
Filosofia	38	29,2%
Sociologia	28	21,5%
Química	26	20,0%
Libras	26	20,0%
Matemática	22	16,9%
Probabilidade e Estatística	11	8,5%
Climatologia	11	8,5%
Psicologia	10	7,7%
Urbanismo	10	7,7%
Hidráulica	5	3,8%
Direitos Humanos	5	3,8%
Disciplinas operacionais	5	3,8%
Ciências Políticas	5	3,8%
Salvamento em Altura	4	3,1%
Direito Ambiental	4	3,1%
Tiro Prático	3	2,3%
TGA	3	2,3%
Ordem Unida	3	2,3%
Procedimentos Administrativos	3	2,3%

Nota: Qnt = Quantidade.

Fonte: O autor

Pela Tabela 6, nota-se que, dentre os itens citados pelos tenentes, as disciplinas Filosofia, Sociologia, Química, Libras e Matemática foram citadas por mais de 15% dos entrevistados. Dentre estas, observa-se que todas são disciplinas de conhecimentos gerais, das áreas de humanas e exatas, que compõem a formação geral da estrutura curricular.

Tabela 7 – Conteúdos e Disciplinas integrantes do CHO que não foram fundamentais na formação – na visão dos discentes

Conteúdo / Disciplina	Discentes	
	Qnt	%
Filosofia	12	40%
Sociologia	11	37%
Química	6	20%
Psicologia	6	20%
Climatologia	4	13%
Matemática	4	13%
Metodologia / Metodologia Científica	3	10%
Introdução ao Direito	3	10%
Salvamento em Altura	3	10%
Hidráulica	3	10%
Natação	3	10%
APH	2	7%
Mecânicas do Solo	2	7%
Libras	2	7%
Direitos Humanos	2	7%

Nota: Qnt = Quantidade.

Fonte: O autor.

Observa-se, pela Tabela 7, que, dentre as respostas dos discentes em relação às disciplinas que não seriam necessárias, destacam-se Filosofia, Sociologia, Química e Psicologia, citadas por 20% ou mais dos entrevistados.

Nota-se, do exposto, que as respostas dos tenentes e dos discentes foram bastante similares, indicando convergência nas suas opiniões quanto aos conteúdos e disciplinas que fazem parte do CHO e que não foram fundamentais para sua formação. Dentre as mais votadas, ressalta-se que são conteúdos e disciplinas de conhecimentos gerais, que garantem formação crítica como defendem as teorias críticas e pós-críticas do currículo.

Isto posto, pode-se considerar que tanto os tenentes quanto os discentes participantes desta pesquisa demonstraram uma menor importância para conteúdos e disciplinas de conhecimentos gerais – o que pode ser interpretado como uma visão reducionista do processo formativo por partes desses bombeiros, que preferem a centralidade dos conteúdos técnicos

operacionais. Nesse sentido, as premissas do PPP (2016) são mais amplas que a perspectiva dos pesquisados, uma vez que são eles que atribuem mais valor ao “saber-fazer”.

Tabela 8 – Conteúdos e Disciplinas que seriam fundamentais para a formação e que não fazem parte do currículo do CHO – na visão dos tenentes

Disciplina	Tenentes	
	Qnt	%
Administração / Gestão Pública	22	16,9%
Administração / Gestão Logística / Transporte / Frotas	18	13,8%
Licitação	15	11,5%
Gestão de Pessoas / Gestão de Pessoas Setor Público / Recursos Humanos	9	6,9%
Estágio supervisionado, nas funções que são atribuídas, suprimentos, administrativo, almoxarife	9	6,9%
Oratória e Apresentação em Público	7	5,4%
Almoxarifado	7	5,4%
Atividades Cartorárias	7	5,4%
Língua Portuguesa e Redação	7	5,4%
Gestão Financeira / Contabilidade / Orçamento / Dívida Flutuante	6	4,6%
Informática	5	3,8%
Comunicação Organizacional/Social	4	3,1%
Aulas práticas	3	2,3%
Gestão Patrimonial	3	2,3%
Coordenação, Chefia e liderança	3	2,3%
Administração de Materiais	3	2,3%
Contratos / Contratos Públicos	3	2,3%

Nota: Qnt = Quantidade.

Fonte: O autor.

Percebe-se, pela Tabela 8, que, dentre os conteúdos e disciplinas citados pelos tenentes, Administração / Gestão Pública, Administração / Gestão Logística / Transporte / Frotas e Licitação são apontados por mais de 10% dos entrevistados. Destaca-se, ainda, que são conteúdos e disciplinas genuinamente administrativas (atividade-meio), o que condiz com a prática dos tenentes egressos do CHO que, em sua maioria, de acordo com o Gráfico 2, atuam na área administrativa.

Tabela 9 – Conteúdos e Disciplinas que seriam fundamentais para a formação e que não fazem parte do currículo do CHO – na visão dos discentes

Disciplina	Discentes	
	Qnt	%
Administração de Materiais	4	13,3%
Gestão Financeira / Contabilidade / Orçamento / Dívida Flutuante	3	10,0%
Administração / Gestão Pública	3	10,0%
Língua Portuguesa e Redação	3	10,0%
Física	2	6,7%
Administração / Gestão Logística / Transporte / Frotas	2	6,7%
Gestão Patrimonial	2	6,7%
Licitação	2	6,7%
Legislação Institucional	2	6,7%

Nota: Qnt = Quantidade.

Fonte: O autor.

Com relação aos conteúdos e disciplinas citados pelos discentes na Tabela 9, destacam-se Administração de Materiais, Gestão Financeira / Contabilidade / Orçamento / Dívida Flutuante, Administração / Gestão Pública e Língua Portuguesa e Redação, citados por mais de 10% dos entrevistados. Observa-se que, para os discentes, os principais conteúdos e disciplinas citados são um pouco diferentes dos referidos pelos tenentes, com exceção para Administração / Gestão Pública, que foi comum entre os dois grupos. Porém, ambos citaram conteúdos e disciplinas administrativas e/ou de conhecimentos gerais. Dessa forma, pode-se inferir que o curso dispõe de conteúdos e disciplinas operacionais que foram considerados como adequados, tanto pelos tenentes quanto pelos discentes; as lacunas de conteúdos e disciplinas encontram-se na área administrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a formação profissional do oficial subalterno (tenente) oriundo do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), sob a ótica das teorias do currículo. Para se chegar a este objetivo, buscou-se investigar se os processos formativos do CHO, especificamente em sua dimensão curricular, estão em consonância com a prática profissional de um oficial subalterno. Nesse sentido, optou-se por iniciar a pesquisa com a leitura dos documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO – PPP e matriz curricular vigente do curso. Em seguida, partiu-se para a coleta de dados, por meio da realização de uma entrevista coletiva junto a um corpo técnico da ABM e, por fim, foi realizada a etapa

de coleta de dados *online* que contou com a participação de discentes e tenentes egressos do CHO. Não foram encontrados trabalhos similares a este e, por isso, pode-se afirmar que o estudo da formação profissional do oficial bombeiro militar oriundo do CHO, sua articulação com as teorias do currículo e a sua interação na prática profissional, é uma investigação inédita.

Partiu-se do pressuposto que a formação profissional deve ser entendida como a educação do sujeito centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional. Nesse diapasão, o referencial teórico que subsidiou a análise de dados partiu de apontamentos marxianos e gramscianos sobre a educação profissional, culminando num diálogo entre as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas do currículo, por meio dos estudos de Sacristán (2000; 2013), Arroyo (1999; 2013), Silva (1999; 2013), Lopes e Macedo (2011), Teitelbaum e Apple (2001), Kuenzer (1999), Kliebard (2011), Apple (2006), Freire (1987).

Ao se estabelecer uma relação entre os resultados obtidos no campo de estudo e os autores que fundamentaram esta pesquisa, pode-se constatar que: *a*) as atividades desenvolvidas durante o CHO promovem uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social; *b*) a ação educativa do CHO é direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação; *c*) não houve consenso quanto ao fato de as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitarem a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber – a falta de consenso pode estar relacionada à educação militar “bancária”, hierarquizada, que alguns docentes, acredita-se, por ventura adotem como didática; *d*) os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM (os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos) formam, em certa medida, a identidade dos tenentes oriundos do CHO, podendo-se dizer, destarte, que existe uma ligação entre educação e ideologia, num viés de relações de poder; *e*, ainda, tal afirmativa indica que o militarismo contribui, em certa medida, na formação da identidade do bombeiro; *e*) a ideologia militar influencia a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional – tal afirmativa indica que o currículo do CHO transmite a ideologia militar institucionalizada e reflete as relações de poder que culminam na identidade profissional desses bombeiros; *f*) na opinião de mais da metade dos discentes, sua formação profissional está centrada na área operacional (atividade-fim) mas, na prática, a grande maioria dos tenentes egressos do CHO trabalham atualmente na atividade meio / administrativa e, portanto, seria mais adequado que a formação profissional do CHO se aproximasse da prática profissional desses oficiais subalternos e focasse na área administrativa (atividade-meio); *g*) não houve consenso sobre o CHO levar em consideração que seu corpo discente é composto por profissionais possuidores de vasta experiência profissional, podendo-se interpretar que as

atividades formativas desenvolvidas durante o curso apresentam certa deficiência de conteúdos e disciplinas inovadores e adequados à futura prática desses profissionais; *h*) as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estão em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno – o que pode ser interpretado como uma contradição, uma vez que há uma inconformidade quanto à centralidade da formação profissional, conforme apontado no item *f*); *i*) não houve consenso sobre a organização curricular do CHO possibilitar a integração entre teoria e prática – a falta de estágio curricular na área administrativa pode ser uma explicação para o fenômeno; *j*) num primeiro momento, considerou-se que o currículo do CHO abrange a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno. No entanto, algumas disciplinas, notadamente Filosofia, Sociologia, Química, Libras, Matemática e Psicologia, fazem parte do CHO mas não foram consideradas fundamentais para a formação – destaca-se que são conteúdos e disciplinas de conhecimentos gerais das áreas de humanas e exatas que se relacionam à formação crítica do indivíduo. Ainda, os conteúdos Administração, Gestão Pública, Gestão Logística (Transporte / Frotas e Licitação), Gestão Financeira e Orçamentária foram considerados fundamentais para a formação e, entretanto, não fazem parte do currículo do CHO. Destaca-se, pois, que são conteúdos e disciplinas genuinamente administrativas (atividade-meio), o que condiz com a prática dos tenentes egressos do CHO que, em sua maioria, atuam na área administrativa. Por outro lado, pode-se inferir, também, que os alunos preferem disciplinas técnicas operacionais, capazes de proporcionar o “saber-fazer” de bombeiro em detrimento de conteúdos da formação geral e politécnica. Em suma, pode-se dizer que o curso dispõe de conteúdos e disciplinas operacionais que foram considerados como adequados; as lacunas de conteúdos e disciplinas encontram-se na área administrativa e, ainda, pode-se afirmar que as disciplinas de conhecimentos gerais foram preteridas por uma parte significativa de egressos e discentes.

Sem nenhuma pretensão de prescrever qual formação profissional seria mais adequada aos oficiais egressos do CHO, buscou-se oferecer alguns elementos que possam gerar contribuições ao trabalho desenvolvido pela ABM. Do que foi analisado, pode-se dizer que a formação profissional do tenente egresso do CHO está fundamentada num PPP crítico que, além da formação técnica, inerente à atividade de bombeiro, oferece formação teórica que promove o desenvolvimento de instrumental crítico-reflexivo acerca do indivíduo e da sociedade. Já em sua dimensão curricular, constatou-se que os processos formativos do CHO na percepção dos participantes, é satisfatório e adequado para a formação proposta. Contudo, eles devem ser direcionados para a atividade-meio, uma vez que, na prática, a grande maioria dos tenentes egressos do CHO trabalham atualmente na área administrativa. Por fim, chama à

atenção o fato de a proposta formativa expressa no PPP ser mais avançada que as expectativas nutridas pelos participantes da pesquisa. Constatou-se que são eles que mais se interessam pelo saber-fazer.

Embora os objetivos geral e específicos propostos nesta pesquisa tenham sido alcançados, seria improvável abarcar todos os desdobramentos possíveis do objeto investigado. Portanto, as limitações existentes necessitam ser avançadas a partir de novas pesquisas. Caberia, por exemplo, uma investigação do mesmo objeto tendo os docentes como participantes.

Noutro viés, observou-se que as questões trabalhadas pela vertente pós-crítica do currículo não são abordadas na formação profissional desses bombeiros militares. A Corporação convive historicamente com a desigualdade cultural entre oficiais e praças, baseada, principalmente, na dinâmica de classe; há 25 anos houve a “aceitação” de mulheres nos quadros corporativos, mas, até hoje, no limite máximo de 10% do efetivo total; poucos são os bombeiros militares negros entre as praças e pouquíssimos entre os oficiais; não há bombeiros militares indígenas em Minas Gerais; há bombeiros militares homossexuais que não podem externar livremente a sua sexualidade; a transexualidade é encarada como novidade, apesar de haver casos reconhecidos dentro da própria Corporação.

Diante do exposto, pode-se concluir que os bombeiros militares agem, em certa medida, como sujeitos produtores e reprodutores da ideologia militar a que foram submetidos em seu processo formativo. Porém, não se pode afirmar, com base neste estudo, que o militarismo *per se* se opõe à formação crítica do bombeiro. Nesse sentido, entende-se que outras pesquisas são necessárias a fim de se compreender em qual medida a ideologia militar institucionalizada reflete as relações de poder que culminam na identidade profissional dos bombeiros.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. Tradução: Vinícius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 288 p.
- APPLE, M. W. *Educação e poder*. Tradução: Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ARROYO, M. G. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999, p. 13-41.
- ARROYO, M. G. *Currículo, território em disputa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.
- BOURDIEU, P. Futuro de classe e causalidade do provável. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (org.). *Escritos e educação*, 16. ed. Petrópolis: Vozes, p. 89-141.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação brasileira de ocupações (CBO)*. 3. ed. v. 1. Brasília: MTE, SPPE, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 10 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- CHAUI, M. *Imperdível aula de Marilena Chauí sobre Antônio Gramsci*. 2014. (11min32s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gmCebWEqTYI>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. *Projeto político pedagógico do curso superior de tecnologia em segurança pública*. Belo Horizonte: ABM, 2016, 235 p.
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. *100 anos de história e reflexão 1911-2011*. Wagner A. S. Aquino; Marina M. Marçal (org.). Belo Horizonte: Rona, 2013, 288 p.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. Resolução n. 760, de 14 de dezembro de 2017. *Aprova a malha curricular do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO BM) em regime presencial e dá outras providências*. Boletim Geral Bombeiro Militar (BGBM) n. 50, 14 dez. 2017, p. 1599-1602.

FALEIROS, F. *et al.* Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudo científicos. *Texto contexto enferm* [on-line]. 2016, 25(4): e3880014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n4/pt_0104-0707-tce-25-043880014.pdf. Acesso em: 3 set. 2018.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução: Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007, 312 p.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 184 p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008, 200 p.

GIOLO, S. R. *Introdução à análise de dados categóricos com aplicações*. São Paulo: Blucher, 2017, 256 p.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, 244 p.

JESUS, A. T. *A educação como hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. 1985. vi, 184 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252657>. Acesso em: 13 jul. 2018.

KLIEBARD, H. Os princípios de Tyler. *Currículo sem fronteiras* [on-line], v.11, n.2, pp.23-35, Jul/Dez 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/kliebard-tyler.htm>. ISSN 1645-1384. Acesso em: 6 maio 2017.

KRAMER, S. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, M. T.; JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. (org.). *Ciências humanas e pesquisa: Leituras de Mikhail Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007, v. 107 (Coleção Questões da nossa época), p. 57-75.

KUENZER, A. Z. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999, p. 121-139.

LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação, sociedade & culturas*, v. 39, p. 7-23, 2013. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>. ISSN 0872-7643. Acesso em: 6 maio 2017.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011, 279 p.

MAGALHÃES, M. M.; LIMA, A. C. P. *Noções de probabilidade e estatística*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2002, 391 p.

MARX, K.; ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. Campinas: Navegando, 2011, 142 p.

MINAS GERAIS. Lei n. 5.301, de 16 de outubro de 1969. *Contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais – Texto Atualizado*. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=5301&comp=&ano=1969&texto=consolidado#texto>. Acesso em: 09 out. 2017.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n. 115, de 05 de agosto de 2010. *Altera a lei n. 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o estatuto dos militares do estado de Minas Gerais, e dá outras providências*. Diário do Executivo – “Minas Gerais”, Poder Executivo, Belo Horizonte, MG, 06 ago. 2010. Caderno 1, p. 1. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=115&comp=&ano=2010>. Acesso em: 09 out. 2017.

MINAS GERAIS. Resolução SECTES n. 042, de 24 de agosto de 2016. *Reconhece o curso superior de tecnologia em segurança pública, ministrado pela Academia de Bombeiros Militar de Minas Gerais, na capital*. Diário do Executivo – “Minas Gerais”, Poder Executivo, Belo Horizonte, MG, 30 ago. 2016. Caderno 1, p. 19. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/169709>. Acesso em: 09 out. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. *Projeto de análise profissiográfica e mapeamento de competências: Relatório do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais*. Convênio SENASP MJ nº 761925/2011. 29 nov. 2016. 254 p.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, 108 p.

MOITA, A. M. *O currículo oculto e a constituição da subjetividade do bombeiro militar: o herói (re)velado*. 2014. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

NOGUEIRA, M. A. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993, 220 p.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, 232 p.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012, 334 p.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução: Ernani F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000, 352 p.

SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, J. G. (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35.

SILVA, T. T. Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999, p. 75-83.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 156 p.

SILVA-SÁ, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história e ciências sociais*, Ano 1, número 1, p.1-15, julho, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>. Acesso em: 24 nov. 2018.

TEITELBAUM, K; APPLE, M. John Dewey. *Currículo sem fronteiras* [on-line], v.1, n.2, pp. 194-201, Jul/Dez 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/classicos/teiapple.htm>. ISSN 1645-1384. Acesso em: 6 maio 2017.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. 17. ed. São Paulo: Libertad, 2007, p. 169-201.

APÊNDICE A



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

ENTREVISTA COLETIVA JUNTO AOS SERVIDORES DA ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR (ABM) QUE ATUAM NA GESTÃO ESCOLAR DO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS (CHO)

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1) Nome completo, cargo / função e há quanto tempo trabalha / é docente na ABM?
- 2) Baseado na sua experiência, o que vem a ser o currículo de um curso?
- 3) Como se deu a definição do currículo do CHO, reconhecido como graduação tecnológica?
- 4) Você participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CHO (2016)?
- 5) Você participou da elaboração das atividades curriculares do CHO (reconhecido como graduação tecnológica)?

ROTEIRO ELABORADO A PARTIR DO ESTUDO DO PPP (2016)

DIRETRIZES DO COMANDANTE-GERAL DO CBMMG

- 6) Na sua opinião, o CHO está centrado na *continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional*⁹?
- 7) De que maneira o currículo promove a *formação cidadã* de futuros oficiais *compromissados com o bem social*?
- 8) A organização curricular do curso contribui para a formação *crítica* dos futuros oficiais *possibilitando a compreensão do homem como um ser psicossocial*?

⁹ Quando o texto estiver em itálico, quer dizer que foi extraído *tal como está escrito* no PPP (2016).

CURRÍCULO

9) Na sua opinião, o currículo do CHO possui como característica a *abordagem interdisciplinar flexível e respeita a ação do aluno que está aberto à construção e reconstrução perante um diálogo transformador?*

10) Baseado na sua experiência, *o processo didático-pedagógico do curso apresenta organização curricular interdisciplinar, flexível e contextualizada, em conformidade com a prática profissional a ser desenvolvida?*

11) Na sua opinião, *a ação educativa do curso direciona-se para um aluno sujeito da sua própria formação (autônomo)?*

12) Baseado na sua experiência, *o processo de ensino na ABM é concebido como um conjunto sistemático de ações planejadas ao qual se articulam conteúdo e forma, permitindo que haja integração entre teoria e prática ressignificando o processo ensino aprendizagem?*

QUESTÃO CENTRAL

13) Na sua opinião, a dimensão curricular dos processos formativos de um oficial subalterno egresso do CHO estão em consonância com a prática profissional?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO *ONLINE* APLICADO JUNTO AOS DISCENTES DO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS (CHO), EM PERÍODO FINAL DE FORMAÇÃO¹⁰

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1) Gênero

Masculino Feminino Outro

2) Idade

entre 35 e 40 anos entre 41 e 45 anos entre 46 e 50 anos acima de 50 anos

3) Estado civil

Solteiro(a) Casado(a) União estável Divorciado(a) / Separado(a)
 Viúvo(a)

4) Grau de instrução

ensino médio superior incompleto superior completo pós-graduação

5) Anos de efetivo serviço no CBMMG

entre 15 e 20 anos entre 21 e 25 anos acima de 25 anos

6) Em qual área você trabalhou a maior parte da carreira?

atividade-fim / operacional atividade-meio / administrativa

RELAÇÃO *FORMAÇÃO PROFISSIONAL X FORMAÇÃO HUMANA*

7) Na sua opinião, as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram em você uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social?

Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

8) Na sua opinião, a ação educativa do CHO é direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação?

Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

¹⁰ Antes de iniciar a coleta de dados com o questionário *online*, foi inserido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) virtual, contendo logo abaixo um Termo de Consentimento com preenchimento obrigatório.

9) Baseado na sua experiência, as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitam a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

10) Baseado na sua experiência, os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formaram sua identidade?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

11) Na sua opinião, a ideologia militar influencia a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

RELAÇÃO DA FORMAÇÃO COM A PRÁTICA PROFISSIONAL

12) Na sua opinião, sua formação profissional no CHO está centrada em qual área?

- atividade-fim / operacional atividade-meio / administrativa

13) Na sua opinião, o CHO está em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

14) Na sua opinião, as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estão em conformidade com a prática profissional de um oficial subalterno?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

15) Na sua opinião, a organização curricular do CHO possibilita a integração entre teoria e prática?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

COMPONENTES CURRICULARES

O CHO possui atualmente uma carga horária de 2.080 h/a (duas mil e quarenta horas/aula), com duração de 14 (catorze) meses e sua matriz curricular é composta por 57 (cinquenta e sete) disciplinas.

16) Na sua opinião, se o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias, isso facilitaria o seu processo de aprendizagem?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

17) Na sua opinião, o currículo do CHO abrange a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

18) Na sua opinião, o discente do CHO deveria cumprir estágio curricular na área operacional / operacional?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

19) Na sua opinião, o discente do CHO deveria cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

20) Na sua opinião, o egresso do CHO deveria cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

21) Na sua opinião, CITE quais conteúdos e disciplinas integrantes do CHO não foram fundamentais para a sua formação.

22) Na sua opinião, CITE quais conteúdos e disciplinas seriam fundamentais para a sua formação e, entretanto, não fazem parte do currículo do CHO.

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO *ONLINE* APLICADO JUNTO AOS OFICIAIS EGRESSOS DO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS (CHO), CUJO CURRÍCULO FOI RECONHECIDO COMO GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA¹¹

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1) Gênero

Masculino Feminino Outro

2) Idade

entre 35 e 40 anos entre 41 e 45 anos entre 46 e 50 anos acima de 50 anos

3) Estado civil

Solteiro(a) Casado(a) União estável Divorciado(a) / Separado(a)
 Viúvo(a)

4) Grau de instrução

ensino médio superior incompleto superior completo pós-graduação

5) Posto / Patente

1º Tenente 2º Tenente

6) Ano de conclusão do CHO

2012 2013 2014 2015 2016 2017

7) Anos de efetivo serviço no CBMMG

entre 15 e 20 anos entre 21 e 25 anos acima de 25 anos

8) Em qual área você trabalhou a maior parte da carreira?

atividade-fim / operacional atividade-meio / administrativa

9) Em qual área você trabalhou a maior parte do oficialato?

atividade-fim / operacional atividade-meio / administrativa

10) Atualmente você trabalha em qual área?

atividade-fim / operacional atividade-meio / administrativa

¹¹ Antes de iniciar a coleta de dados com o questionário *online*, foi inserido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) virtual, contendo logo abaixo um Termo de Consentimento com preenchimento obrigatório.

RELAÇÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL X FORMAÇÃO HUMANA

11) Na sua opinião, as atividades desenvolvidas durante o CHO promoveram em você uma formação cidadã, despertando o compromisso com o bem social?

- () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indeciso(a)
 () Concordo parcialmente () Concordo totalmente

12) Na sua opinião, a ação educativa do CHO é direcionada para o aluno como o sujeito de sua própria formação?

- () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indeciso(a)
 () Concordo parcialmente () Concordo totalmente

13) Baseado na sua experiência, as atividades desenvolvidas durante o CHO respeitavam a ação do aluno, por meio do diálogo, facilitando o processo de construção e reconstrução do saber?

- () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indeciso(a)
 () Concordo parcialmente () Concordo totalmente

14) Baseado na sua experiência, os comportamentos tipicamente militares que são vivenciados na ABM – os rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos – formaram sua identidade?

- () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indeciso(a)
 () Concordo parcialmente () Concordo totalmente

15) Na sua opinião, a ideologia militar influencia a formação do bombeiro centrada no seu desenvolvimento crítico, pessoal e profissional?

- () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indeciso(a)
 () Concordo parcialmente () Concordo totalmente

RELAÇÃO DA FORMAÇÃO COM A PRÁTICA PROFISSIONAL

16) Na sua opinião, sua formação profissional no CHO estava centrada em qual área?

- () atividade-fim / operacional () atividade-meio / administrativa

17) Na sua opinião, o CHO está em conformidade com a continuidade da formação de profissionais possuidores de vasta experiência profissional?

- () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indeciso(a)
 () Concordo parcialmente () Concordo totalmente

18) Baseado na sua experiência, as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no CHO estão em conformidade com a sua prática profissional?

- () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indeciso(a)
 () Concordo parcialmente () Concordo totalmente

19) Baseado na sua experiência, a organização curricular do CHO possibilita a integração entre teoria e prática?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

COMPONENTES CURRICULARES

O CHO possui atualmente uma carga horária de 2.080 h/a (duas mil e quarenta horas/aula), com duração de 14 (catorze) meses e sua matriz curricular é composta por 57 (cinquenta e sete) disciplinas.

20) Na sua opinião, se o período formativo do curso fosse mais alongado, tendo uma grade curricular com menos atividades escolares diárias, isso facilitaria o seu processo de aprendizagem?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso(a)
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

21) Na sua opinião, o currículo do CHO abrange a diversidade de campos de atuação que permeiam a vida profissional do oficial subalterno?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

22) Baseado na sua experiência, o discente do CHO deveria cumprir estágio curricular na área operacional / administrativa?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

23) Baseado na sua experiência, o egresso do CHO deveria cumprir um período probatório semelhante ao aspirante-a-oficial egresso do CFO?

- Discordo totalmente Discordo parcialmente Indeciso
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

24) Baseado na sua experiência, CITE quais conteúdos e disciplinas integrantes do CHO não foram fundamentais para a sua formação.

25) Baseado na sua experiência, CITE quais conteúdos e disciplinas seriam fundamentais para a sua formação e, entretanto, não fazem parte do currículo do CHO.

APÊNDICE D



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Projeto CAAE: 93578218.0.0000.8507, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em 17 de setembro de 2018.

Prezado(a) Servidor da Academia de Bombeiros Militar,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “Curso de Habilitação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: uma análise curricular”. Este convite se deve ao fato de você ser membro da gestão escolar da Academia de Bombeiros Militar (ABM), o que seria muito útil para o andamento da pesquisa.

O pesquisador responsável pela pesquisa é Guilherme Alcântara Gonçalves, RG MG-11.424.597, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). A pesquisa se propõe a investigar se os processos formativos do CHO, especificamente em sua dimensão curricular, estão em consonância com a prática profissional de um oficial subalterno, tendo o objetivo geral de analisar a formação profissional do oficial subalterno oriundo do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), sob a ótica das teorias do currículo. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes fases da pesquisa: analisar os documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO; analisar a matriz curricular vigente do CHO; **identificar o(s) fundamento(s) político-ideológico(s) que constitui(em) o CHO**; investigar as percepções dos discentes do CHO acerca de qual é a finalidade da sua formação e como as atividades formativas desenvolvidas durante o curso podem contribuir para a sua prática profissional; investigar as concepções dos oficiais egressos do CHO acerca de quais são as relações entre o currículo do curso e a prática de seu trabalho; e, analisar a atuação do oficial bombeiro militar de Minas Gerais, incluindo valores, crenças e relações de poder manifestos em seu cotidiano profissional.

Sua participação na pesquisa consiste em participar de uma entrevista coletiva, contendo um roteiro de perguntas, que será mediada pelo pesquisador em horário e local a ser agendado de acordo com a sua disponibilidade, tendo duração máxima de 02 (duas) horas. Suas informações relativas à entrevista coletiva serão transcritas, analisadas e tratadas por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), com vistas a subsidiar a elaboração dos questionários semiestruturados que serão aplicados junto aos discentes e oficiais egressos do CHO.

Os procedimentos aplicados por esta pesquisa oferecem baixos riscos, prejuízos ou constrangimentos à sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais, por subsidiar apenas a elaboração dos questionários. Os riscos potenciais à sua imagem e honra, com repercussões potenciais de ordem econômica, decorrentes da explicitação de suas opiniões pessoais acerca de procedimentos educacionais adotados por uma instituição militar foram minimizados pelo pesquisador, ao se optar cautelosamente pela não divulgação dos excertos de fala dos participantes. Tanto as perguntas, quanto o método estabelecido de coleta de dados, foram escolhidos com o objetivo de preservar a carreira profissional (militar) dos participantes. Em momento algum você será identificado, com vistas a garantir a sua privacidade e a confidencialidade. As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas exclusivamente com finalidades científicas e você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo.

Não existe benefício ou vantagem direta em participar deste estudo. Os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando retorno social por meio de melhorias no currículo do curso, uma vez que a melhor formação do bombeiro militar é de interesse da comunidade e da sociedade, em função da contribuição desse profissional para o bem-estar geral, além da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos científicos.

Como participante de uma pesquisa e de acordo com a legislação brasileira, você é portador de diversos direitos, além do anonimato, da confidencialidade, do sigilo e da privacidade, mesmo após o término ou interrupção da

pesquisa. Assim, lhe é garantido: a observância das práticas determinadas pela legislação aplicável, incluindo as Resoluções 466 (e, em especial, seu item IV.3) e 510 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam a ética em pesquisa e este Termo; a plena liberdade para decidir sobre sua participação sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza; a plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza – nesse caso, os dados colhidos de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados a menos que você autorize explicitamente o contrário; o acompanhamento e a assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que requerido e relacionado a sua participação na pesquisa, mediante solicitação ao pesquisador responsável; o acesso aos resultados da pesquisa; a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa; o acesso a este Termo. Você não será remunerado pela participação na pesquisa e não haverá o ressarcimento de qualquer despesa relativa à participação na pesquisa, uma vez que não haverá o eventual custo de deslocamento para preenchimento do questionário em meio físico.

Qualquer dúvida ou necessidade – nesse momento, no decorrer da sua participação ou após o encerramento ou eventual interrupção da pesquisa – pode ser dirigida ao pesquisador, por e-mail: guilherme.goncalves@bombeiros.mg.gov.br, telefone (31) 98799-1711, pessoalmente ou via postal para a Rua Conselheiro Quintiliano, nº 193, bairro Lajes, Ouro Preto / MG.

Se preferir, ou em caso de reclamação ou denúncia de descumprimento de qualquer aspecto ético relacionado à pesquisa, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), vinculado à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), comissões colegiadas, que têm a atribuição legal de defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos. Você poderá acessar a página do CEP, disponível em: <<http://www.cep.cefetmg.br>> ou contatá-lo pelo endereço: Av. Amazonas, n. 5855 - Campus VI; E-mail: cep@cefetmg.br; Telefone: +55 (31) 3379-3004 ou presencialmente, no horário de atendimento ao público: às terças-feiras: 12:00 às 16:00 horas e quintas-feiras: 07:30 às 12:30 horas.

Se optar por participar da pesquisa, peço-lhe que rubrique todas as páginas deste Termo, identifique-se e assine a declaração a seguir, que também deve ser rubricada e assinada pelo pesquisador.

DECLARAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinado, de forma livre e esclarecida, declaro que aceito participar da pesquisa como estabelecido neste TERMO.

Assinatura do participante da pesquisa: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____

Se quiser receber os resultados da pesquisa, indique seu e-mail ou, se preferir, endereço postal, no espaço a seguir:

APÊNCIDE E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Projeto CAAE: 93578218.0.0000.8507, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em 17 de setembro de 2018.

Prezado(a) Tenente,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “Curso de Habilitação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: uma análise curricular”. Este convite se deve ao fato de você ser egresso(a) do CHO, a partir do currículo reconhecido como graduação tecnológica. Todos os 182 tenentes (exceto 23 tenentes que participaram do pré-teste deste questionário) que atendem ao perfil estipulado, incluindo você, serão convidados a participar, o que seria muito útil para o andamento da pesquisa.

O pesquisador responsável pela pesquisa é Guilherme Alcântara Gonçalves, RG MG-11.424.597, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). A pesquisa se propõe a investigar se os processos formativos do CHO, especificamente em sua dimensão curricular, estão em consonância com a prática profissional de um oficial subalterno, tendo o objetivo geral de analisar a formação profissional do oficial subalterno oriundo do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), sob a ótica das teorias do currículo. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes fases da pesquisa: analisar os documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO; analisar a matriz curricular vigente do CHO; identificar o(s) fundamento(s) político-ideológico(s) que constitui(em) o CHO; investigar as percepções dos discentes do CHO acerca de qual é a finalidade da sua formação e como as atividades formativas desenvolvidas durante o curso podem contribuir para a sua prática profissional; **investigar as concepções dos oficiais egressos do CHO acerca de quais são as relações entre o currículo do curso e a prática de seu trabalho**; e, analisar a atuação do oficial bombeiro militar de Minas Gerais, incluindo valores, crenças e relações de poder manifestos em seu cotidiano profissional.

Sua participação na pesquisa consiste em responder ao questionário *online*, semiestruturado, contendo perguntas fechadas e poucas perguntas abertas, que será aplicado pelo pesquisador responsável através deste formulário eletrônico, tendo duração aproximada de 10 minutos, podendo ser respondido em qualquer lugar que tenha acesso a internet, a qualquer hora do dia ou da noite. Caso aceite participar da pesquisa, você deverá: 1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE, podendo imprimir este termo se assim o desejar; 2. Responder ao questionário *online*. Você pode receber uma via física do TCLE, devidamente rubricada e assinada pelo pesquisador, mediante uma solicitação através dos contatos disponibilizados ao final deste TCLE.

Suas informações relativas ao questionário serão transcritas, categorizadas e analisadas estatisticamente, e serão tratadas por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), com vistas a subsidiar a elaboração do relatório final da dissertação e/ou artigo científico, poderão ser ainda apresentados em seminários, congressos e similares, para proporcionar o desenvolvimento científico da área do saber que está em estudo.

Os procedimentos aplicados por esta pesquisa oferecem baixos riscos, prejuízos ou constrangimentos à sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais, por envolver apenas a resposta ao questionário *online*. Os riscos potenciais à sua imagem e honra, com repercussões potenciais de ordem econômica, decorrentes da explicitação de suas opiniões pessoais acerca de procedimentos educacionais adotados por uma instituição militar foram minimizados pelo pesquisador, ao se optar cautelosamente pelo questionário *online*. Tanto as perguntas, quanto o método estabelecido de coleta de dados, foram escolhidos com o objetivo de preservar a carreira profissional (militar) dos participantes. Em momento algum você será identificado, com vistas a garantir a sua privacidade e a confidencialidade. As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas exclusivamente com finalidades científicas e você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Seu questionário será identificado apenas por um número de ordem da realização da atividade, apenas para acompanhamento.

Não existe benefício ou vantagem direta em participar deste estudo. Os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando retorno social por meio de melhorias no currículo do curso, uma vez que a melhor formação do bombeiro militar é de interesse da comunidade e da sociedade, em função da contribuição desse profissional para o bem-estar geral, além da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos científicos.

Como participante de uma pesquisa e de acordo com a legislação brasileira, você é portador de diversos direitos, além do anonimato, da confidencialidade, do sigilo e da privacidade, mesmo após o término ou interrupção da pesquisa. Assim, lhe é garantido: a observância das práticas determinadas pela legislação aplicável, incluindo as

Resoluções 466 (e, em especial, seu item IV.3) e 510 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam a ética em pesquisa e este Termo; a plena liberdade para decidir sobre sua participação sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza; a plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza – nesse caso, os dados colhidos de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados a menos que você autorize explicitamente o contrário; o acompanhamento e a assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que requerido e relacionado a sua participação na pesquisa, mediante solicitação ao pesquisador responsável; o acesso aos resultados da pesquisa; a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa; o acesso a este Termo. Você não será remunerado pela participação na pesquisa e não haverá o ressarcimento de qualquer despesa relativa à participação na pesquisa, uma vez que não haverá o eventual custo de deslocamento para preenchimento do questionário em meio físico.

Qualquer dúvida ou necessidade – nesse momento, no decorrer da sua participação ou após o encerramento ou eventual interrupção da pesquisa – pode ser dirigida ao pesquisador, por e-mail: guilherme.goncalves@bombeiros.mg.gov.br, telefone (31) 98799-1711, pessoalmente ou via postal para a Rua Conselheiro Quintiliano, nº 193, bairro Lajes, Ouro Preto / MG.

Se preferir, ou em caso de reclamação ou denúncia de descumprimento de qualquer aspecto ético relacionado à pesquisa, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), vinculado à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), comissões colegiadas, que têm a atribuição legal de defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos. Você poderá acessar a página do CEP, disponível em: <<http://www.cep.cefetmg.br>> ou contatá-lo pelo endereço: Av. Amazonas, n. 5855 - Campus VI; E-mail: cep@cefetmg.br; Telefone: +55 (31) 3379-3004 ou presencialmente, no horário de atendimento ao público: às terças-feiras: 12:00 às 16:00 horas e quintas-feiras: 07:30 às 12:30 horas.

DECLARAÇÃO *

* Obrigatório

- Li este documento, conheci as diretrizes desta pesquisa, entendi as informações fornecidas pelo pesquisador responsável e sinto-me esclarecido(a) para participar. Participo, portanto, com meu consentimento livre e esclarecido, e por isso firmo o presente Termo de Consentimento.

Primeira pergunta de resposta simples, de preenchimento opcional, anterior ao questionário propriamente dito:

Se quiser receber os resultados da pesquisa, indique seu e-mail ou, se preferir, endereço postal, no espaço a seguir:

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Projeto CAAE: 93578218.0.0000.8507, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em 17 de setembro de 2018.

Prezado(a) Aluno(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “Curso de Habilitação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: uma análise curricular”. Este convite se deve ao fato de você ser atualmente discente do CHO em período final de formação. Todos os 35 discentes (exceto cinco discentes que participaram do pré-teste deste questionário) que atendem ao perfil estipulado, incluindo você, serão convidados a participar, o que seria muito útil para o andamento da pesquisa.

O pesquisador responsável pela pesquisa é Guilherme Alcântara Gonçalves, RG MG-11.424.597, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). A pesquisa se propõe a investigar se os processos formativos do CHO, especificamente em sua dimensão curricular, estão em consonância com a prática profissional de um oficial subalterno, tendo o objetivo geral de analisar a formação profissional do oficial subalterno oriundo do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), sob a ótica das teorias do currículo. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes fases da pesquisa: analisar os documentos normativos que fundamentam a composição curricular do CHO; analisar a matriz curricular vigente do CHO; identificar o(s) fundamento(s) político-ideológico(s) que constitui(em) o CHO; **investigar as percepções dos discentes do CHO acerca de qual é a finalidade da sua formação e como as atividades formativas desenvolvidas durante o curso podem contribuir para a sua prática profissional**; investigar as concepções dos oficiais egressos do CHO acerca de quais são as relações entre o currículo do curso e a prática de seu trabalho; e, analisar a atuação do oficial bombeiro militar de Minas Gerais, incluindo valores, crenças e relações de poder manifestos em seu cotidiano profissional.

Sua participação na pesquisa consiste em responder ao questionário *online*, semiestruturado, contendo perguntas fechadas e poucas perguntas abertas, que será aplicado pelo pesquisador responsável através deste formulário eletrônico, tendo duração aproximada de 10 minutos, podendo ser respondido em qualquer lugar que tenha acesso a internet, a qualquer hora do dia ou da noite. Caso aceite participar da pesquisa, você deverá: 1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE, podendo imprimir este termo se assim o desejar; 2. Responder ao questionário *online*. Você pode receber uma via física do TCLE, devidamente rubricada e assinada pelo pesquisador, mediante uma solicitação através dos contatos disponibilizados ao final deste TCLE.

Suas informações relativas ao questionário serão transcritas, categorizadas e analisadas estatisticamente, e serão tratadas por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), com vistas a subsidiar a elaboração do relatório final da dissertação e/ou artigo científico, poderão ser ainda apresentados em seminários, congressos e similares, para proporcionar o desenvolvimento científico da área do saber que está em estudo.

Os procedimentos aplicados por esta pesquisa oferecem baixos riscos, prejuízos ou constrangimentos à sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais, por envolver apenas a resposta ao questionário *online*. Os riscos potenciais à sua imagem e honra, com repercussões potenciais de ordem econômica, decorrentes da explicitação de suas opiniões pessoais acerca de procedimentos educacionais adotados por uma instituição militar foram minimizados pelo pesquisador, ao se optar cautelosamente pelo questionário *online*. Tanto as perguntas, quanto o método estabelecido de coleta de dados, foram escolhidos com o objetivo de preservar a carreira profissional (militar) dos participantes. Em momento algum você será identificado, com vistas a garantir a sua privacidade e a confidencialidade. As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas exclusivamente com finalidades científicas e você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Seu questionário será identificado apenas por um número de ordem da realização da atividade, apenas para acompanhamento.

Não existe benefício ou vantagem direta em participar deste estudo. Os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando retorno social por meio de melhorias no currículo do curso, uma vez que a melhor formação do bombeiro militar é de interesse da comunidade e da sociedade, em função da contribuição desse profissional para o bem-estar geral, além da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos científicos.

Como participante de uma pesquisa e de acordo com a legislação brasileira, você é portador de diversos direitos, além do anonimato, da confidencialidade, do sigilo e da privacidade, mesmo após o término ou interrupção da pesquisa. Assim, lhe é garantido: a observância das práticas determinadas pela legislação aplicável, incluindo as Resoluções 466 (e, em especial, seu item IV.3) e 510 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam a ética em pesquisa e este Termo; a plena liberdade para decidir sobre sua participação sem prejuízo ou represália alguma, de

qualquer natureza; a plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza – nesse caso, os dados colhidos de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados a menos que você autorize explicitamente o contrário; o acompanhamento e a assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que requerido e relacionado a sua participação na pesquisa, mediante solicitação ao pesquisador responsável; o acesso aos resultados da pesquisa; a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa; o acesso a este Termo. Você não será remunerado pela participação na pesquisa e não haverá o ressarcimento de qualquer despesa relativa à participação na pesquisa, uma vez que não haverá o eventual custo de deslocamento para preenchimento do questionário em meio físico.

Qualquer dúvida ou necessidade – nesse momento, no decorrer da sua participação ou após o encerramento ou eventual interrupção da pesquisa – pode ser dirigida ao pesquisador, por e-mail: guilherme.goncalves@bombeiros.mg.gov.br, telefone (31)98799-1711, pessoalmente ou via postal para a Rua Conselheiro Quintiliano, nº 193, bairro Lajes, Ouro Preto / MG.

Se preferir, ou em caso de reclamação ou denúncia de descumprimento de qualquer aspecto ético relacionado à pesquisa, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), vinculado à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), comissões colegiadas, que têm a atribuição legal de defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos. Você poderá acessar a página do CEP, disponível em: <<http://www.cep.cefetmg.br>> ou contatá-lo pelo endereço: Av. Amazonas, n. 5855 - Campus VI; E-mail: cep@cefetmg.br; Telefone: +55 (31) 3379-3004 ou presencialmente, no horário de atendimento ao público: às terças-feiras: 12:00 às 16:00 horas e quintas-feiras: 07:30 às 12:30 horas.

DECLARAÇÃO *

* Obrigatório

- Li este documento, conheci as diretrizes desta pesquisa, entendi as informações fornecidas pelo pesquisador responsável e sinto-me esclarecido(a) para participar. Participo, portanto, com meu consentimento livre e esclarecido, e por isso firmo o presente Termo de Consentimento.

Primeira pergunta de resposta simples, de preenchimento opcional, anterior ao questionário propriamente dito:

Se quiser receber os resultados da pesquisa, indique seu e-mail ou, se preferir, endereço postal, no espaço a seguir:

ANEXO A

AUTORIZAÇÃO DO COMANDO DA ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR



ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR

Desp. Nº: 1.070/2018 – Adj. Pesq. e Especialização / Div. Desenvolvimento
Assunto: Autorização de pesquisa no CBMMG.
Referência: Of. 29/2018 – 3ª Cia Ind BM

Belo Horizonte, 03 de abril de 2018.

Ao Senhor Major BM Comandante do 1ºBBM,

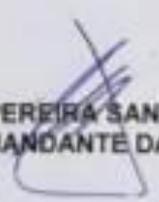
Considerando o ofício de referência, no qual o Cap BM Guilherme Alcântara Gonçalves solicita autorização para proceder à pesquisa em nível de pós-graduação do CEFET-MG, onde pretende investigar a formação profissional do oficial subalterno oriundo do CHO, sob a ótica das teorias do currículo, informo o deferimento do pleito, pelo entendimento do objeto de investigação ser de interesse da Instituição Bombeiro Militar.

Ressaltamos a importância de se observar os princípios da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466 e nº 510, inclusive com submissão dos trabalhos à Câmara de Ética em Pesquisa (CEP) daquela Instituição de Ensino, nos casos aplicáveis.

Questionários e/ou outros instrumentos relacionados à coleta de dados deverão ser submetidos ao crivo da ABM.

Ao término do TCC, o discente deverá enviar uma cópia física e digital para o acervo da biblioteca da ABM, além de estar convidado para submeter seu estudo à Revista Científica "Vigiles" para apreciação do conselho editorial e publicação.

Atenciosamente,


CLEBERSON PEREIRA SANTOS, CORONEL BM
COMANDANTE DA ABM

ANEXO B

COMPROVANTE DA APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Saúde

 principal
  sair

GUILHERME ALCANTARA GONCALVES - Pesquisador | V3.2
 Sua sessão expira em: 38min 17

Cadastros

Você está em: Público > Confirmar Aprovação pelo CAAE ou Parecer

CONFIRMAR APROVAÇÃO PELO CAAE OU PARECER

Informe o número do CAAE ou do Parecer:

Número do CAAE:
 Número do Parecer:

Esta consulta retorna somente pareceres aprovados. Caso não apresente nenhum resultado, o número do parecer informado não é válido ou não corresponde a um parecer aprovado.

DETALHAMENTO

Título do Projeto de Pesquisa:
Curso de Habilitação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: uma

Número do CAAE:
 Número do Parecer:

Quem Assinou o Parecer:
 Pesquisador Responsável:

Data Início do Cronograma:
 Data Fim do Cronograma:
 Contato Público:

Fonte: <<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf;jsessionid=88A00ED15C641DE1C43969190712D1C6.server-plataformabrasil-srvjpdf130>>. Acesso em 17 set. 2018.